

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

RENAN SILVA FERREIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
FRENTE À GESTÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NAS IES PÚBLICAS
BRASILEIRAS**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2024

RENAN SILVA FERREIRA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
FRENTE À GESTÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NAS IES PÚBLICAS
BRASILEIRAS**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO CENTRO DE CIÊNCIAS
AGRÁRIAS DA UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ, COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.**

**LINHA DE PESQUISA: INOVAÇÕES SÓCIO-TECNOLÓGICAS E AÇÃO
EXTENSIONISTA**

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ADRIANA MARIA DE GRANDI

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2024**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SILVA FERREIRA, RENAN

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL FRENTE À GESTÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NAS IES
PÚBLICAS BRASILEIRAS / RENAN SILVA FERREIRA; orientadora
ADRIANA MARIA DE GRANDI. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.
132 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável, 2024.

1. Curricularização. 2. Extensão. 3. Desenvolvimento rural
sustentável. I. MARIA DE GRANDI, ADRIANA , orient. II.
Título.

Reitoria

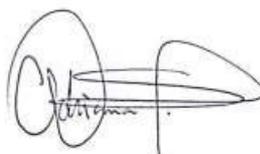
CNPJ 78.680.337/0001-84
Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário
Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - www.unioeste.br
CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701
Cascavel - PARANÁ

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RENAN SILVA FERREIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 21 dia(s) do mês de fevereiro de 2024 às 14h00min, no(a) realizada de forma remota síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme artigo 1º da Ordem de Serviço nº 005/2023 - PRPPG, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) **Renan Silva Ferreira**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado, na área de concentração em Desenvolvimento Rural Sustentável. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Adriana Maria de Grandi, Ana Paula da Silva Farias, Fábio Corbari, Suiane Valença Brandão, Alvorí Ahlert. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Adriana Maria de Grandi, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de **TESE DE DOUTORADO**, intitulada: "**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL FRENTE À GESTÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS**". O(a)

Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Ana Paula da Silva Farias, Fábio Corbari, Suiane Valença Brandão, Alvorí Ahlert. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão



Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Adriana Maria de Grandi
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná:

Reitoria

CNPJ 78.680.337/0001-84

Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário

Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - www.unioeste.br

CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701

Cascavel - PARANÁ



PARANÁ
GOVERNO DO PARANÁ

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RENAN SILVA FERREIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Alvori Ahlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente

gov.br

FABIO CORBARI

Data: 23/02/2024 21:23:25-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fábio Corbari
Faculdade UNIGUAÇU (UNIGUAÇU)

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANA PAULA DA SILVA FARIAS

Data: 23/02/2024 09:52:27-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Ana Paula da Silva Farias
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Documento assinado digitalmente

gov.br

SUIANE VALENÇA BRANDÃO

Data: 26/02/2024 23:56:06-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Suiane Valença Brandão
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Documento assinado digitalmente

gov.br

RENAN SILVA FERREIRA

Data: 22/02/2024 11:38:32-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Renan Silva Ferreira
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

RENAN SILVA FERREIRA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
FRENTE À GESTÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NAS IES PÚBLICAS
BRASILEIRAS

Defesa de Doutorado apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração “Desenvolvimento Rural Sustentável”, para a obtenção do título de “Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável”, pela seguinte Banca Examinadora.

Marechal Cândido Rondon, PR, 21 de fevereiro de 2024.

Profª Drª Orientadora Adriana Maria de Grandi Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Alvorí Ahlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Fábio Corbari
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ana Paula da Silva Farias
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Drª Suiane Valença Brandão
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um processo coletivo de conexões e relações em prol de um feito ou de uma conquista. Portanto, muitos são os motivos para expressar gratidão, pois estão inclusos neste processo, energias, forças e inspirações.

Agradeço a Deus, aos orixás e todos os santos pelos quais me apego e compartilho meus anseios e caminhos.

Agradeço à toda minha família, em especial aos meus pais, Antonio e Luciene. Agradeço também aos meus amigos que direta e indiretamente acompanharam esta jornada.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Adriana Maria de Grandi pela caminhada que trilhamos, bem como as contribuições a todos os amigos e professores que compuseram a banca de qualificação e tese, os(as) professores(as) Doutores(as): Wilson Zonin, Alvorí Arleth, Sandra Cultre, Ana Paula Farias, Fábio Corbari e Suiane Brandão. Agradeço também a todos os parceiros envolvidos neste projeto que de alguma forma contribuíram gentilmente, bem como os coordenadores de extensão e Pró-reitorias do Brasil que colaboraram com a pesquisa sendo possível a coleta de dados.

Agradeço à CAPES por financiar esta pesquisa. Agradeço ao PPGDRS – colegas, corpo técnico e professores - por me tornar um profissional e pesquisador ainda mais atento e curioso, e por todo o acolhimento presencial e virtual.

Agradeço à vida, ao universo, à ciência, a mim, e todas as pessoas queridas que torceram pelo sucesso deste trabalho e torcem pela minha atuação e missão ao longo da vida.

RESUMO

FERREIRA, Renan Silva. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – 2024.
Extensão Universitária e o Desenvolvimento Rural Sustentável frente à gestão da curricularização nas IES públicas brasileiras. Orientadora: Prof^a Dr^a Adriana Maria de Grandi.

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar como as instituições de ensino superior públicas brasileiras propõem a curricularização da extensão em busca de um Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Os objetivos específicos são: a) entender os principais números e tendências sobre a extensão universitária rural, a partir de outras pesquisas científicas no período de 2011 a 2023; b) analisar como a IES públicas brasileiras propõem a curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável. O estudo se caracteriza metodologicamente com uma abordagem híbrida, do tipo exploratória, com aplicação de questionários, sendo estruturada em dois artigos; o primeiro caracteriza-se por uma análise bibliométrica sobre a extensão rural; o segundo artigo, sobre o processo de curricularização da extensão universitária em busca do DRS, com o tratamento de dados a partir da análise de conteúdo. Esta investigação se dá a partir da Resolução Normativa nº 7/2018 do MEC do Plano Nacional de Educação sobre a obrigatoriedade do cumprimento de uma maior carga horária destinada à extensão, e os fundamentos que sustentam os diálogos puderam ser feitos à luz da teoria de mudança institucional de Coraiola et al (2015), com algumas unidades de análises: interação dialógica, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, transformação social e formação cidadã, melhoria técnica, agricultura familiar, disponibilidade de recursos e autonomia, DRS e os ODS. Esta teoria indica que o contexto institucional possui certo nível de modificação de acordo com a disponibilidade de práticas, significados, recursos e capacidade dos atores, seus níveis de reflexividade das instituições em determinado contexto, portando resultado da interação entre as características do contexto institucional (plasticidade) e dos tipos de atores sociais (discricionariedade). Nos resultados da pesquisa, sob a amostra de 22 Pró-reitorias discutiu-se e confirmou-se que o processo de curricularização apresenta um perfil heterogêneo, interdisciplinar, complexo e dinâmico, com desafios relacionados à limitação de recursos, infraestrutura e política docente no tocante à adesão contínua entre colaboradores e beneficiários, embora a autonomia e parcerias sejam uns dos grandes motivadores deste processo, mas também um desafio para ir de encontro à transparência e indicadores precisos para o fortalecimento destes projetos. Defende-se, também, que as percepções de como implementarão a curricularização em prol de um DRS são animadoras, mas não lineares, detém de um potencial de autonomia positivo independente da área ou regionalismo, acarretando em números animadores e adesão às atividades rurais, o que associa termos a agricultura familiar e cumprimento dos ODS como fortes integrantes das análises, e busca caminhos para fortalecer o DRS, os interesses são fortemente pautados em lacunas e demandas sociais, o que torna o processo mais interativo e devolutivo para o que se propõe a extensão, embora as percepções dos elementos tomados em análise sejam restritas à visão das pró-reitorias, e dessa forma há o entendimento de que o currículo não é definitivo e sim construído coletivamente privilegiando não somente a pesquisa e ensino.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável; curricularização; extensão.

ABSTRACT

FERREIRA, Renan Silva. *State University of Western Paraná – 2024. Rural University Extension and Sustainable Rural Development in relation to management to curricularization in Brazilian public HEIs*. Advisor: Prof. Dr. Adriana Maria de Grandi

The general objective of this work is to investigate how Brazilian public higher education institutions propose the curricularization of extension in search of Sustainable Rural Development (SRD). The specific objectives are: a) to understand the main numbers and trends regarding rural university extension, based on other scientific research in the period from 2011 to 2023; b) analyze how Brazilian public HEIs propose the curricularization of extension in search of sustainable rural development. The study is methodologically characterized by a hybrid, exploratory approach, with the application of questionnaires, and is structured in two articles; the first is characterized by a bibliometric analysis on rural extension; the second article, about the process of curricularization of university extension in search of SRD, with data processing based on content analysis. This investigation takes place based on Normative Resolution No. 7/2018 of the MEC of the National Education Plan on the obligation to comply with a greater workload allocated to extension, and the foundations that support the dialogues could be made in light of the theory of change institutional framework by Coraiola et al (2015), with some units of analysis: dialogic interaction, inseparability of teaching, research and extension, interdisciplinarity, social transformation and citizenship formation, technical improvement, family farming, resource availability and autonomy, SRD and the SDGs. This theory indicates that the institutional context has a certain level of modification according to the availability of practices, meanings, resources and capacity of actors, their levels of reflexivity of institutions in a given context, resulting in the interaction between the characteristics of the institutional context (plasticity) and the types of social actors (discretionary). In the research results, within the sample of 22 Dean's Offices, it was discussed and confirmed that the curricularization process presents a heterogeneous, interdisciplinary, complex and dynamic profile, with challenges related to limited resources, infrastructure and teaching policy regarding to continuous adherence between collaborators and beneficiaries, although autonomy and partnerships are one of the great motivators of this process, but also a challenge to meet transparency and precise indicators to strengthen these projects. It is also argued that the perceptions of how they will implement curricularization in favor of a SRD are encouraging, but not linear, it has a potential for positive autonomy regardless of the area or regionalism, resulting in encouraging numbers and adherence to rural activities, which which associates terms with family farming and compliance with the SDGs as strong components of the analyses, and seeks ways to strengthen the SRD, interests are strongly based on gaps and social demands, which makes the process more interactive and devolutionary towards what it proposes to achieve. extension, although the perceptions of the elements taken under analysis are restricted to the vision of the vice-rectors, and in this way there is an understanding that the curriculum is not definitive but rather constructed collectively, privileging not only research and teaching.

Keywords: *sustainable rural development; curricularization; extension.*

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AM – Amazonas

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BA – Bahia

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Ceará

CEFETs – Centros Federais de Educação tecnológica

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRAPA – Congresso Regional de Administração do Pajeú

C&T – Ciência & Tecnologia

DEX – Decanato de Extensão

DRS – Desenvolvimento rural sustentável

DS – Desenvolvimento sustentável

EAD – Educação à distância

EECAC – Estação Experimental de cana-de-açúcar

EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

EMPRABA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENECOMAT – Encontro de Economia Mato-grossense

ER – Extensão rural

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”

ESG – *Environment, Social and Governance*

EU – Extensão universitária

EUR – Extensão Universitária Rural

FACP – Faculdade de Ciências Agrária do Pará

FAISCA – Feira Agropecuária de Inclusão Social, cultura e artes

FORPROEX – Fórum de pró-reitores de extensão das Universidades públicas brasileiras

GEFOR – Grupo de Estudos em Forragicultura

GEOLUTAS – Laboratório e Grupo de pesquisa em geografia e lutas no campo e na cidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICTs – Instituto de Ciência e Tecnologia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFETs – Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia
IGC – Índice Geral de cursos avaliados da Instituição
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira
Incubatec – Incubadora de base tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco
LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC – Ministério da Educação
NEDET – Núcleos de Extensão em Desenvolvimento territorial
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organizações das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PANC – Plantas Alimentícias não convencionais
PE – Pernambuco
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGDRS – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
PPC - Projetos Pedagógicos de Curso
PR – Paraná
PRO-CHA – Projeto de desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes
PROEXT – Pró-reitoria de Extensão
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras	49
Figura 2 - Diretrizes da Extensão Universitária	60
Figura 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	73
Figura 4 - Estados brasileiros envolvidos na pesquisa prévia com os extensionistas	93
Figura 5 – População pesquisa da oriundo das UFs envolvidas na pesquisa oriundo do questionário principal do estudo com as Pró-reitorias das IES.	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desafios com base na Política Nacional de Extensão	41
Quadro 2 – Filtro de buscas e seleção de trabalhos	45
Quadro 3 – Artigos selecionados do periódico	46
Quadro 4 – Principais distinções interpretadas entre institucional work e mudança institucional gradual.	89
Quadro 5 - Delineamento metodológico a partir das dimensões e suas origens teóricas	66
Quadro 6 - Proposições em institucional work	91
Quadro 7 - População pesquisada na prévia com os extensionistas	
Quadro 8 - População pesquisa (Pró-reitorias)	
Quadro 9 - Listagem das IES, ações de EUR e abrangência	95
Quadro 10 – Quadro referencial teórico para fase de categorização das unidades de análise	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensões dos assuntos extraídos na análise bibliométrica	44
Tabela 2 - Descrição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de IES do Brasil (1991 a 2008).....	34
Gráfico 2 - Número de IES do Brasil (2009 a 2019).....	34

Gráfico 3 - Matrículas de cursos de graduação oferecidos pelas IES do Brasil (1991 a 2008).....	36
Gráfico 4 - Evolução de matrículas dos cursos de graduação pelas IES do Brasil (2009 a 2019).....	36
Gráfico 5 – Quantidade de publicações sobre “extensão rural”	43
Gráfico 6 - Percepção de apoio instrutivo, informativo e de acompanhamento e de governança por parte dos órgãos competentes, a exemplo do Ministério da Educação (MEC) recebido para elaboração de um plano ou formas de implementação adequada e saudável da proposta de curricularização da extensão	105
Gráfico 7 - As motivações para a realização de atividades de extensão na sua IES	105
Gráfico 8 - As motivações para a realização de atividades de extensão rural na sua IES	106
Gráfico 9 – Tipos de motivações se destacam em meio a proposta de curricularização de extensão voltadas ao meio rural	106
Gráfico 10 – ODS envolvidos na proposta de curricularização	107
Gráfico 11 – Parceiras voltadas à implementação da curricularização	108
Gráfico 12 – Percepção de como os respondentes consideram que a proposta de curricularização acarretará numa maior adesão de atividades rurais	109
Gráfico 13 – Grau de facilidade para implementação da proposta de curricularização com base na diretriz de carga horária de extensão	109
Gráfico 14 – Principais desafios que podem ser encontrados ou já encontrados no processo de implementação da proposta de curricularização da extensão, voltada ao campo	110

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	14
1.1. ESTRUTURAÇÃO DA TESE	17
1.2. ESTADO DA ARTE	18
ARTIGO 1: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA RURAL EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	22
1. INTRODUÇÃO	22

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERCURSOS CIENTÍFICOS	19
3. MATERIAL E MÉTODOS	42
4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	51
ARTIGO 2: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
	57
1. INTRODUÇÃO	58
2. REFERENCIAL TEÓRICO: DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	60
2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	68
2.2. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	84
3. MATERIAL E MÉTODOS	91
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	95
4.1. “A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS EXTENSIONISTAS SOBRE A EXTENSÃO EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL”	95
4.2. “A TEORIA DA MUDANÇA INSTITUCIONAL E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL”	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	121

1. INTRODUÇÃO GERAL

O produto que a universidade é capaz de servir à sociedade é altamente rico, e no tocante ao setor público além de ensino, produz novos conhecimentos, técnicas e tecnologias por meio da pesquisa e da extensão na forma de programas, projetos e ações que melhoram a vida da sociedade e seu bem-estar, por meio de cursos que envolvam a comunidade na busca de contribuir para suprir as demandas, inclusive econômicas da sociedade.

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Significa que em meio às normas, a Resolução estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; instrui o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP a considerar, para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos, o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, a articulação indissociável entre atividades de extensão, ensino e pesquisa; os docentes tornam-se responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

A educação superior pública percorreu e ainda percorre árduos caminhos em busca da sua função democrática e expansiva de garantir ensino de qualidade e devolutivas sociais a partir da construção dos mais diversos conhecimentos e tecnologias. Nessa perspectiva, a extensão universitária proporciona proximidade da universidade com a sociedade, então o palco do presente estudo parte da Extensão e centra-se no debate acerca da Extensão Universitária Rural (EUR) em busca de um desenvolvimento rural sustentável (DRS).

Tal escolha se fundamenta por entender quão importante o espaço da extensão no recorte rural na vida das pessoas no tocante ao DRS e como seu alcance se estabelece na sociedade, bem como, compreender as motivações pelas quais as instituições, em especial os extensionistas, buscam desenvolver suas atividades práticas voltadas ao campo, então, com base nesse pressuposto da extensão, a curricularização se torna o centro do estudo deste trabalho, sendo através dela a investigação proposta.

Abordar a temática da extensão curricular universitária rural, que apesar do crescimento discreto da produção científica nas últimas décadas, ainda carece de uma percepção setorial – rural - categórica e mais sistemática sobre a perspectiva rural.

A aproximação entre Universidade e Sociedade, tão requerida ao longo da história, ganha forma na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, revertendo o conhecimento científico em ações que reverberem um maior impacto na própria sociedade (Leonídio, 2017). Partindo disso, a extensão curricular se vê como pauta emergencial para o enfrentamento de desafios – articulada com o espaço das atividades de ensino de forma ampliar os benefícios para a sociedade. A curricularização da extensão problematiza as instituições em busca de um melhor desenvolvimento de atividades extensionistas e permita uma melhor formação e contribuição da comunidade acadêmica para a sociedade, assim, no afã de contribuir no atendimento de demandas e possíveis desigualdades sociais.

Embora as contribuições proporcionadas pela curricularização da extensão tragam força ao desenvolvimento profissional, pela relação universidade e sociedade, e fortalecimento das intervenções comunitárias, percebe-se pouco levantamento sobre quais universos pode alcançar, em especial ao campo rural, podendo alavancar seu entorno, já campo carece do desenvolvimento e aceleração de processos tecnológicos, cada vez mais competitivos. As lacunas de precisão sobre os trilhos e camadas que os projetos de extensão percorrem além da sua continuidade, é uma das motivações questionadoras deste estudo, diante da necessidade de garantir uma proximidade da demanda social e produção científica, transparência pública e até mesmo possibilidades de sua intervenção profissional futura.

O trabalho em sua totalidade se justifica e carrega relevância e ineditismo pela sua busca de investigação às propostas atuais da curricularização, buscando compreender este processo com base nas nuances e desafios vivenciados da extensão universitária rural; A ausência de pesquisas sobre o objeto de estudo, e muitas vezes, pelo fato de muitos extensionistas não publicarem com frequência o desenvolvimento e resultados das suas atividades ou anseios e perspectivas extensionistas.

Além disso, uma oportunidade para a própria universidade se conhecer melhor e aprimorar seus dados e números como forma de transparência pública – uma vez que as análises serão exclusivamente em amostras de campus públicos – e atores

envolvidos com a extensão possam ter maiores percepções sobre o seu trabalho e sua abrangência. E, proporcionar ao próprio Programa, uma abordagem inovadora investigativa e reflexiva do seu próprio universo e os próximos passos.

O estudo da curricularização e extensão universitária rural voltada ao DRS, embora sejam discussões vastas em termos teóricos e de experimentação de forma isolada, é um ponto relevante de aprimoramento de estudos e investigações, além de ser o compromisso mais relacionado diretamente com a sociedade por se tratar da extensão, entre a tríade pesquisa-ensino-extensão. Levar a extensão com maior frequência ao meio rural, contribuirá para a melhoria das condições de vida de agricultores que necessitam continuamente ampliar seus conhecimentos.

A devolutiva de conhecimento sobre não só a extensão, a universidade, mas a educação como um todo, para a própria comunidade acadêmica brasileira, muito também pelo recorte proposto de compreender as dinâmicas das principais e mais diversos campus do país, realçando o intercâmbio de regiões e experiências, se torna relevante e rico.

Neste contexto, o entendimento da interdisciplinaridade que se torna outro viés salutar na pesquisa, pois a curricularização da extensão proporciona um leque muito amplo de ações nas comunidades rurais, além de possibilitar o acesso a realidade dos futuros formandos na realidade do campo.

Todavia, a curricularização da extensão envolve o realinhamento dos projetos políticos pedagógico dos cursos, bem como, o comportamento didático do docente e a dinâmica de aprendizagem dos acadêmicos.

Ratificando a contextualização exposta e reforçando a justificativa desta pesquisa, este estudo se torna relevante pela sua exploração a um fenômeno novo que é a curricularização da extensão nas IES, pelo fomento de desenvolver e fazer despertar debates, protagonismo de atores sociais e endossar questões acerca do desenvolvimento rural sustentável em conjunto ao entendimento da perspectiva da curricularização da extensão, temática tão urgente, pulsante e desafiadora, pela curiosidade do pesquisador em proporcionar discussões sobre o que a própria educação superior tem desenvolvido e devolvido à sociedade, um principal viés é a extensão, e pela clara investigação de setores de gestão e administração em busca de compreender as propostas de implementação do currículo.

Neste sentido o estudo buscou responder a seguinte questão: Como as instituições de ensino superior públicas brasileiras propõem a gestão da curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável?

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar como as instituições de ensino superior públicas brasileiras propõem a gestão curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável. Os objetivos específicos são: a) entender os principais números e tendências sobre a extensão universitária rural, a partir de outras pesquisas científicas no período de 2001 a 2023; b) analisar como a IES públicas brasileiras propõem a gestão da curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável.

A tese defendida é a que a curricularização da extensão universitária contribui para implementação de ações de extensão que visam o desenvolvimento rural sustentável, e que as instituições de ensino superior públicas brasileiras planejam essa mudança institucional, no âmbito rural, observando práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, em especial ao atendimento aos ODS. Dentre a literatura nota-se que a extensão contemporânea apresenta novos diálogos e desafios, a interdisciplinaridade, indissociabilidade, política docente, dinâmica de funcionamento e recursos são alguns deles.

1.1. ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Para o cumprimento dos objetivos geral e específicos, devido à pesquisa encontrar caminhos e etapas construtivas sobre o assunto, bem como a quantidade de dados, informações e discussões, optou-se pela elaboração e estruturação da pesquisa em artigos relacionados aos respectivos objetivos.

O primeiro artigo disserta sobre “extensão universitária rural em publicações científicas: uma análise bibliométrica”, buscou entender os principais números e tendências sobre a extensão universitária rural, a partir de outras pesquisas científicas no período de 2001 a 2023 - por meio da base de dados da Capes periódicos. Apresenta como a extensão rural vem sendo tratado e suas formas interdisciplinares de diálogo, além do próprio levantamento quantitativo, que, nos permite lançar interpretações e compreensões das perspectivas dos estudos sobre extensão no campo; sendo realizado uma busca por informações sobre as ações extensionistas

dos projetos, programas ou ações desenvolvidas pelas IES nas principais regiões do país.

O segundo artigo “curricularização da extensão e o desenvolvimento rural sustentável” buscou analisar como as IES públicas brasileiras propõem a gestão da curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável.

Com isso, o presente estudo considerado exploratório, com corte transversal em 2023, teve como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado. A população pesquisada foram 22 Pró-Reitores de 22 IES públicas no Brasil.

1.2. ESTADO DA ARTE

A Extensão Universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como “educação continuada” destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade. No Brasil, a extensão era limitada à divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. Na década de 60 foi que a extensão ganhou forma e iniciou como conhecemos hoje, indissociável do ensino e pesquisa, tomando corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares e com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos, e com a ingerência dos movimentos sociais a extensão assumiu seu papel social mas sob um caráter assistencialista – uma mão única da universidade para a sociedade, somente com a década de 80 com a pressão popular para a volta de um Estado Democrático, a extensão se protagoniza mediante perspectiva de educação popular, e junto a essa década conquistas como a formação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e a Constituição de 88 – trazendo inclusive a perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – assim, finalmente a esta é compreendida como articulação e comunicação de mão dupla entre a universidade e a sociedade estabelecendo a troca de saberes, vertentes reforçadas pela concepção de Paulo Freire (Gadotti, 2017).

A ideia de curricularização da extensão universitária no Brasil, que não é nova, surgiu primeiramente no PNE-Plano Nacional de Educação 2001 -2010, em suas metas 21 e 23, instituindo a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”; sendo reafirmada no PNE em 2014-2023, na sua estratégia 7 da meta 12 (Gadotti, 2017). No entanto, com a

Resolução CNE/CES 7/2018, a Extensão Universitária recebeu nova conceituação em seu Art. 3º: “Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da educação e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente como o ensino e a pesquisa”.

Observando o termo extensão, se mostra de imediato como algo que se estende, e se estende a algo ou alguém, e assim, Freire (1983, pg. 11) “O que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas”. A extensão é a difusão do conhecimento produzido nessas instituições para a sociedade e sua conversão em ações e resultados de impacto social, econômico e cultural (Brasil, 2019). Já Nunes (2013) destaca a extensão como aproximação universitária à sociedade, produzindo conhecimento e intervindo na sociedade provocando transformação social.

O Art. 3º da resolução nº7/2018 fala da Extensão na Educação Superior Brasileira que é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, possibilitando que a comunidade acadêmica encontre na sociedade conhecimentos enriquecedores para sua formação (PROEX, 2011).

A extensão rural busca introduzir mudanças nas comunidades rurais através da transmissão de informações úteis aos produtores (dimensão comunicativa) e de assistência aos mesmos na aquisição dos conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar, de forma eficaz, a informação ou tecnologia que possam

aceder (dimensão educativa), tais processos permitem, aos produtores, melhorar o processo o suporte para a tomada de decisões sobre a utilização dos recursos ao seu alcance contribuindo para a melhoria dos seus rendimentos e do seu bem-estar (dimensão transformacional). Portanto, o foco paira em proporcionar aos beneficiários otimizar as suas capacidades e recursos para melhorar o seu nível de vida. (Swanson & Claar, 1988). O termo extensão rural se difere da assistência técnica pelo seu caráter educativo, imerso na comunidade, como forma de processo, como instituição e com política, segundo Peixoto (2008). Então “a extensão continua a ser uma instituição crítica para apoiar os meios de subsistência rurais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Davis, 2016, p. 1).

Dessa maneira, entende-se que o desenvolvimento sustentável requer alguns subsídios a mais do que o desenvolvimento econômico, e a extensão entra neste ponto como potencial sensibilizador de estudantes, professores e pessoal para os problemas sociais, pois melhora a capacidade técnica e teórica desses atores tornando mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração de políticas públicas mais bem desenhadas (FORPROEX, 2012).

A relação entre extensão universitária no âmbito rural e o desenvolvimento sustentável se estabelece no marcante efeito em que a primeira exerce naturalmente em relação à segunda, e seu sucesso depende do comprometimento e conhecimento dos atores sociais. Já que a extensão rural é um serviço de educação não formal e contínuo no campo, pois dinâmica economias, contribui para renda e produtividade, segurança alimentar e outros. E o desenvolvimento rural sustentável se embasa justamente no uso adequado dos recursos naturais e de maneira contínua e de qualidade, então sua relação pode ser considerada íntima e caminha junto aos ODS, temática que caminha fortemente entre o clássico e contemporâneo. Portanto, é de suma importância, discutir este ponto e tudo que se ramifique desta discussão, por isso as IEs são grandes molas propulsoras e protagonistas desta construção e debate, pois fortalece o eixo de desenvoltura destes percursos.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento baseado no uso produtivo de recursos naturais para o crescimento econômico e fortalecimento dos meios de vida, que conserva simultaneamente a diversidade biológica e social que constituem parte integrante deste processo (Lélé, 1991). Sachs (2004) afirma que não o alcança desenvolvimento sustentável se não houver diminuição das desigualdades sociais, a

incorporação da cidadania como participação popular e democrática, respeito às diferenças culturais e a introdução de valores éticos de respeito a vida e meio ambiente. Gregorin et al (2019) designa desenvolvimento sustentável, aquele que, concomitantemente e em mesmo nível, promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (Brundtland,1991; Acosta, 2016). O desenvolvimento sustentável resulta de um comportamento consciente e ético face aos bens e serviços limitados da Terra (Boff, 2014, p. 137).

O Desenvolvimento rural sustentável tenta reequilibrar o desenvolvimento econômico, com os demais aspectos, em especial socioambiental e repensar debates a respeito da importância e necessidade de valorização rural em relação ao urbano, e que depende da nova conscientização da relação homem-natureza, que requer o desenvolvimento de novas maneiras de atuação política e ideológica em relação às ações que visam o DRS (Tagliapietra, 2019; Almeida, 2015; Moraes e Schneider, 2010, Abramovay, 2000). O conceito de desenvolvimento rural sustentável surgiu em 1987 com a publicação do documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU em atendimento às resoluções da Conferência de Estocolmo para a avaliação global das condições ambientais (Wanderley, 1993), motivado por impactos ambientais crescentes devido o padrão civilizatório acelerado após 2ª Guerra Mundial.

Nesse sentido (atual e futuro), só um verdadeiro desenvolvimento quando se é sustentável, e quando se é desenvolvido em todos os seus campos, seja o rural ou o campo, onde ambos também se intercalam e são interdependentes, dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável se torna um conceito e uma prática genuína, essencial e promissora.

O processo da curricularização da extensão universitária é um percurso novo que vem sendo discutido, planejado e posto em prática, é um fenômeno novo que envolve aspectos sociais, embora outras esferas estejam associadas, como o cultural, econômico, ambiental e político, e a teoria de Coraiola et al (2015) ajuda a relacionar-se com o objetivo, proposta, discussão e dados deste estudo, diante da sua perspectiva

de compreender a mudança institucional em ambientes sociais. A estrutura da teoria está baseada na articulação entre as abordagens do *institutional work* e da mudança institucional gradual. Ambas as abordagens foram criadas como alternativas a perspectivas que enfatizavam demasiadamente elementos estruturais ou a ação. O contexto institucional possui certo nível de plasticidade e pode ser modificado de acordo com a disponibilidade de práticas, significados e recursos. A efetivação desse potencial de mudança está relacionada à capacidade dos atores, seus níveis de reflexividade institucional e munificência de recursos. As práticas de criação, manutenção e disrupção das instituições em determinado contexto serão, portanto, resultado da interação entre as características do contexto institucional (nível de plasticidade institucional) e dos tipos de atores sociais (nível de discricionariedade institucional) (Coraiola, et al, 2015). Esta teoria ajuda a encontrar percursos de investigação do processo da curricularização e suas nuances em relação às características do contexto e da atuação dos atores.

2. ARTIGO 1: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA RURAL EM PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Resumo: O objetivo deste trabalho é entender os principais números e tendências sobre a extensão universitária rural, a partir de outras pesquisas científicas no período de 2001 a 2023. A pesquisa caracterizou-se como descritiva e bibliométrica e os dados foram extraídos de artigos científicos publicados na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES (Capes periódicos), entre o período de 2001 a 2023. Nos resultados finais foram selecionados 18 artigos concentrados nas regiões Sul e Sudeste, mas atravessando descobertas por todo o Brasil, onde os holofotes dos estudos eram dados à formação educacional, políticas, práticas, agricultura familiar, tecnologias, indicadores, interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em sua maioria direcionados ao meio rural e às ciências agrárias.

Palavras – chave: extensão universitária rural; análise bibliométrica; publicações científicas.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the main numbers and trends regarding rural university extension, based on other scientific research in the period from 2001 to 2023. The research was characterized as descriptive and bibliometric and the data were extracted from scientific articles published in the database data from the Coordination for the Improvement of Higher Education People – CAPES (periodic Capes), between the period 2001 to 2023. Our final results were selected 18 articles concentrated in the South and Southeast regions, but crossing discoveries throughout

Brazil, where the The spotlight of studies was given to educational training, policies, practices, family farming, technologies, indicators, interdisciplinarity and inseparability between teaching, research and extension, most of which were aimed at rural areas and agricultural sciences.

Keywords: *rural university extension; bibliometric analysis; Scientific publications.*

1. INTRODUÇÃO

A literatura destaca diversas discussões e definições acerca das temáticas de extensão universitária, e historicamente é possível verificar a importância acadêmica da temática extensionista como linha de conexão entre a universidade e a sociedade. O espaço da educação e da extensão universitária já colecionam grandes avanços e desafios ao longo da história, modificando os seus entornos e atendendo aos anseios da sociedade. As alterações em busca de melhorias e questionamentos são molas propulsoras para o desenvolvimento das comunidades e estabelece transformações socioeconômicas e de outros vários aspectos direta e indiretamente, uma vez que são lugares de interação social, qualidade de vida, vivência, convivência, movimentos econômicos e competitivos, aprendizado e tecnologias.

Abordar estes caminhos, através de uma análise bibliométrica, no tempo, sobre as últimas pesquisas que se deram realça a necessidade de continuidade destes questionamentos e aprendizados, em busca de melhorias e desenvolvimento e a pesquisa é um campo que desafia os resultados e suas exposições disponíveis, isto é, nem sempre a extensão está presente e ativa veementemente na pesquisa e no ensino de sala de aula, mas sim, no cotidiano das propriedades, comunidades e sociedade civil em geral, mas se torna necessário conhecer as publicações para permitir uma contribuição teórica e como determinados assuntos se difundem no meio científico, identificando pontos fortes e fracos, publicações mais relevantes e transformadoras, os temas mais recorrentes, as lacunas, benefícios e conquistas identificadas. Outrossim, essa investigação proporcionará uma percepção clara de como as ações extensionistas se comportam e a compreensão acerca desta construção teórico-prática e suas atuações em prol dos interesses da sociedade.

A partir disso, a pergunta de pesquisa é: Qual o perfil da produção científica de artigos sobre o contexto da extensão universitária rural no período entre 2001 e 2023? Desta maneira, o presente objetivo é entender os principais números e tendências

sobre a extensão universitária rural, a partir de outras pesquisas científicas no período entre 2001 e 2023.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERCURSOS CIENTÍFICOS

As nuances vivenciadas em uma época de incertezas, passos curtos de desenvolvimento, desafios, mas também oportunidades, fazem com que uma mera informação ou sensação político-social se transforme em um eixo basilar que orienta as agendas governamentais e atuação dos *stakeholders* da educação e pesquisa brasileira.

A educação superior principalmente junto às políticas públicas se tornam atuantes assíduas em prol de uma devolutiva para a sociedade através da luta pela justiça social, solidez da democracia e o enfrentamento de desafios e gargalos das comunidades e suas esferas.

O Ensino Superior é conhecido como um espaço de conhecimento, transmissão, construção, divulgação e aplicação do ensino e da aprendizagem. Além disso, a universidade necessita reelaborar a percepção de que uma de suas atribuições, no sentido mais amplo, é contribuir para a preparação das novas gerações que irão conduzir o país, a sociedade, a educação, o que vai além do papel de preparar novos e inovadores profissionais para o mercado (Alexandre, Pimentel, Silva, 2020, p. 10).

As universidades surgiram em conjunto com a sociedade, na ótica de sua dimensão política. Como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país. São palco de discussões sobre a sociedade. Espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução de problemas (Gomes, 2014). Chama-nos a atenção o destaque dado a função das universidades na contribuição no desenvolvimento socioeconômico e ao atendimento mercadológico a partir das formações e do capital humano (Luz; Brizolla; Garcia, 2017).

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) sinaliza como a primeira instituição na década de 20, onde também se registra as discussões da Academia Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências sobre as concepções e modelo de universidade bem como Reforma do Ensino Superior registrando o período de criação

da Universidade de São Paulo (USP) na década de 30, ainda com concepções distintas à proposta federal, e nascem os movimentos estudantis nos anos 60, década também do marco da Reforma Universitária em 1968 (Favero, 2006). A descentralização e centralização vira um efeito de idas e vindas, muito focadas na elite e na capacitação de trabalho, e esses rumos se transformam ao longo do tempo com vieses democráticos, científicos, emergências sociais e acesso como por exemplo, interiorização das universidades nos últimos governos na busca de fechar lacunas e diminuir disparidades.

Segundo Nascimento e Pena-Vega (2012), a Universidade deve repensar seu papel sistematicamente e criar novas dinâmicas que assumam sua responsabilidade dentro do processo de fortalecimento da democracia e formação de cidadãos autônomos. Para isso, o diálogo entre as disciplinas, a sustentabilidade e o compromisso social são conceitos de referência permanente. A interdisciplinaridade permite que a produção de novos conhecimentos seja muito mais rica e abrangente, sem limitações entre as ciências; a sustentabilidade garante que esta produção seja perene, sem prejuízos à sua realidade presente e futura; e a responsabilidade social permite que o conhecimento gerado se reverta em prol das comunidades.

Após já existentes universidades na Europa, as primeiras universidades latinas foram criadas nos séculos XVI e XVII, com forte resistência portuguesa sobre a criação delas no Brasil, as primeiras foram criadas somente no século XIX quando houve a transferência da corte portuguesa em 1808 para a colônia, que na época a função era de desempenhar funções para a própria corte, sendo que no Império em 1889, existiam apenas escolas voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros, 6 em média, subindo para 24 em 1900, nas décadas seguintes foram surgindo mais escolas superiores ultrapassando 100, muitas delas privadas por conta dos estímulos das instituições católicas, com cunhos profissionalizantes, sem muito envolvimento científico.

No Brasil, surgem as primeiras universidades no início do século XX, com a de Manaus em 1909, a de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912 e nem uma destas eram reconhecidas pelo governo federal, vindo desaparecer. Em 1920 surge a universidade do Rio de Janeiro reconhecida pelo governo federal, sendo conhecida como a primeira universidade existente no Brasil. No Brasil as fontes de pesquisa de maior produção se encontram nas Universidades, então são elas as geradoras de

conhecimento, capazes de transformar os fenômenos naturais em produtos de necessidade social, assim como são nos seus laboratórios que interpretam e renovam os conhecimentos sobre o comportamento social e são nelas que acontecem a construção de respostas para isso tudo (Gomes, 2014; Stallivieri, 2007).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1960 acompanhado da industrialização, necessitou de um desafio de reconstrução e formação acadêmica com vistas ao enfrentamento do desenvolvimento econômico, impulsionados pelo governo federal se consolidou a criação e expansão do ensino superior gratuito.

Alguns momentos na história da educação superior brasileira foram deflagrados, com base em Laus (2005) que evidencia num primeiro momento, que as universidades tinham a orientação de dar uma maior ênfase ao ensino do que à investigação. Instituições extremamente elitistas, com forte orientação profissional. No período de trinta anos, compreendido entre 1930 (revolução industrial) e 1964 (governo militar assume o poder), foram criadas mais de 20 universidades federais no Brasil. O surgimento das universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, com a contratação de grande número de professores europeus, marcou a forte expansão do sistema público federal de educação superior. Nesse mesmo período, surgem algumas universidades religiosas (católicas e presbiterianas).

Final da década de 60, iniciou o movimento da reforma universitária, que tinham como base a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como mote das instituições de Ensino Superior. Impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro, e a partir dos anos 90, iniciou uma quarta fase com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior. Havia a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade (Laus, 2005).

A transformação da extensão universitária em um instrumento efetivo de mudança da universidade e da sociedade caminha em busca do desenvolvimento e novas oportunidades, por meio de políticas públicas e sua efetividade, que por sua vez, depende fortemente do que a Universidade pública e sua extensão, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade (FORPROEX, 2012). Num contexto

sombrio que com ineficácia e pouco investimento para a educação, os instrumentos científicos se tornam obsoletos ou inexistentes, desencadeados por crises em todas as instâncias e tipos, aponta um quadro onde a universidade se põe a ser um pilar de esperança e desafio, cabendo-lhe promover a superação teórica e prática enquanto produtora de conhecimento.

Reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar, trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança (FORPROEX, 2012).

A afirmativa da centralidade da Extensão Universitária se consolida como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País (FORPROEX, 2012).

As disparidades sociais, ambientais e culturais, desigualdades de acesso a oportunidades sejam financeiras ou educativas, entre outras discriminações ou diferenças no Brasil, convivem com a dinâmica econômica e inovação tecnológica que desenvolve e ao mesmo tempo afunda a nação em outras esferas e nichos, e o efeito de políticas públicas efetivas vem surtindo resultados positivos, mas o caminho ainda é longo para a construção participativa e saudável de um país que alcancem camadas mais exitosas e menos desiguais.

A universidade pública em especial, passa a ser vista como um agente transformador de vidas, e desempenham uma função catalisadora no ambiente em que se insere e proporciona pontes de oportunidades mesmo dentro de um contexto ainda caótico, a extensão universitária caminha de uma maneira mais específica e forte para este processo. No ponto de capacidade burocrática construída com empenho político, criatividade institucional, tecnologias e investimentos em formação profissional, entra o papel da universidade principalmente a pública, pois:

Enquanto instâncias produtoras do conhecimento, as universidades devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias

e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses 'produtos' estejam afinados com os valores e interesses sociais. Não é preciso repetir aqui a importância da Extensão no cumprimento dessa missão da Universidade Pública. Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (FORPROEX, 2012, p. 23).

Nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético. [...] tecnologias, técnicas e teorias não são neutras (FORPROEX, 2012, p. 23). O desenvolvimento sustentável requer alguns subsídios a mais do que o desenvolvimento econômico, e a extensão entra neste ponto como potencial sensibilizador de estudantes, professores e pessoal para os problemas sociais, pois melhora a capacidade técnica e teórica desses atores tornando mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração de políticas públicas mais bem desenhadas, na natureza estrutural e conjuntural, a universidade encontra desafios que limitam a criatividade política, institucional e organizacional, como o financiamento instável, marco jurídico-legal defasado, conservadorismo e elitismo que somados podem causar emperramento na gestão universitária, descontinuidade de projetos, e resistência à mudanças em direção das demandas da sociedade, o que conseqüentemente emperra o desenvolvimento ético, humano e sustentável. Contudo, há conquistas que valem ser destacadas como os Planos e Programa de financiamento, estruturação, interiorização e apoio de universidades simbolizando oportunidades de ensino de qualidade e gratuito e de melhorias do ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012).

“A universidades socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social de forma articulada com a sociedade” (Mauad et al, 2017, p. 23).

Sob perspectivas comparativas internacionais atrelando o contexto da universidade pública no processo de construção do desenvolvimento, há um entendimento dos problemas da globalização, e países da América Latina, como o Brasil, que se caracterizam por se encontrarem numa marginalidade internacional da produção de ciência e tecnologia, as universidades públicas teriam e têm um papel fundamental no encaminhamento dessas questões.

A partir dos anos 50, as universidades públicas passaram a ser consideradas peças-chave na concepção da política científica nacional, pois surgiram, nessa época, as principais lideranças nas comunidades científicas acadêmicas, que criaram as condições para uma política pública de ciência e tecnologia nos anos 60. A principal ideia era a formação de uma infraestrutura técnico-científica e uma massa crítica capazes de desenvolver matérias-primas e aumentar a produção e a produtividade industrial. Entretanto, no mundo real as coisas não funcionaram dessa forma, isto é, na prática, este esquema ajudou a aumentar o número de instituições de educação superior, mas foi incapaz de reforçar a tecnologia local, que permaneceu incipiente e, em geral, sem muita influência na estrutura produtiva (Kawasaki, 1997, p. 2).

Hoje, como consequência da ausência de um modelo alternativo de desenvolvimento em nosso país, há uma indefinição de políticas em Ciência e Tecnologia - C&T, o que tem gerado uma falta de demanda científica e tecnológica dos centros de pesquisa em C&T. podendo tornar esse processo totalmente ultrapassado e obsoleto em pouco tempo. Outrossim, a existência de centros de pesquisa sem a correspondente demanda social, em especial do sistema produtivo, pois segundo Kawasaki (1997), o Brasil embarcou em um projeto ambicioso de elevar suas universidades públicas ao patamar das melhores *research-universities* do mundo, antes de empreender quaisquer tentativas sérias de resolver problemas básicos da educação primária, secundária, técnica e educação superior de massas. Isto é, o Brasil possui alguns dos melhores programas de Pós-Graduação e um dos piores e mais desiguais sistemas de educação básica da região. Não significa dizer que os esforços de criação de boas universidades e grupos de pesquisa competentes devem ser adiados, até que os problemas da educação básica estejam resolvidos, mas que ambos devem coexistir e que o retorno social da pesquisa deve ser uma das principais metas das universidades.

As universidades públicas, indiscutivelmente, têm um compromisso com o saber sistematizado, mas têm, também, um sério compromisso com problemas e desafios concretos colocados pela sociedade. A análise do contexto atual em que as universidades se encontram demonstra que a sua atuação, junto aos problemas sociais, tem sido bastante insatisfatória. A luta pela defesa da universidade pública vem enfraquecendo dia-a-dia, pois já não tem mais o apoio da sociedade, que a considera um investimento muito caro, com baixo retorno social. Para reforçar esse quadro, existe todo um 'lob' da privatização que assola o país de ponta a ponta. Não é papel da universidade dar retornos imediatos ou resolver os problemas sociais, mas cabe a ela formar quadros críticos, ou seja, profissionais com competência técnica, científica e social, para o enfrentamento dos desafios e impasses postos pela sociedade (Kawasaki, 1997, p. 6).

O aprimoramento e ampliação da educação científica precisa ser urgente para garantia da efetiva capacitação científica e tecnológica, em todos os seus níveis essa competência deve ser uma preocupação das universidades públicas no seu contexto social, incentivando atividades que promovam a extensão e continuidade da educação e formação de seus colaboradores para que haja um maior envolvimento e comprometimento com o desenvolvimento local e conseqüentemente regional (Kawasaki, 1997).

Em decorrência dos estudos acerca da função e evolução da educação superior muitas opiniões e caminhos são mostrados e debatidos, mas todos envoltos uma mesma problemática, Favero (2006, p. 19) aponta que:

A universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas (Favero, 2006, p. 16).

Favero (2006) ainda argumentava até a década de 60 que, as instituições universitárias enfrentaram crises e desafios que eram presentes, mas não exclusivos à educação e sua existência, mas sim circunscrevem relações com colapsos de instituições existentes na sociedade brasileira que não satisfazem aos interesses da época, e ainda não tinham respondido às necessidades emergentes. Isto é, outras demandas se consideram paralelas às universidades e até hoje ela integra problemáticas entrelaçadas em diversas esferas e agentes da sociedade.

Ao entender o contexto da educação, não há como desassociar os aspectos de ordem cultural, econômica, social, política e ambiental, ao menos. Pois, inclusive, estes aspectos farão parte das observações metodológicas que iremos encontrar no percurso da operacionalização das buscas por dados e discussões do objeto de estudo deste trabalho.

A América Latina é vista com consideráveis índices desiguais em vários aspectos, incluindo-se, entre eles: distribuição de renda, despesas com bens de consumo, serviços, acesso à saúde e educação. Contudo, a universidade neste continente, desde o seu surgimento, tem assumido um papel muito maior do que sua responsabilidade formativa. Ela traz para si a decisão de formar cidadãos empenhados com o compromisso social, com a luta pela diminuição das desigualdades, com a criação de oportunidades para todos, com o compromisso do desenvolvimento

econômico e social e com a construção e manutenção de identidades culturais (Stallivieri, 2007).

Historicamente, a instituição Universidade constituiu-se como lugar de produção do conhecimento, posteriormente agregando a função de formação de profissionais, com caminhos e tempos distintos, mas que traz como marca inerente o reconhecimento do conhecimento científico e uma autonomia autocentrada que lhe permite estabelecer o que merece ser pesquisado e o tipo de diálogo ou monólogo em relação à sociedade, ou com quais setores ele é estabelecido (Gonçalves, 2015).

Em regiões latinas, com base em Stallivieri (2007), o desafio paira em oferecer aprendizagem, investigação e oportunidade de trabalho, a fim de assegurar conhecimento que oportunizem o desenvolvimento de suas economias. “Há uma percepção unânime de que a expansão e a qualificação do ensino superior são condições estruturais para um desenvolvimento econômico e social duradouro e consistente no Brasil” (Neves; Martins, 2018, p. 95).

Pois essa formação cidadã e qualificação proporciona o acesso ao mercado, geração de renda e qualidade de vida, caminhos de ambientes em que a educação se encontra valorizada, exemplo dos países desenvolvidos. Neste sentido, observase que o Brasil, busca ao longo dos anos e dos governos, uma melhoria nesse campo, mas encontra caminhos tortos, em passagens de governos mais críticos como o Governo Bolsonaro (2018-2022), onde encontraram-se extinção de políticas públicas e cortes de investimento da educação, declinando o avanço dos esforços da ciência e do acesso dos indivíduos a continuarem ou ingressarem seus estudos.

O Brasil voltou a integrar o ranking das 10 maiores economias do mundo, segundo ranking da Austin Rating em 2022, com o PIB (Produto Interno Bruto) nominal chegando a US\$ 1,8 trilhão, numa extensão territorial aplaudida por pouco mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, com uma população aproximada em mais de 215 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2022), muito embora, a taxa de matrícula neste nível de ensino ainda é uma das mais baixas e o sistema educacional tem sido questionável, com base em Neves e Martins (2018). Esta pesquisa busca estudar o ensino superior público brasileiro em seus recortes nas unidades de federação como amostras, então com isso, a nomenclatura relacionada aos agentes deste estudo serão as instituições de ensino superior (IES), sendo elas consideradas os Institutos Federais e Universidades neste estudo, entretanto com base na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de Lei nº 9394/96 as IES são identificadas além das já mencionadas, em centros universitários, faculdades e centros de educação tecnológica, naquele universo que se pretende entender as suas interações sociais.

A criação de novas universidades e de novos centros universitários através da acreditação das faculdades integradas existentes é também um reflexo do crescimento do ensino secundário, que por sua vez responde a duas forças motrizes que impulsionam a expansão do ensino superior: por um lado, a necessidade do mercado de trabalho que demanda profissionais capacitados, com novo perfil, novas qualificações profissionais e novos conteúdos; por outro, as aspirações culturais que fazem do acesso ao ensino superior parte da cultura dos jovens que saem do ensino secundário, com um interesse nunca antes visto (Stallivieri, 2007 p. 34, tradução nossa).

Ainda sobre a LDB, estabelece-se que a educação superior buscará estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico e reflexivo, formar diplomados aptos para desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua, incentivar a pesquisa, ciência e tecnologia, desenvolvendo o meio em que o homem e a mulher vivem, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, e comunicar através de publicações e outras formas, aperfeiçoar cultural e profissionalmente as gerações, estimular o conhecimento dos problemas do mundo, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecer uma relação de reciprocidade, e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 2022).

Observando todas as diretrizes da lei supracitada, cravam a responsabilidade que a universidade – em especial a pública – tem sobre a sociedade, ainda mais fortemente o teor da extensão, por ser uma das categorias que enlaça de uma maneira mais forte a contribuição universitária para com o desenvolvimento e participação da sociedade. Nem sempre a extensão foi vista e percebida em vários aspectos no meio universitário, antes observa-se um processo de atividade de alguns, ao longo do tempo, se tornou mais expansiva e interdisciplinar abrangente em vários aspectos e vários formatos em prol da relação universidade-sociedade.

Os atores envolvidos, particularmente os responsáveis pelas políticas públicas, não tem se traduzido em intervenções efetivamente capazes de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários à pavimentação de um caminho claro e consistente

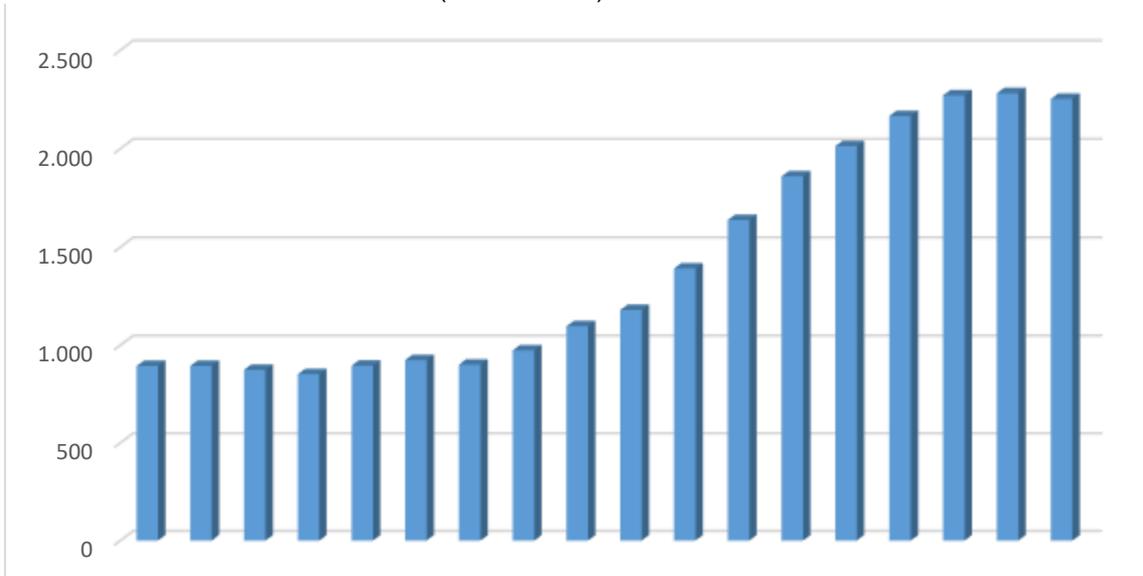
de mudanças, mesmo com a peculiaridade do ensino público minoritário com relação ao ensino privado, diferenciado e amplamente majoritário em matrículas e número de instituições (Neves; Martins, 2018).

O olhar sobre o conhecimento, partindo de Leff (2009), transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo, o saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história estabelecendo novas identidades e territórios de vida, o saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada dentro de distintas racionalidades culturais. Este aprender o mundo se dá através de conceitos e categorias por meio das quais codificamos e significamos a realidade, por meio de formações e elaborações discursivas que constituem estratégias de poder para a apropriação do mundo. Toda aprendizagem implica uma reapropriação subjetiva do conhecimento, porém significa, sobretudo, uma transformação do conhecimento a partir do saber que constitui o ser. Em termos de aprendizagem, a educação permite preparar a construção de uma nova racionalidade que permita novas formas de convivência com os outros, no ambiente que possuem identidades múltiplas acolhendo diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida. Esse é o maior desafio da educação na atualidade está na responsabilidade de coadjuvar o processo de reconstrução e educação para que as pessoas sejam capazes de suportar a carga da crise civilizatória e convertê-la no sentido de sua existência para o reencantamento da vida e para a reconstrução do mundo.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução da atuação, abrangência e expansão das instituições de ensino superior no Brasil, e as matrículas dos alunos em suas esferas federais, estaduais, municipais e privadas, nas últimas décadas.

O gráfico 1, aponta entre os anos de 1991 e 2008, com base nos dados extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de instituições de educação superior no país, e percebe-se uma evolução constante independente da esfera, embora haja poucos declínios ou estagnações, sendo a evolução das esferas privadas sempre ascendentes. Chegando em 2009 a um total de 2052 IES, sendo 93 federais, 82 estaduais, 61 municipais e 2016 privadas.

Gráfico 1 - Número de IES do Brasil (1991 a 2008)



Fonte: MEC/Inep; Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2009 a 2020.

No gráfico 2, pode-se observar esta evolução de forma mais específica entre as esferas, sendo pontuado entre os anos de 2009 e 2019, uma evolução quase constante, com nuances pouco significativas.

Gráfico 2 - Número de IES do Brasil (2009 a 2019)



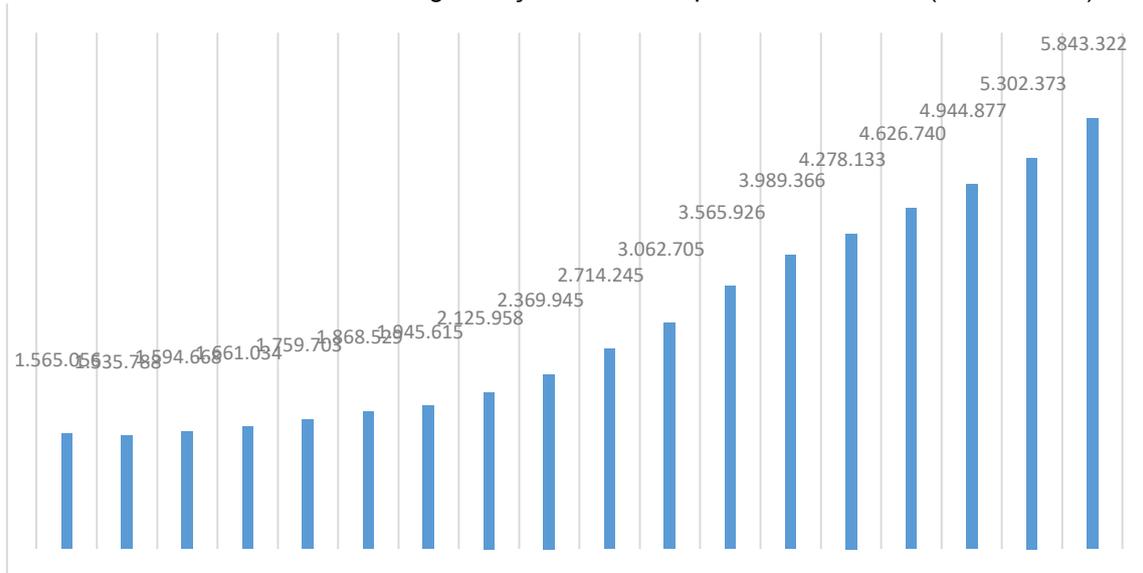
- Total Brasil
- Total Federal
- Total Estadual
- Total Municipal
- Total Privada

Fonte: Ministério da Educação/Inep; Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2009 a 2020.

Diante de dados do Censo de Educação Superior (INEP, 2015), disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), haviam 107 instituições federais, 120 estaduais, 68 municipais – sendo 85 em 2014 e 73 em 2013, considerando-se a única queda entre as IES públicas, e 2069 instituições privadas no país – tendo apenas uma única queda, pois em 2013 representado por 2112 instituições. Na organização acadêmica, 195 universidades (110 públicas), 149 centros universitários, 1980 faculdades e 40 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFETS) e centros federais de educação tecnológica (CEFETS). Ao todo, mais de 300 instituições ofertando cursos superiores. 175 mil docentes em IES públicas. As universidades são as que concentram mais produção de novos conhecimentos, agregação de valor e integração com a produção tecnológica e industrial, salvo as voltadas à agroindústria, principalmente nas capitais, onde se concentram mais de 35% das IES. O Brasil, alcança o 13º lugar na produção acadêmica, 25% dos estudantes estão nas universidades públicas (Camargo, 2013).

No gráfico 3 observa que em 2020, acumulou-se um total de 2457 IES, sendo públicas, 304 e privadas, 2153, o que reforça a gama de ofertas das instituições privadas e isso se repete no número de matrículas (que serão vistos logo em seguida), a busca por novas formas de estudo, rotinas, localização geográfica e até mesmo o não êxito de candidatos nas vagas públicas. Nota-se no gráfico a seguir, é observado a quantitativo de matrículas, primeiramente de cursos entre 1991 e 2008.

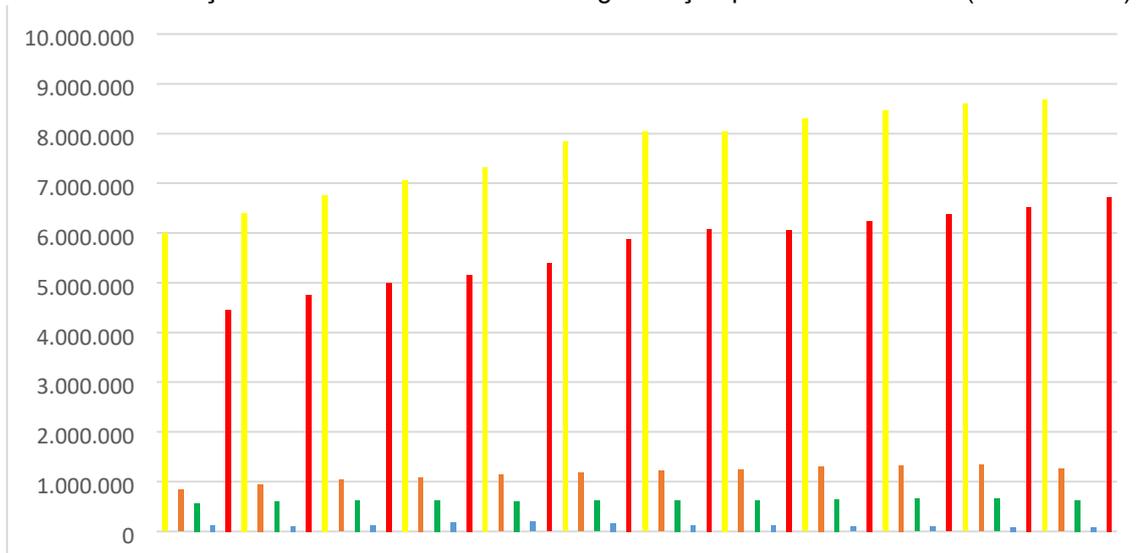
Gráfico 3 - Matrículas de cursos de graduação oferecidos pelas IES do Brasil (1991 a 2008)



Fonte: MEC/Inep; Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2009 a 2020.

Segue-se a evolução, também na década seguinte ao gráfico anterior, conforme o gráfico 4, em 2020, sinalizando 8.680.945 matrículas em IES, 6.724.339 em instituições privadas e quase 2 milhões em instituições públicas, especificamente 1.956.606 matrículas.

Gráfico 4 - Evolução de matrículas dos cursos de graduação pelas IES do Brasil (2009 a 2019).



- Total Brasil
- Total Federal
- Total Estadual
- Total Municipal
- Total Privada

Fonte: MEC/Inep; Dados extraídos do Censo da Educação Superior de 2009 a 2020.

A variabilidade entre os tipos, categorias de ensino e regiões é alta, pois cada território apresenta demandas, investimentos, oportunidades, acessos e desafios diferentes para com o ensino, produção científica e articulação econômica.

Os grandes e recorrentes desafios são o da expansão da matrícula com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de ensino, de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade, a excelência da formação oferecida e uma equação adequada de financiamento da expansão (Neves; Martins, 2018, p. 118).

O ensino superior no Brasil, nas últimas décadas trilhou caminhos entre os setores privado e público, no primeiro sustentado a partir do pagamento de mensalidades e o segundo, através dos investimentos e financiamento dos estudos através do Estado, o entrelaçamento entre estes setores dá-se pela filantropia, programas de crédito e subsídios na forma de renúncia fiscal e negociação de dívidas. Desse modo, o poder público busca oferecer oportunidade de acesso aos estudantes de baixa renda no ensino superior privado, entretanto, observou-se que a oferta de vagas no setor público gratuito crescer de forma limitada e que os programas aos estudantes no setor privado mostram-se aquém da demanda real (Neves; Martins, 2018).

O sistema de ensino superior brasileiro caracteriza-se, também, pela grande diversidade de tipos de instituições que o compõem, tanto no que diz respeito ao crescimento quanto ao perfil demográfico da demanda e da composição do corpo docente. Essas transformações foram fruto de programas e de medidas governamentais com impacto direto e indireto sobre o sistema, mas que não chegam a configurar uma política conceitualmente estruturada e abrangente. Iniciativas institucionais contam, igualmente, como motor das transformações observadas (Neves; Martins, 2018, p. 118).

Enquanto os poderes públicos têm função decisiva para promover políticas e ações de governo assistenciais para territorialidades deprimidas ou estagnadas, IES e Institutos de Ciência e Tecnologia – ICTs têm características altamente desejáveis para colaborar com a detecção, potencialização e geração de vocações locais. Essas instituições acadêmicas são, por sua natureza, estáveis e permanentes – por exemplo, a mudança de gestão das universidades não afeta essência das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Esses elementos revelam-se como uma potencialidade

para aproveitamento no contexto regional, na estruturação de ações estratégicas e de planejamento para promover as potencialidades do território, com base em (Gilioli, 2018). As IEs e ICTs foram alvo de expansão e interiorização de campi público na última década, por outro lado carrega crises e cortes de recursos que declinaram seus orçamentos promovendo restrições à difusão e continuidade do conhecimento no setor produtivo e na sociedade civil. Esse cenário duplo reflete a atuação governamental neste ponto e acentua os desafios da comunidade como um todo.

“A educação superior é imprescindível para a melhoria da produção de escalas territoriais adequadas à adoção de políticas públicas e de planejamento estratégico regional” (Gilioli, 2018, p. 75). A educação superior é nível de ensino essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade, pois qualifica mão de obra – formando professores -, promove mobilidade social e incrementa a economia, criando valor agregado (Gilioli, 2018).

As IES têm caráter vital não somente na formação de recursos humanos, mas também na geração de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento socioeconômico (Chiarini, Vieira, 2012, p. 119).

Comparado a educação básica, o custo da superior é maior, por conta dos laboratórios, qualificação profissional, áreas de conhecimento puro e aplicado gerando valor agregado, sendo que naquela primeira, as finalidades é a transmissão do estado atual do conhecimento para jovens com pouca criação deste, aplicando o já existente, pois essa razão a educação superior se torna decisiva; e as políticas públicas integram um papel essencial, não somente ao investimento de infraestrutura para centros, custeios de pessoas qualificadas, bolsas e programas e promoções de apoio à ciência, mas também a efetiva integração do tripé ensino-pesquisa-extensão, promoção de redes de pesquisadores, territorialização de conhecimento e equilíbrio da pesquisa básica e aplicada e interação entre os espaços acadêmicos e dos seus atores (Brasil, 2018; Chiarini e Vieira, 2012).

Dados demonstram que até 95% do conhecimento científico é produzido em IES públicas. As universidades são responsáveis por esse índice de produção de conhecimento, imprescindível para o desenvolvimento nacional. (Camargo, 2013).

“O conhecimento científico-tecnológico é um fator competitivo e *conditio sine qua non* para a capacidade inovativa; seu desenvolvimento é um processo dinâmico e resulta da interação entre diferentes agentes econômicos” (Chiarini, Vieira, 2012, p.

118). Especialmente, pois os novos paradigmas tecnológicos estão permeados por conhecimentos científicos de fronteira, em ambiente de incerteza radical. Um desses agentes é a universidade (Chiarini, Vieira, 2012).

Dessa forma, as universidades impactam o crescimento econômico devido a excelência em pesquisa avançada e ao aumento do estoque de capital humano, afinal os recursos humanos são reconhecidos como fator determinante do desenvolvimento (Chiarini, Vieira, 2012). O nível de educação da população é diretamente proporcional ao desenvolvimento de um país, portanto, é necessário que se oriente tal educação de forma consistente e estruturada, e se assegure o fortalecimento cultural e o ciclo virtuoso que diminuam diferenças socioeconômicas e ofereçam condições dignas de trabalho e renda (Diniz; Goergen, 2019).

Como ocorre nos âmbitos internacional e nacional, também no da Universidade Pública brasileira encontramos limites, de natureza estrutural e conjuntural, e possibilidades que desafiam a criatividade política, institucional e organizacional. Entre os limites, destacam-se o financiamento instável, que prejudica a continuidade dos projetos; o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira. Em seu conjunto, essas limitações, caso não enfrentadas, colocam riscos ao cumprimento da missão da Universidade Pública de produzir conhecimento capaz de induzir um desenvolvimento ético, humano e sustentável (FORPROEX, 2012, p. 24).

No Brasil, por exemplo, as universidades não formam um grupo homogêneo de criação de conhecimento, havendo universidades mais intensivas na geração e produção de conhecimento científico e tecnológico que outras (Chiarini, Vieira, 2012), adjetivando esse universo a um processo complexo e multifacetado (Barros e Araújo, 2018). Tornando as realidades e aplicações de conhecimento diversificadas. É válido salientar que as políticas educacionais não podem apenas estar vinculados às publicações, mas também solidificar-se com o desenvolvimento sustentável local, buscando modificar bases culturais, econômicas e sociais de geração de valor e qualidade de vida.

Observando o termo extensão, semanticamente, se mostra de imediato como algo que se estende, e se estende a algo ou alguém, e nesse percurso de linguagem, Freire (1983), aborda que aos extensionistas aplica-se o ponto de estender seus benefícios concretos ou abstratos: “O que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas” (Freire, 1983, p. 11).

Mas, precisamente porque sua ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão, o conceito de extensão também não tem sentido do ponto de vista humanista. E não de um humanismo abstrato, mas concreto, científico (Freire, 1983, p. 11-12).

O autor, ainda complementa:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo (Freire, 1983, p. 12).

Associando assim à termos brutos como transmissão, entrega, doação, mecanismos, invasão cultural, manipulação, etc. No sentido de promover a educação, ou a chamada ‘extensão educativa’, como pratica de educar e educar-se, com a presença de conteúdos estendidos, com a complementariedade da ordem técnica e humanística. Uma vez que, a extensão para Freire, é vista como comunicação e diálogo, por isso da incógnita em um dos seus livros “Comunicação ou Extensão?”. Pois “o mundo humano é, desta forma, um mundo da comunicação” (Freire, 1983, p. 44).

A extensão – difusão do conhecimento produzido nessas instituições para a sociedade e sua conversão em ações e resultados de impacto social, econômico e cultural – ainda é pouco valorizada no meio acadêmico. Parte das respostas ao desenvolvimento regional dependem do envolvimento das IES com o seu entorno, sendo a extensão decisiva para isso, contanto que não seja isolada em relação ao ensino e à pesquisa (Brasil, 2019).

A pesquisa científica valoriza desproporcionalmente *papers* em detrimento de outras iniciativas que vinculem as IES de maneira mais orgânica às suas comunidades. É inegável que a produção de conhecimento novo e o progresso do saber dependem, em grande medida, de publicações científicas de qualidade e bem estabelecidas, mas estas não podem eclipsar ou estarem desarticuladas do ensino e da extensão (Gilioli, 2018).

“A indissociabilidade é compreendida como a vinculação das atividades extensionistas às de formação e às de produção de conhecimento, promovidas pela Universidade” (Gonçalves, 2012, p. 1249).

A extensão universitária é, no Brasil, a parte mais fraca do tripé formado também por ensino e por pesquisa. O impacto econômico, social e de sustentabilidade para o entorno das IES é pouco mensurado e, na prática, é considerado atividade de menor valor para pesquisadores e, sobretudo, agências de fomento (Gilioli, 2018, p. 82).

Os serviços de extensão muitas vezes são vistos como recursos insuficientes e descontínuos com problemas de motivação e incentivos e com uma escolha de carreira inviável, mas a extensão universitária vive também um momento de reconhecimento crescente compondo critérios de índices de avaliação institucional (indicadores) como meta curricular para os anos atuais e futuros, e entre debates de curricularização.

Com base na Política Nacional de Extensão, (FORPROEX, 2012) alguns princípios básicos norteiam as atividades extensionistas pautados no âmbito do Fórum como reconhecer o alicerce da ciência, arte e tecnologia; a sensibilidade da universidade perante os problemas e apelos sociais, a participação em movimentos em prol da redução da desigualdade social, a ação cidadã e divulgação científica, atos estes com a finalidade de transformação social e fortalecimento da educação básica. Reforçados pela visão de Nunes (2013) que destaca a extensão como aproximação universitária à sociedade, produzindo conhecimento e intervindo na sociedade provocando esta transformação social.

Desse modo, alguns desafios também se tornam evidentes e anunciados pelo mesmo documento, visto que o Fórum veio a se tornar e ser considerado o mais importante *locus* político de discussões a respeito da extensão, e o PNE é uma rica via de aplicação destas políticas e ações (quadro 1):

Quadro 1 - Desafios com base na Política Nacional de Extensão

1. Redefinir e ampliar a chancela institucional das ações de Extensão Universitária, por parte das Universidades Públicas, de forma a imprimir a estas uma maior transparência, o que está em consonância com sua missão, tal como definida pelas mudanças correntes na educação superior;
2. Estimular, por meio da Extensão Universitária, o protagonismo estudantil no processo de mudança da educação superior, tanto em âmbito nacional quanto subnacional (estadual e mesmo municipal);
3. Garantir a dimensão acadêmica da Extensão Universitária, isto é, seu impacto na formação do estudante, superando certa tradição de desenvolvimento de ações isoladas - particularmente na área de prestação de serviços - que têm carecido dessa dimensão;
4. Exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do <i>status quo</i> ;
5. Fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;

6. Estabelecer bases sólidas de financiamento da Extensão Universitária, imprimindo aos processos publicidade, transparência e continuidade, priorizando projetos vinculados a programas e, finalmente, superando a fragmentação e o caráter eventual dos recursos destinados às ações extensionistas;
7. Definir o papel dos editais, dos planos plurianuais e dos orçamentos autônomos das Universidades Públicas, em relação a uma política regional e nacional de financiamento das ações de Extensão Universitária;
8. Atualizar as áreas temáticas da Extensão Universitária, de forma a aumentar seu grau de consonância com os desafios contemporâneos e com as demandas inter e transdisciplinares;
9. Atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica;
10. Incorporar, ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão, aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão Universitária;
11. Priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo;
12. Assegurar o uso de tecnologias educacionais inovadoras e efetivas nas ações de Extensão Universitária, de forma a garantir seu fortalecimento;
13. Contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida

Fonte: FORPROEX, 2012, p. 39-41.

E conforme FORPROEX (2012), alguns pontos se tornam prioridade nas estratégias relacionadas com a extensão universitária, como os processos burocráticos até que as ações entrem em atividade, monitoramento (continuidade efetiva e observação de indicadores), financiamento e investimento (recursos e bolsas), flexibilização curricular e créditos do estudante, valorização docente, participação de servidores técnicos-administrativos e envolvimento da comunidade externa em decisões.

Nota-se, a partir da afirmação de Almeida (2015), que a extensão universitária ao lado do ensino e da pesquisa é parte do pilar de sustentação do ensino superior brasileiro e tem um papel fundamental de contribuição superando a formação profissional apenas, contribuindo então para que o estudante possa ter acesso à formação integral, ética e humanística, tão necessária para os dias atuais.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é bibliométrico que de acordo com Richardson et al (1999), implica em levantar informações secundárias, já registradas, sobre um fenômeno com o objetivo e compreender suas características e importância e evolução no tempo. Inicialmente o corte foi longitudinal no período de 1992 a 2022, considerando a evolução dos dados no tempo, permitindo a identificação e descrição de padrões e

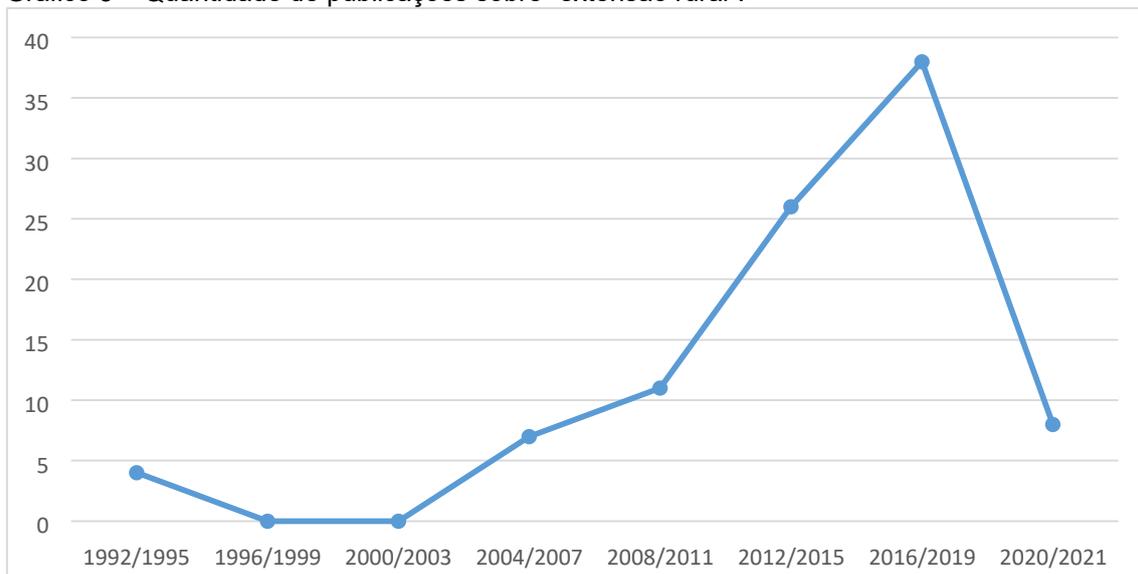
tendências na produção de conhecimento científico. Logo após houve um novo direcionamento e afinamento.

Os dados foram, apenas secundários, ou seja, registrados, a partir da base de dados Periódicos da própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com as produções nacionais - o que se torna imprescindível para que os filtros captem estudos feitos no Brasil. Registra-se e evidencia-se aqui, a importância da CAPES, pois representa a maior base de dados livre, e que agrega em absoluto a pesquisa proposta consolidando a riqueza dos dados.

No primeiro momento, a seleção de artigos científicos foi realizada por meio de buscas na base de dados da CAPES, no dia 10 de abril de 2022, com a seguinte palavra-chave: “Extensão” e o filtro ativo: “Extensão Rural”. Outras buscas na plataforma resultaram em um número de baixa representatividade, e na plataforma CAPES foi identificado maiores representações do assunto estudado, a utilização a priori das palavras-chaves: “extensão rural e desenvolvimento rural sustentável” abarcou temas muito diversos que não trouxeram grandes objetividades à temática estudada, e nem todos os termos selecionados no filtro eram ligados ao foco dos trabalhos, desclassificando esta alternativa.

O gráfico 5 apresenta os principais nuances dos trabalhos científicos encontrados ainda na primeira busca. Os dados foram tratados por estatística simples, com o uso do *software Excel* para a organização do perfil do estudo.

Gráfico 5 – Quantidade de publicações sobre “extensão rural”.



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Após os refinamentos de palavra-chave, artigos científicos e idioma, observa-se que nos cortes temporais feitos de maneira quadrienal, os 94 trabalhos selecionados tiveram sua primeira publicação no ano de 1992 e a última em 2021 demonstrando assim a relevância e atualidade no tema proposto. Conforme a figura é possível identificar que a maior quantidade de publicações pertinentes ao tema ocorreu entre 2008 e 2019, totalizando 75 trabalhos, equivalente a 80% de produções científicas sobre o tema, alcançando o pico entre 2016 e 2019 com 38 trabalhos no quadriênio, simbolizando que na última década houve um acentuado debate sobre o assunto. Percebe-se que, após 2019 o número de publicação não se tornou tão representativo, - talvez pelos fenômenos sociais e crises que tenham acontecido em diversas esferas inclusive em questões políticas e alternância de governos que tenha se tornado motivações para precarização e estagnação do estímulo de algumas publicações e suas continuidades - e em 2022 ainda não houveram publicações a respeito, neste espaço de tempo só houveram 8 registros, indicando que esta pesquisa é de crucial importância para o contínuo desenvolvimento da pesquisa científica ao referido tema.

Para ampliar a compreensão do que estes 94 trabalhos abordam de uma maneira mais pontual, optou-se por elencar a concentração dos assuntos com base nas seguintes dimensões (tabela 1). A partir da busca de estudos conforme filtros previamente selecionados, em vistas de identificar o alcance da extensão rural brasileira, resultando em 116 trabalhos. Um outro filtro foi ativado – o idioma português – para que favorece o nível de aproximação deste critério mencionado e também a análise do trabalho, chegando a 94 resultados, todos eles se configuram como artigos científicos desde 1992.

Tabela 1 – Dimensões dos assuntos extraídos na análise bibliométrica

As características construtivas culturais com base no conhecimento, educação ambiental, saúde e segurança alimentar e qualidade nutritiva.

Inovações tecnológicas (Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs) e pesquisa e desenvolvimento

Manejo, métodos e práticas estratégicas para o desenvolvimento local (cultivo).

Alternativas sustentáveis para pequenos produtores e produtividade da agricultura familiar e comunidades tradicionais

Agroecologia

Políticas públicas, legislação e gestão

Protagonismo e sucessão juvenil e participação da mulher, e a soberania alimentar

Lacunas da assistência técnica e extensão rural

Redes de inclusão produtiva, capacitação, modernização e interdisciplinariedade

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A agricultura é fundamental para a vida de meio bilhão de pessoas que vivem em perímetros rurais, e os serviços de extensão são uma das principais instituições que apoiam essas pessoas com esse público com aconselhamento e outros serviços de assessoria (Davis, 2016). Todos os fatores levantados demonstram pontos-chave que foram e são trabalhados a partir da literatura clássica e atual.

Então por fim, destaca-se com afincos o uso do filtro “extensão universitária rural”, foi o que gerou um resultado mais direto, confiável e operacionalizável, ou seja, aliou a quantidade suficiente de trabalhos à objetividade para conclusão da análise bibliométrica com mais precisão e atendimento de prazos, além de tornar a pesquisa mais orientada à atuação da universidade ou demais instituições de ensino superior.

Fez-se o corte temporal total disponível na plataforma que foi de 2001 a 2023 no dia 02 de agosto de 2023, a partir dos filtros de idioma, modalidade e coleção chegando a 18 trabalhos, conforme demonstrado na Quadro 2.

Quadro 2 – Filtros de buscas e seleção de trabalhos

Histórico	Termos-chave	Filtros acessórios	Quant.
1ª busca	“extensão universitária rural”	-	259
2ª busca	“extensão universitária rural”	Idioma: Português; Modalidade: Artigos	163
3ª busca	“extensão universitária rural”	Idioma: Português; Modalidade: Artigos Coleção: SciELO Brasil.	20
4ª busca	“extensão universitária rural”	Idioma: Português; Modalidade: Artigos Coleção: SciELO Brasil. Exclusão de artigo repetido ou desconexo	18

Fonte: elaboração própria (2022)

A construção de uma nuvem de palavras desenvolvida no *WordClouds* proporcionará uma visão dos principais assuntos e questões envolvidas neste processo. Na seção seguinte serão apresentados os artigos selecionados e seus principais diálogos.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da investigação desenvolvida, esta seção tratará dos resultados encontrados e discuti-los com as principais teorias, ocasionando no desenvolvimento de uma observação fundamentada e que permitirá observar novos nortes para este estudo.

O quadro a seguir apresenta a lista de artigos selecionados e suas características, com base nos critérios já supracitados.

Quadro 3 – Artigos selecionados do periódico

	Título	Autor	Ano
1	Limites e potencialidades da formação universitária na América Latina para a prática da extensão rural	LANDINI, F.	2020
2	Avaliação econômica de alternativas de investimentos no agronegócio da uva no meio oeste Catarinense	KREUZ, Carlos Leomar; SOUZA, Alceu; SCHUCK, Ênio; PETRI, José Luiz	2005
3	Que a universidade se pinte de povo	MONTEIRO, J. O.	2017
4	Princípios de biossegurança aplicados aos laboratórios de ensino universitário de microbiologia e parasitologia	SANGIONI, Luis Antônio; PEREIRA, Daniela Isabel Brayer; VOGEL, Fernanda Silveira Flores; BOTTON, Sônia de Avila	2013
5	Educação a distância e as bibliotecas universitárias: uma interação necessária	COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SANTOS, Marizete Silva; BARBOSA, Anderson Luiz da Rocha	2015
6	O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais	SOARES, Diego	2006
7	Avaliando a eficácia de estações de teste de extensão agrícola universitária usando a metodologia Wuli-Shili-Renli	LIU, Tingting; TAO, Peijun	2021
8	Lesões traumáticas de aorta em zona rural: série de casos com manifestações tardias e revisão dos aspectos terapêuticos	REIS, José Maciel Caldas dos; RIBEIRO, Flávio Roberto Cavalleiro de Macêdo; KOURY JUNIOR, Adib; MELO, Glauco dos Santos; OLIVEIRA, Murilo Vasconcelos de; GOMES, Vitor Hugo Guerreiro Américo; SANTOS, José Victor Figueiredo dos; SARQUIS Neto Segundo, Sotero Gonçalves	2023
9	Planejamento ambiental rural em uma agricultura familiar: educação, extensão e sustentabilidade	ALMEIDA, Dayana; PERES, Renata Bovo; FIGUEIREDO, Andréia Nasser	2016

10	Adução foliar com macro e micronutrientes no crescimento de mudas micropropagadas do abacaxizeiro cv. Gold [Ananas comosus (L.) Merrill] em diferentes recipientes	BREGONCI, Izaias dos Santos; SCHMILDT, Edilson Romais; COELHO, Ruimário Inácio	2008
11	Centro rural universitário e ação comunitária: um resgate histórico 1975-1986	LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira	2009
12	Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais	SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SOUZA, Washington José de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques	2022
13	Boletim COVID-PA: relatos sobre projeções baseadas em inteligência artificial no enfrentamento da pandemia de COVID-19 no estado do Pará	SOUZA JR, Gilberto Nerino de; BRAGA, Marcus de Barros; RODRIGUES, Luana	2021
		Lorena Silva; FERNANDES, Rafael da SILVA; Ramos, Rommel Thiago Jucá ; CARNEIRO, Adriana Ribeiro; BRITO, Silvana Rossy de ; DOLÁCIO, Cícero Jorge Fonseca; TAVARES JR,IVALDO da Silva; NORONHA, Fernando Napoleão; PINHEIRO, Raphael Rodrigues; DINIZ, Hugo Alex Carneiro	
14	Eficácia de diferentes estratégias no ensino de educação ambiental: associação entre pesquisa e extensão universitária	NUNES, Maria Erivanir Rodrigues; FRANÇA, Leonardo Fernandes; PAIVA, Luciana Vieira De	2017
15	Linfoma canino: clínica, hematologia e tratamento com o protocolo de Madison-Wisconsin	CÁPUA, Maria Luisa Buffo de; COLETA, Eiras Dela; Flávia Ana Paula; ANESIN, Nakage; Massae Vieira; COY, Aline Sabryna; LAZANS, Miotto, Gouveia; Rodrigues; Mariana Carlos; DALECK, SANTANA, Roberto; Evangelista Aureo	2011
16	Alimentação e codificação social. Mulheres, cozinha e estatuto	PEREZ, Rosa Maria	2012
17	Confrontando estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21	SAMBIASE, Marta Fabiano; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; BILSKY, Wolfgang; ARAUJO, Bruno Felix Von Borell de; DOMENICO, Silvia Marcia Russi De	2014
18	Perfil químico da parede celular e suas implicações na digestibilidade de Brachiaria brizantha e Brachiaria humidicola	BRITO, Cláudio José F. Alves de; RODELLA, Roberto Antonio; DESCHAMPS, Francisco Carlos	2003

Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

A partir de uma análise temporal destes estudos apontados no quadro acima, percebe-se uma constância nas publicações, uma vez que tecnicamente foram localizados para cada ano, um artigo. Houve publicação anual entre os anos 2003 e 2023, sendo que nos anos 2004, 2007, 2010, 2018, 2019 e 2022 não foram localizados estudos com os filtros selecionados, e destaca-se a quantidade anual de 2 artigos nos anos de 2017 e 2021, embora não seja um destaque significativo em relação à amostra, mas pode superficialmente representar uma tendência de crescimento e interesse nesta área e mais estudos explorados neste universo.

Do mesmo modo, estas representações temporais podem apontar que a temática tem muito a ser explorada neste aspecto específico, ao passo da extensão ser vista como universitária e como rural a torna mais reservada em relação ao grande universo da extensão, ao menos no tocante à prática de publicação científica em periódicos, que tal ato demanda incentivos, interesses e engajamento de atores ativos que promovam o desenvolvimento de trabalhos e extensionistas dispostos em produzir estes artigos, principalmente no Brasil – outra significativa lacuna observada, pois o filtro em produções nacionais ou em periódicos nacionais reduz significativamente a proporção de artigos selecionados na busca. Em função da exigência da curricularização universitária da extensão como obrigatória nas IES deve favorecer o aumento de pesquisas experienciadas.

Quanto às regiões estudadas, apresentaram-se em grande maioria relacionadas à região Sul e Sudeste, seguida pela região Norte, aparecendo em destaque o estado do Pará. Acredita-se que esta percepção se justifica em função das instituições mais antigas terem maior presença atuante nas regiões sulistas e sudestinas, especialmente o Sul sendo considerado por muito tempo um grande produtor de grãos, e ainda continua sendo, contudo, outras regiões do país também tomaram esse crescimento principalmente expandindo para o Centro-Oeste, pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e outras institucionalizações. De forma expressiva também os estudos buscam realizar análises em todo o país e até intercâmbios comparativos com outros países. Quanto à abordagem, a maioria dos trabalhos se voltam às questões rurais concentradas e oriundas das ciências agrárias.

No tocante às temáticas abordadas nos artigos pesquisados, as principais concentrações se encontram em aspectos de formação universitária como podem ser encontrados em Landini (2020) e Costa; Santos; Barbosa (2015) envolvendo manejo, educação e uso, processos e descobertas laboratoriais, Reis et al (2023), Bregonci; Schmildt; Coelho (2008), Cápua et al (2011) Sambiase et al (2014), Brito; Rodella; Deschamps (2003), aplicações de técnicas e tecnologias voltadas para o meio urbano e principalmente ao campo - envolvendo fortemente a agricultura familiar, reforçadas a partir da relevância do papel das instituições de ensino superior, conforme defendem Favero (2006), Gomes e Feiden (2014), Mauad et al (2017) e o próprio Freire (1983) ao tratar a educação, comunicação e extensão.

As políticas públicas são destaque também nas discussões dos artigos de Monteiro (2017) e Soares (2006), atreladas aos investimentos, saúde e programas de alimentação e avaliação/indicadores – artigos que monitorem indicadores ou avaliem programas, projetos ou experiências, além do curioso caso que tratou sobre a Covid19, Souza Jr (2021). Notou-se a presença marcante e positiva da mulher no âmbito rural, alavancado por Perez (2012), na qual representa uma das forças influenciadoras no quesito social e cultural com base em Nunes (2013), além do perceptível caráter interdisciplinar entre os estudos, partindo do que Nascimento e Pena-Veiga (2012) comentam.

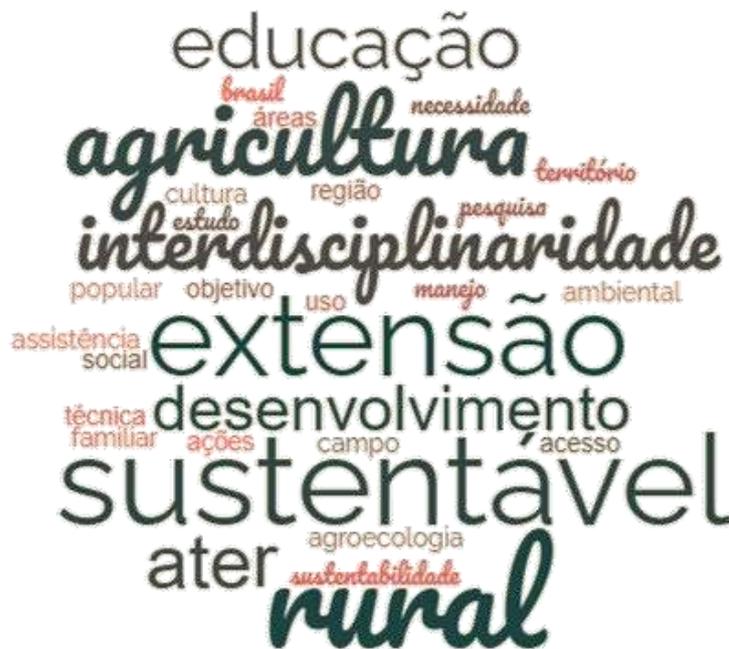
A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão – a chamada tríade, não ficou de fora dos achados e discussões das pesquisas, notados em Nunes; França; Paiva (2017) e Sangioni et al (2013). Gonçalves (2015) como um dos autores reverenciadores desta tríade pode criar uma ponte entre a observação realizada que ocasionou em notar limitações e heterogeneidade que chamaram a atenção nesta presente análise pois não só as descobertas feitas pelos autores como pela própria natureza da extensão universitária, é notado este perfil, ao longo das exposições de experiências extensionistas, destacadamente visto em Almeida; Peres; Figueredo (2016) e Salgado; Souza; Ferreira (2022).

Poucos artigos, como Leite e Nunes (2009), procuraram enveredar por uma metodologia exclusivamente bibliográfica, em sua maioria a extensão também percorre nos periódicos caminhos mais voltados às experiências práticas.

Na figura 1 será apresentada uma nuvem de palavras como ferramenta de análise, identificando através desta, as palavras chaves preponderantes e os

conceitos e ideias indexadas na investigação de estudos científicos, esta nuvem é referente aos dados obtidos durante a análise bibliométrica.

Figura 1 – Nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De forma mais evidente, encontra-se, “Agricultura”, “Sustentável”, “Rural”, “Interdisciplinaridade”, “Desenvolvimento”, “Extensão”, representando o foco principal dos estudos analisados, seguidos pela representação basilar que relacionam-se a essas palavras “ATER” – que corresponde à Assistência Técnica de Extensão Rural, e “Educação”. Reforçando o que os autores desdobram acerca da extensão rural apontando a característica e comportamento da atuação extensionista sobre o desenvolvimento sustentável, dedicação ao campo, e relação com a educação interdisciplinar, isto é, todos os campos se entrelaçam em busca de um desenvolvimento, a educação é vista como forte mola propulsora e esse processo se dá de maneira facilmente interdisciplinar, sendo abrangente e interdependente.

Por isso, outros termos são pontuados também, em quantidades menos abrangentes, mas ainda assim relevantes, nesta nuvem como o “campo”, “pesquisa”, “acesso”, “uso”, “técnica”, apontando uma relação forte com formas e métodos pelos quais as atividades produtivas são desenvolvimento em prol deste progresso, por isso também “familiar”, “região” e “cultura” se encontram nesta nuvem, pois o cotidiano da

agricultura vem das famílias no campo e suas práticas, assim como “manejo”, “agroecologia” e “ambiental”. Reafirmando o aspecto de pesquisas que evidenciam as técnicas e resultados das aplicações das tecnologias no campo e na educação no campo. E em destaque também o “popular” que busca afirmar o quanto as ações de extensão rural são denominadas possíveis e desafiantes para todos os públicos e configurações familiares em suas unidades produtivas e/ou atuações extensionistas relacionadas à coletividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise proposta e diante das contribuições e lacunas demonstradas, em sua maioria, os holofotes dos estudos eram dados à formação educacional, políticas, práticas, agricultura familiar, tecnologias, interdisciplinaridade e indissociabilidade. Observou-se que se faz importante a execução de projetos e estudos que avaliem e busquem melhoria da qualidade de vida, informação e produtividade das comunidades/sociedade considerando as especificidades do público (agricultores familiares) e do ambiente de implantação (meio rural), geralmente. Entre as lacunas estão a ausência de um número expressivo de pesquisas que envolvam a extensão universitária de maneira prática e com resultados claros a respeito dos benefícios projetados e debates atuais sobre a sua perspectiva de crescimento no meio acadêmico e social.

Pode-se afirmar que este estudo teve como principais limitações o período do recorte metodológico, e também os demais filtros já postos como o tipo de estudos que foram selecionados, o idioma exclusivamente português e pesquisas nacionais, além das palavras-chaves definidas. Mas, é salutar acrescentar que a análise teve como amostra um universo representativo, com procedimentos metodológicos bem definidos e as análises feitas a partir das fontes secundárias disponíveis e de renome.

Propõe-se para futuros estudos envolvendo uma ampliação dos recursos e filtros supracitados para um maior envolvimento de fatores e variáveis, tornando-o mais comparativo, aprofundado e plural de embasar maiores discussões bibliométricas ou não, a respeito de assuntos que potencializem o desenvolvimento da sociedade.

Partindo das construções teóricas, tendências e discussão apresentadas nesta primeira parte do trabalho, faz-se o convite para a exploração do processo de

curricularização da extensão universitária rural (EUR) nas IES públicas brasileiras. Abrindo horizontes e contribuições a respeito desta nova mudança institucional que afetará direta e indiretamente a comunidade acadêmica e o seus *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. R. de C., PIMENEL, F. R. F., SILVA, W. R. N. da. A estrutura do ensino superior brasileiro e seus reflexos na atuação do educador. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.6 – 2020.

ALMEIDA, Dayana; PERES, Renata Bovo; FIGUEIREDO, Andréia Nasser. Planejamento ambiental rural em uma agricultura familiar: educação, extensão e sustentabilidade. *Ciência rural*, 2016, Vol.46 (11), p.2070-2076 Santa Maria, RS

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237518300>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BARROS, Marcos Aurelio Nunes de; ARAÚJO. Hildete Pereira de Melo Hermes de. Educação superior no Brasil: permanência de estudantes e rentabilidade do setor privado. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n.9, p.69-106, jul./dez. 2018.

BRASIL, **LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, Dispõe: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92> Acesso em 17.04.2022.

BRASIL, **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2019**, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação – PNE 20142024 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 2019.

BREGONCI, Izaias dos Santos; SCHMILDT, Edilson Romais; COELHO, Ruimário Inácio. Adubação foliar com macro e micronutrientes no crescimento de mudas micropropagadas do abacaxizeiro cv. Gold [Ananas comosus (L.) Merrill] em diferentes recipientes.

BRITO, Cláudio José F. Alves de; RODELLA, Roberto Antonio; DESCHAMPS, Francisco Carlos. Perfil químico da parede celular e suas implicações na digestibilidade de *Brachiaria brizantha* e *Brachiaria humidicola* Revista brasileira de zootecnia, 2003, Vol.32 (6), p.1835-18444

CAMARGO, Murilo Silva de. Universidade pública brasileira e o desenvolvimento nacional. **Princípios**, Brasília, UnB, n. 123, p. 81-88, 2013. Disponível em: www.unbfuturo.unb.br/images/livros/desenvolvimento.pdf. Acesso em 01.09.2022.

CÁPUA, Maria Luisa Buffo de; COLETA, Flávia Eiras Dela; CANESIN, Ana Paula Massae Nakage; GODOY, Aline Vieira; CALAZANS, Sabryna Gouveia; MIOTTO, Mariana Rodrigues; DALECK, Carlos Roberto; SANTANA, Aureo Evangelista. Linfoma canino: clínica, hematologia e tratamento com o protocolo de MadisonWisconsin. *Ciência rural*, 2011, Vol.41 (7), p.1245-1251

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 117-132, jan./mar. 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbe/v66n1/v66n1a06.pdf. Acesso em 01.09.2022

COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SANTOS, Marizete Silva; BARBOSA, Anderson Luiz da Rocha. Educação a distância e as bibliotecas universitárias: uma interação necessária. *Perspectivas em ciência da informação*, 2015, Vol.20 (2), p.38-57, Belo Horizonte, MG

DAVIS, K. How will Extension Contribute to the Sustainable Development Goals. **Journal of International Agricultural and Extension Education, Journal of International Agricultural and Extension Education**, v. 23, n1, 2016.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 573593, nov. 2019.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol, 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus – AM, Maio, 2012.

GILIOLI, R. de S. P. Instituições de ensino superior e interfaces com o desenvolvimento regional - Capítulo 3. In: **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional** [recurso eletrônico]: potencialidades e desafios / relator Vitor Lippi; consultores legislativos Renato Gilioli... [et al.]; Renato Gilioli

(coordenador). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série estudos estratégicos; n. 9 PDF) p. 75-98.

GOMES, Caio Cesar Piffero. **O papel social da universidade**. Xiv colóquio internacional de Gestão universitária – CIGU, UFSM. Florianópolis-SC, 2014.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, População do Brasil e das Unidades da Federação. 2022. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>> Acesso em 30.08.2022.

KAWASAKI, Clarice Sumi. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. **Rev. Fac. Educ.** 23 (1-2), Jan 1997.

KREUZ, Carlos Leomar; SOUZA, Alceu; SCHUCK, Ênio; PETRI, José Luiz. Avaliação econômica de alternativas de investimentos no agronegócio da uva no meio oeste Catarinense. Revista Brasileira de fruticultura, 2005, Vol.27. Jaboticabal, SP.

LANDINI, F. Limites e potencialidades da formação universitária na América Latina para a prática da extensão rural. *Educ. Soc.* V. 41 • 2020. Posadas, Argentina.

LAUS, Sonia; MOROSINI, Marília Costa, Internacionalización de la educación superior em Brasil, Colômbia: Banco Mundial em coedición com Mayol Ediciones, 2005.

LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. Centro rural universitário e ação comunitária: um resgate histórico 1975-1986. *Ciência e agrotecnologia*, 2008, Vol.32 (3), p.705-711 Lavras, MG

LIU, Tingting; TAO, Peijun. Avaliando a eficácia de estações de teste de extensão agrícola universitária usando a metodologia Wuli-Shili-Renli, *Ciência rural*, 2021, Vol.51 (1) Santa Maria, RS

LUZ, A. S.; BRIZOLLA, F.; GARCIA, C. A. X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 11, n. 11. Setembro de 2017.

MAUAD, Juliana Rosa Carrijo, SILVA, Rosilda Mara Mussury Franco, TOMASINI,

Fabíola Renata Caldas, OLIVEIRA, Wagner Vieira. Contribuição Da Extensão Para A Grande Dourados. **Revista Barbaquá/UEMS** - Dourados - MS, vol. 01, n. 01, p. 23-32, jan-jun 2017.

MONTEIRO, J. O. Que a universidade se pinte de povo. *Serv. Soc. Soc.* (129) • May-Aug 2017. RJ. (129), p.265-284

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do.; PENA-VEGA, Alfredo. **As novas dimensões da universidade**: interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social: o experimento de uma avaliação internacional / Elimar Pinheiro do Nascimento e Alfredo Pena-Vega (organizadores); apresentação Alan Barbiero; colaboradores Alberto dos Santos Cabral ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. Capítulo 3. Adaptado de Transformações recentes no ensino superior brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação superior e os desafios no novo século**: contextos e diálogos BrasilPortugal. Editora UnB, Brasília, 2018, p-95-124. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 01.02.2022.

NUNES, Maria Christina de Medeiros. A universidade e sua função sócio-educativacultural: A extensão e a cultura na UFPE no período 2004-2010. *RMP – Revista dos Mestrados Profissionais*, Volume 2, número 1, jan./jun. 2013.

NUNES, Maria Erivanir Rodrigues; FRANÇA, Leonardo Fernandes; PAIVA, Luciana Vieira De. Eficácia de diferentes estratégias no ensino de educação ambiental: associação entre pesquisa e extensão universitária. *Ambiente & sociedade*, 2017, Vol.20 (2), p.59-76

PEREZ, Rosa Maria. Alimentação e codificação social. Mulheres, cozinha e estatuto. *Cadernos Pagu*, 2012 (39), p.227-249.

REIS, José Maciel Caldas dos; RIBEIRO, Flávio Roberto Cavalleiro de Macêdo; KOURY JUNIOR, Adib; MELO, Glauco dos Santos; OLIVEIRA, Murilo Vasconcelos de; GOMES, Vítor Hugo Guerreiro Américo; SANTOS, José Victor Figueiredo dos; SARQUIS Neto Segundo, Sotero Gonçalves. Lesões traumáticas de aorta em zona rural: série de casos com manifestações tardias e revisão dos aspectos terapêuticos. *Jornal vascular brasileiro*, 2023, Vol.22.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SOUZA, Washington José de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. C. Compra institucional de produtos da

agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. *Texto & contexto enfermagem*, 2009, Vol.18 (3), p.427-435 Florianópolis, SC.

SAMBIASE, Marta Fabiano; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; BILSKY, Wolfgang; ARAUJO, Bruno Felix Von Borell de; DOMENICO, Silvia Marcia Russi De. Confrontando estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. *Psicologia, reflexão e crítica*, 2014, Vol.27 (4), p.728-739

SANGIONI, Luis Antônio; PEREIRA, Daniela Isabel Brayer; VOGEL, Fernanda Silveira Flores; BOTTON, Sônia de Avila. Princípios de biossegurança aplicados aos laboratórios de ensino universitário de microbiologia e parasitologia *Ciência rural*, 2013, Vol.43 (1), p.91-99, Santa Maria-RS

SOARES, Diego. O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais. *Saúde e sociedade*, 2006, Vol.15 (3), p.57-73 São Paulo, SP.

SOUZA JR, Gilberto Nerino de; BRAGA, Marcus de Barros; RODRIGUES, Luana Lorena Silva; FERNANDES, Rafael da SILVA; Ramos, Rommel Thiago Jucá ; CARNEIRO, Adriana Ribeiro; BRITO, Silvana Rossy de ; DOLÁCIO, Cícero Jorge Fonseca; TAVARES JR, Ivaldo da Silva; NORONHA, Fernando Napoleão; PINHEIRO, Raphael Rodrigues; DINIZ, Hugo Alex Carneiro. Boletim COVID-PA: relatos sobre projeções baseadas em inteligência artificial no enfrentamento da pandemia de COVID-19 no estado do Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2022, Vol.60 (spe), p.1 Brasília, DF

STALLIVIERI, L. El sistema de educación superior de Brasil: características, tendencias y perspectivaS. Traducción Vicky de Fuentes. Nº. 34, mayo-agosto, 2007, pp. 47-61, Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, Distrito Federal, Organismo Internacional.

ARTIGO 2: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL

RESUMO: O objetivo de estudo consiste em analisar como as IES propõem a gestão da curricularização da extensão universitária para o desenvolvimento rural sustentável. Os procedimentos metodológicos houve uma coleta prévia sob levantamento via *Google Meet* e *Google Forms*, entrevista e questionário com 31 perguntas, respectivamente, com extensionistas sendo caracterizado por um público que desenvolveu ou desenvolve ações de extensão universitária, ou coordenadores destes projetos. Das quais foram obtidas 24 respostas via formulário do questionário e 13 entrevistas aplicadas e coletadas. Logo após, o outro instrumento da pesquisa que buscou responder ao objetivo principal, que foi o questionário de 21 perguntas com escalas variadas direcionadas às Pró-reitorias das IES do país, e suas representações, sendo assim, foram coletadas 22 respostas. As técnicas de análise de dados foram a estatística simples e a análise de conteúdo. Os principais resultados apontaram que a curricularização da extensão universitária é um processo de fortalecimento da agricultura familiar, de atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e de autonomia, mas também de desafios quanto à manutenção de recursos para continuidade e atendimento às lacunas sociais, principalmente para um público que se beneficia destes projetos extensionistas que são pequenos produtores ou pequenos atores sociais que demandam este movimento e são maiores responsáveis por um bom direcionamento ao desenvolvimento rural sustentável, um sistema altamente heterogêneo pois regionalmente e em relação aos cursos são diversificados, mas coadunam da mesma personalidade e característica institucional, além da política docente, pois são os maiores fortalecedores da vida útil dos projetos, e quem implementa cada ação revolucionária em seu entorno através da academia. Então, é um processo indissociável, interdisciplinar e urgente, pois a obrigatoriedade dada sob a Resolução nº7/2018 dá luz à extensão e seu poder na tríade, e garantindo a manutenção institucional do currículo que não é estático nem definitivo e sim construído ao longo do tempo de forma coletiva. São percursos de percepções de implementação animadores, mas não lineares.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, curricularização, extensão universitária.

ABSTRACT:

The objective of the study is to analyze how HEIs propose the management of university extension curricularization for sustainable rural development. The

methodological procedures included prior collection via survey via Google Meet and Google Forms, an interview and a questionnaire with 31 questions, respectively, with extension workers being characterized by an audience that has developed or is developing university extension actions, or coordinators of these projects. Of which 24 responses were obtained via questionnaire form and 13 interviews were administered and collected. Soon after, the other research instrument that sought to answer the main objective, which was the questionnaire with 21 questions with varying scales aimed at the Deans of HEIs in the country, and their representations, therefore, 22 responses were collected. The data analysis techniques were simple statistics and content analysis. The main results showed that the curricularization of university extension is a process of strengthening family farming, meeting the Sustainable Development Goals, and autonomy, but also challenges regarding the maintenance of resources for continuity and meeting social gaps, mainly for a public that benefits from these extension projects that are small producers or small social actors that demand this movement and are mainly responsible for a good direction towards sustainable rural development, a highly heterogeneous system because regionally and in relation to the courses they are diversified, but they are in line with the same personality and institutional characteristics, in addition to the teaching policy, as they are the greatest strengtheners of the useful life of the projects, and who implements each revolutionary action in their environment through the academy. Therefore, it is an inseparable, interdisciplinary and urgent process, as the obligation given under Resolution nº 7/2018 gives light to extension and its power in the triad, and guaranteeing the institutional maintenance of the curriculum that is neither static nor definitive but built throughout the time collectively. These are encouraging, but not linear, paths of implementation perceptions.

Keywords: *sustainable rural development, curricularization, university extension.*

1. INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão surge como uma importante contribuição na articulação entre praticar em tempo real, a teoria desenvolvida nos currículos dos cursos da IES públicas do Brasil, com o objetivo conhecer e propor soluções para problemas reais para beneficiar a sociedade em geral. A creditação curricular, conhecida como curricularização da extensão consiste na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) visando garantir um percentual mínimo na carga horária dos cursos para as atividades de extensão, em atendimento à Resolução nº7/2018 do Conselho Nacional de Educação.

A promoção interativa entre a comunidade acadêmica e a sociedade é um eixo de garantia de uma efetiva realização da instituição de ensino superior, onde uma universidade dialógica, que almeja a formação, reflexão e rotas de reforço da sua existência social e institucional, fortemente emanado pela extensão, aliado ao

complemento da tríade indissociável com a pesquisa e ensino, a proposta de curricularização vem como obrigatoriedade no currículo e se torna um fenômeno interessante de pesquisa e se trata de uma temática contemporânea.

A heterogeneidade, autonomia e transformação social das ações extensionistas fomentam a comunidade universitária e sociedade, e beneficia seus envolvidos e público-alvo, mas encontram desafios no caminho, alguns deles historicamente pela descontinuidade de trabalhos devido a rotatividade de colaboradores, limitações de recursos e hibridez funcional. Diante de cenários macroambientais como condições políticas, culturais, sociais, ecológicas e educacionais, emerge a necessidade de reflexão e institucionalização de um novo padrão ampliado do trabalho desta extensão.

A publicação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), de acordo com a lei n. A Lei nº 13.0005/2014, trouxe o importante desafio às instituições de ensino superior diante da necessidade de revisão curricular dos cursos de ensino superior. Essa estratégia indica a obrigatoriedade da inclusão de pelo menos 10% da carga horária total do curso revertida em programas ou projetos de extensão universitária, orientados para áreas de grande relevância social. No processo de curricularização dos cursos superiores, a instituição tem a necessidade de rever os seus processos, capacitar a comunidade acadêmica e verificar os enquadramentos legais e institucionais que norteiam a ação de extensão universitária e a sua curricularização nos cursos superiores (Ferreira, 2020).

Partindo desse pressuposto, urge a necessidade de busca de um desenvolvimento que condicione a comunidade universitária e a sociedade a encontrar formas de lidar com os desafios e lacunas encontradas e demandadas ao longo do tempo, tendo em vista o próprio cumprimento essencial que as instituições de ensino superior principalmente públicas carregam em suas missões nos ambientes as quais se integram, diante da vasta heterogeneidade e interdisciplinaridade que formam seus entornos e processos.

Nesse caminho, o desenvolvimento rural sustentável se encontra com esta proposta no afã de discutir rumos para este âmbito, que dá força, para que haja uma melhor alocação e preservação dos recursos, capacitando pessoas, oportunizando construções e conhecimento e potencializando habilidades, competências e proporcionando um futuro consciente. E quando se fala em rural se fala em todos os aspectos, camadas e setores. É um caminho globalizado que busca a totalidade, a

reflexibilização de ideias e a pauta para encontrar soluções num mundo contemporâneo e purgante. A contribuição deste tema se dá pela exploração de uma mudança institucional que cabe estudar como o processo de curricularização da extensão universitária vem sendo pensado em busca de um DRS.

A relação entre extensão universitária no âmbito rural e o desenvolvimento sustentável se estabelece no marcante efeito em que a primeira exerce naturalmente em relação à segunda, e seu sucesso depende do comprometimento e conhecimento dos atores sociais. Já que a extensão rural é um serviço de educação não formal e contínuo no campo, pois dinâmica economias, contribui para renda e produtividade, segurança alimentar, e outros. E o desenvolvimento rural sustentável se embasa justamente no uso adequado dos recursos naturais e de maneira contínua e de qualidade, então sua relação pode ser considerada íntima e caminha junto aos ODS, temática que caminha fortemente entre o clássico e contemporâneo. Portanto, é de suma importância discutir este ponto e tudo que se ramifique desta discussão, por isso as IEs são grandes molas propulsoras e protagonistas desta construção e debate, pois fortalece o eixo de desenvoltura destes percursos.

Em vista desses argumentos o estudo questiona: Como as IES públicas brasileiras propõem a curricularização para o desenvolvimento rural sustentável? Dessa maneira, o objetivo deste estudo consiste em analisar como as IES propõem a gestão da curricularização da extensão universitária para o desenvolvimento rural sustentável.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Em, 2018 a Resolução Normativa nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (figura 2) e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Esta resolução, no art. 5º Art. estrutura a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Figura 2 - Diretrizes da Extensão Universitária



Fonte: adaptado da Resolução Normativa n. 07/2018/MEC.

O Art. 3º da resolução nº7 fala da Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Com o propósito de cumprir o papel integrador entre a Universidade e a Sociedade, a extensão universitária coloca-se como área acadêmica propícia, interligando ensino e pesquisa e levando benefícios à sociedade (PROEX, 2011).

Reafirma-se a necessidade da extensão como espaço produtor de conhecimento para a redução de desigualdades sociais. “É importante ter claro que a contribuição da Extensão Universitária deve estar pautada não apenas pela competência acadêmica, mas também pelo espírito crítico e pela autonomia” (FORPROEX, 2012, p. 43).

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, possibilitando que a comunidade acadêmica encontre na sociedade conhecimentos enriquecedores para sua formação, ao mesmo tempo em que beneficia esta sociedade, com os conhecimentos acadêmicos adquiridos nos bancos da Universidade (PROEX, 2011). Algumas diretrizes são estabelecidas para orientações extensionistas, são elas: interação dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social.

O diálogo aborda um aspecto relevante como ponta-pé inicial para a construção de debate e troca de saberes para que as atividades desenvolvidas possam de fato ter sentido na vida das pessoas, em termos de aplicabilidade, efetividade, praticidade e benefícios. As pessoas necessitam entender a importância daquelas ações para que ocorra a adesão, o *feedback*, e implementação de técnicas em prol da melhoria daquele espaço ou propriedade em vínculos familiares ou produtivos. O uso do conhecimento é a grande valia deste processo extensionista.

A interdisciplinaridade transcende a visão dogmática, institucional e estreita das disciplinas, migrando para um caminho mais prático, abrangente e crescente, sendo uma ideia que apresenta uma multiplicidade de facetas (Pallu, Grando e Guareski, 2020). A interdisciplinaridade representa segundo Alvarenga et al (2011), em grau de relações o segundo patamar apontado como colaborações entre disciplinas diversas, sendo o primeiro, a multidisciplinaridade sendo um patamar inferior de relações, e a etapa superior a inter, a transdisciplinaridade, considerada como uma interação mais precisa e cirúrgica entre áreas distintas.

A indissociabilidade da tríade se consolida pela necessidade de envolver a ação coletiva e comunitária dentro dos processos educativos e transformadores do tocante à reafirmação da relação universidade-sociedade, pois o processo de interação vem a partir do processo de união da tríade, conforme os autores. Dessa maneira, causando impacto na formação cidadã e estudantil e conseqüentemente social.

Se a Indissociabilidade for contemplada de forma isolada, corre-se o risco de considerá-la como fim em si mesma e não como meio para consolidação de um certo projeto de Universidade, nesse caso, pública, no qual há um determinado sentido de formação e de produção de conhecimento (Gonçalves, 2015).

O aspecto de universidade parte de universalizar o conhecimento, sem fronteiras e potencializando o meio em que se está inserido, e não somente o ambiente direto em que a comunidade acadêmica se expressa direta e geograficamente mais próxima, e esse poder da universalidade também se coaduna na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, o que permite aproximar a universidade da sociedade, a criticidade e relevância acadêmica.

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão não pode ser pensado de forma isolada, como em si mesmo. Ele decorre de discussões acerca da consolidação de determinado projeto de Universidade, cuja formação e produção de conhecimento dialogassem de forma mais ativa e dialógica com os demais segmentos da sociedade. Assim, esse princípio envolve uma dupla perspectiva sobre sua presença e desenvolvimento na Universidade (Gonçalves, 2015, p. 1249).

A concepção de extensão foi desenvolvida e consolidada no contexto de abertura democrática do país, refletindo demandas sociais e, conseqüentemente, à formação e às pesquisas. Nesse contexto, a Extensão ganha força para consolidarse institucionalmente como um dos elementos que caracterizam o tripé da missão da Universidade. Os esforços para que essa legitimação se estabelecesse, bem como a concepção de Extensão defendida pelo Fórum – mais dialógica e socialmente responsável, em lugar das anteriores, ainda presentes, como de difusão e assistência –, podem, por um lado, ter conquistado um espaço importante na Universidade, mas, por outro, também podem ter levado ao estabelecimento de uma Extensão limitada aos programas, projetos, cursos, eventos e outras modalidades, não conseguindo avançar quanto ao diálogo efetivo com o Ensino e a Pesquisa, a não ser no âmbito dessas atividades extensionistas (Gonçalves, 2015).

Sob o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe uma reflexão crítica da universidade, que envolvesse uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvido na e pela universidade.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se,

portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso tratam-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (Tauchen, 2009, p. 93).

Repete-se a necessidade do ensino superior contemplando não apenas a vertente científica do conhecimento, mas também aspectos técnicos e sociais. E essa relação social ganha força na indissociabilidade, reverberando a ciência em ações com impactos para a sociedade, e sua aproximação prática:

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (Andes, 2003, p.30).

Enquanto as atividades de pesquisa se propõe a ocupar um espaço de experiências acadêmicas curriculares e produção de conhecimento e preparação ao mercado, as de ensino promovem história e desenvolvimento ao alunado e o processo de ensino-aprendizagem, e na extensão crava-se as ações intervencionistas sob as demandas sociais a partir de atividades práticas aplicadas a diversificação de recursos; e as políticas públicas e legislação, como muitas vezes é vista a discussão desta indissociabilidade que reduz o significado desta atuação, tornando-a pouco promissor.

“É necessário produzir indicadores e análises capazes de alimentar políticas públicas que fortaleçam o tripé ensino-pesquisa-extensão, com equilíbrio e integração de suas diferentes facetas” (Brasil, 2018 p. 84). “A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é o fator que gera um movimento de produção e disseminação do conhecimento no Ensino Superior” (Leonidio, 2007, p. 16).

Nessa perspectiva, a formação, especialmente da graduação, deve necessariamente envolver uma discussão e caminhos para:

Assumir a produção do conhecimento como princípio metodológico e pedagógico; Considerar o diálogo com desafios e demandas de distintos segmentos da sociedade, postos – em especial, mas não somente – para aquela área ou profissão, em um processo de reflexão sobre o próprio currículo e a formação ali desenvolvida, e os conhecimentos necessários para a atuação profissional e cidadã; fomentar e oportunizar diálogos interdisciplinares que permitam uma reflexão mais abrangente e profunda da própria formação, dos conhecimentos nela envolvidos e da atuação profissional futura; estabelecer

diálogos com distintos saberes que perpassam a sociedade, que podem contribuir para a reflexão e articulação dos conhecimentos postos no próprio processo formativo, e para a produção de novos conhecimentos, entre outros (Gonçalves, 2015, p. 1251).

A Extensão Universitária – EU - representa pilar universitário de conexão e relacionamento com a sociedade, proporcionando aprendizado mútuo, pesquisas científicas e comunicação com a sociedade para compartilhar saberes e desenvolver relações que contribuem com diferentes aspectos da ciência e da vida. Vislumbra-se que, por meio das atividades de Extensão, a Universidade ganhe relações mais íntimas com a comunidade e maior apoio social diante das variadas lutas e movimentos políticos que reivindicam os investimentos na educação (Brazão-Silva et al 2020).

O apoio das universidades para as ações extensionistas é essencial para o desenvolvimento local e organização de ações propositivas e proposição de políticas públicas que consigam ser viáveis a bons resultados tornando assim, um elo importante para realizar interface entre os *stakeholders* nessa troca de saberes e aproximação da comunidade estabelecido num diálogo horizontal (Mauad, et al, 2017).

Dessa forma, a extensão universitária atinge um amplo campo de atividades, e a delimitação entre os espaços rurais e urbanos, se tornam um caminho curioso para se compreender dentro desses aspectos, a atuação da extensão.

A extensão rural – ER - busca introduzir mudanças nas comunidades rurais através da transmissão de informações úteis aos produtores (dimensão comunicativa) e de assistência aos mesmos na aquisição dos conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar, de forma eficaz, a informação ou tecnologia que possam aceder (dimensão educativa), tais processos permitem, aos produtores, melhorar o processo o suporte para a tomada de decisões sobre a utilização dos recursos ao seu alcance contribuindo para a melhoria dos seus rendimentos e do seu bem-estar (dimensão transformacional). Portanto, o foco paira em proporcionar aos beneficiários otimizar as suas capacidades e recursos para melhorar o seu nível de vida. (Swanson & Claar, 1988).

Apesar de crescentes transformações evolutivas permanece a visão que os serviços de extensão são cruciais no processo de desenvolvimento agrário, e não

apenas para o aumento da produtividade agrária, mas para a criação ou fortalecimento de outras capacidades - sanidade, nutrição, produção de sementes, ligação com mercados, associativismo e outros (Mucavele, Artur, 2021).

Entre as causas que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, Castro (1984) - o qual defende que problemáticas como a fome e miséria precisam de mais recursos descentralizados e terra para produção pelos diversos tipos de trabalhadores - chega-se à conclusão de que as causas são mais produto de fatores socioculturais do que fatores de natureza geográfica. Com a extensão territorial de que o país dispõe e infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se os recursos e hábitos alimentares são até certo ponto deficitários e defeituosos, é que a estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas (Castro, 1984).

O termo extensão rural se difere da assistência técnica pelo seu caráter educativo, imerso na comunidade, como forma de processo, como instituição e com política, segundo Peixoto (2008); essa junção mostra o fortalecimento do processo educativo e comunicativo, a importância da instituição, órgãos, parcerias e motores do desenvolvimento das atividades rurais que dão forma e vida às ações, e a política, pois é necessário que haja envolvimento humano e estatal para que haja engajamento, continuidade e aperfeiçoamento. A extensão rural, na teoria, deve mudar vidas e qualidade de vida das pessoas, e evolução das propriedades, principalmente a agricultura familiar e os pequenos produtores que são os fortes demandantes e apresentadores de lacunas em seus percursos e operações.

Conferindo este percurso e com base nas diretrizes da Extensão Universitária (vide figura 2) observa-se, no quadro 5, atributos teóricos para relacionar os principais autores que fazem alusão e constroem uma ponte para proporcionar e tecer discussões acerca da curricularização da extensão universitária – objeto de estudo deste trabalho.

Quadro 5 - Delineamento metodológico a partir das dimensões e suas origens teóricas

Autor (ano)	Atributos teóricos
Interação Dialógica	

Freire (1987); Ruas (2006); Swanson & Claar (1988); Bodernade (1988); Leff (2009); Sem (2010).	A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, debates, alinhamentos, apoio e monitoramento entre os agentes, motivações, parcerias e adesão;
Indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão	
PNATER (Lei nº 12.188/2010); Lei nº 13005/2014 PNE; Gonçalves (2015); PROEX (2011); FORPROEX (2012); Leonidio (2007); Andes (2003).	A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;
Interdisciplinariedade	
HENNERICH; DIAS; Zonin (2020); Feiden, Riedo (2021); Schneider (2020); Leeuwis (2004); Pallu, Grandó, Guareski (2020); Alvarenga et al (2011); Resolução nº 7 de 18/12/19 Lei 13055/2014.	A vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
Impacto na formação cidadã e transformação social	
KOPPE, AHLERT, CARNIATTO (2018); Sanchs (2009); Navarro (2001); Strassburger et al (2020); Abramovay (1997); Chiarini, Vieira (2012); Gregorin et al (2019); PNUD (2022); Acosta (2016).	A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais, o alinhamento com as ODS, influências e desafios.

Fonte: Adaptado pela Resolução nº7/2018/MEC, 2023.

Diante de um cenário com poucos trabalhos relacionados à curricularização da extensão universitária, ainda mais precisamente com questões relacionadas ao âmbito rural e aspectos de um desenvolvimento rural sustentável que também é um assunto que é bastante discutido em um viés restrito ao que se evidencia sobre o desenvolvimento sustentável ou à própria sustentabilidade e suas tipologias, mas as dimensões observadas ajuda a dialogar com a base teórica presente e percorrida nesta seção e subseções envolvidas. Este quadro reformula e resume a importância e relação das dimensões para com a evolução da curricularização, desde Freire (1987) passando pelas leis que tecem os caminhos à frente, por autores e pesquisadores contemporâneos, à Coraiola et al (2015), entendendo o processo dialógico entre os agentes, os desafios de transformação social e formação cidadã e como os desafios se superam em um ambiente indissociável e interdisciplinar. São pontos que se reafirmam e se reconstróem ao longo do tempo e que nesse processo de curricularização se sobressai o desafio de construir uma extensão ainda mais sólida,

resistente, contínua e menos fragilizada com seus problemas de adesão, investimentos, ferramentas ou interesses. Entender esse processo de maneira exploratório enriquece o estudo e promove debates especiais para que essa implementação seja uma máxima da eficiência e eficácia.

Curricularizar sempre trouxe reflexões, pois é um enfrentamento de tempo, condições, ambiente e tarefas, interesses individuais e coletivos de docentes, discentes e corpo técnico, e seus *stakeholders* locais, pois cada ação extensionista e formativa se motiva por uma lacuna social emergente naquela comunidade em sua maioria. Na obrigatoriedade de ampliar esta dedicação curricular, o eixo norteador traz a reflexão contemporânea de como conduzir esta rota, e compreender quais as expectativas e perspectivas de implementação prática destes ideais em busca de um ambiente desenvolvido sustentavelmente à luz do âmbito rural. Este estudo motiva-se desta forma. A extensão no Brasil tem sido bastante utilizada com foco no assistencialismo, a ideia de interação dialógica e transformação social existe no papel e é pouco aplicada na prática.

4.1. 2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento é uma noção que descreve o desdobramento de alguma potencialidade inerente a um sistema social (Stompka, 1998). Considera-se que o crescimento econômico como objetivo em si mesmo, de fato, não é sinônimo de desenvolvimento, nem tampouco é o objetivo primordial do mesmo. Ou seja, o anseio pelos resultados financeiros deve vir acompanhado de outras premissas, as quais, em termos estatísticos e numéricos, não podem ser mensuradas e são complexos dilemas a ser superado na atual conjuntura holística de desenvolvimento (Gregorin, et al, 2019).

O conceito de desenvolvimento a partir de Sen (2010) mostra-se na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ação racional, a autora aborda o desenvolvimento como liberdade, eliminando privações de liberdades – ocasionando pobreza, fome, carência de oportunidades econômicas, intolerância de Estado repressivos, restrições de acesso à política, saúde básica, moradia, água potável ou saneamento básico, ameaças ao meio ambiente e a sustentabilidade etc – e num dos seus enfoques

aborda-se o desenvolvimento como capacidade, onde exercer a liberdade pode depender diretamente na educação recebida:

O foco em distintas capacidades implica, por sua própria natureza, um enfoque pluralista. De fato, ele aponta para a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de concebê-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, tal como a renda real ou a utilidade. As coisas que as pessoas consideram valioso fazer ou ser podem ser muito diversas, e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do autorespeito e a participação social. O desafio do desenvolvimento humano requer atenção a uma variedade de questões setoriais e a uma combinação de processos sociais e econômicos (Sen, 1993, p. 29).

O desenvolvimento e os processos sociais vem sendo enfatizados por elementos de mudanças político-sociais e econômicas que amparam a transformação principalmente de ambientes rurais e da agricultura familiar; esses elementos representam aparatos científicos para identificar as dimensões fundamentais do desenvolvimento, como a econômica, social, ambiental e a relação entre elas, e a partir da década de 90, estes aspectos entraram no debate sobre desenvolvimento, imergindo em espaços que antes eram apenas do crescimento econômico, sustentabilidade e justiça social (Favareto, 2006; Schneider, 2010).

Embora seja superficialmente claro caracterizar a década de 1960 como modernização, a década de 1970 como intervenção estatal, a década de 1980 como liberalização do mercado e a década de 1990 como participação e empoderamento, as ideias populares e seus efeitos práticos nas políticas rurais não passaram, de fato, por essas transições em uma forma tão despojada. A compreensão sobre conjuntos de ideias de desenvolvimento rural em diferentes disciplinas, centros de aprendizagem, grupos de reflexão influentes, agências internacionais e governos nacionais é muito desigual (Ellis; Biggs, 2001).

A sustentabilidade é um conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (Boff, 2014).

A sustentabilidade não é apenas a busca de tecnologias limpas e obtenção de recursos sustentáveis, ele deve buscar a empatia e solidariedade para sobrevivência com dignidade de maneira inclusiva para que se sobressaia o discurso para a prática, a partir do reconhecimento de sua importância (Hort, 2020).

O desenvolvimento sustentável busca a manutenção dos recursos naturais e da produtividade agrícola com redução de impactos negativos ao ambiente, gerando retorno adequado aos produtores e otimização produtiva sem a utilização de insumos químicos prejudiciais (Veiga, 1994).

Antes de garantir um desenvolvimento sustentável precisamos assegurar uma sociedade sustentável que então encontrará para si aquele desenvolvimento que lhe seja realmente sustentável (Boff, 2014, p. 125). O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, fazendo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento baseado no uso produtivo de recursos naturais para o crescimento econômico e fortalecimento dos meios de vida, que conserva simultaneamente a diversidade biológica e social que constituem parte integrante deste processo (Lélé, 1991).

“As relações de poder rumo ao Desenvolvimento Sustentável precisam desembocar em um agenciamento coletivo” (Sugahara; Rodrigues, 2018, p. 30). “A extensão continua a ser uma instituição crítica para apoiar os meios de subsistência rurais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Davis, 2016, p. 1).

Além das funções tradicionais, como promover tecnologias, fazer demonstrações e ensinar aos agricultores, uma perspectiva de sistemas de inovação, os extensionistas devem facilitar as interações com os atores do mercado e gerenciar plataformas de inovação, diante de seus novos papéis no tocante ao fortalecimento das capacidades nos níveis individual, organizacional e sistêmico (Davis, 2016).

Considerado o criador da concepção de desenvolvimento sustentável, Sachs (2004) afirma que não o alcança desenvolvimento sustentável se não houver diminuição das desigualdades sociais, a incorporação da cidadania como participação popular e democrática, respeito às diferenças culturais e a introdução de valores éticos de respeito a vida e meio ambiente. O autor defende a influência Estatal para contenção do mercado em busca de maiores garantias dessa perspectiva sustentável.

Sachs (1995) reforça a necessidade de tratar simultaneamente temas como a paz, economia, meio-ambiente, justiça e democracia, tomando as condições sociais como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento. Gregorin et al (2019) designa desenvolvimento sustentável, aquele que, concomitantemente e em mesmo nível, promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir, mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as sociedades. (...) O desafio que está feito é o de criar as condições para, se não reduzir, pelo menos atenuar o quadro preocupante dos riscos existentes, que afetam desigualmente a população. Assim, os riscos estão diretamente relacionados à modernidade reflexiva e aos efeitos ainda imprevisíveis da globalização. O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da sociedade de riscos (Santos e Sato, 2003 p. 428).

Autores como Gregorin (2019) ainda argumenta que:

A inserção das discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável, tão presentes na atualidade, não se deu de maneira simples e desvinculada de processos históricos carregados de peculiaridades. Retoma-se as primeiras discussões sobre o Desenvolvimento, quando este era a designação de uma simples mudança, de um primeiro estado não adequado para um estado acreditado como superior. Posteriormente, dado os recorrentes fracassos constatados nos projetos de promoção do desenvolvimento, começa a ecoar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual desde sua primeira recitação, até os dias atuais, evoluiu de uma forma tríade até conceitos multidimensionais complexos (Gregorin, et al, 2019, p 51).

Implicando assim na necessidade de multiplicarem as práticas sociais com base no fortalecimento da informação e educação (ambiental) em uma perspectiva integradora, principalmente partindo de iniciativas públicas, que visem promoção da inclusão social, consciência ambiental, geração de empregos com práticas sustentáveis, agenda voltada a sustentabilidade ambiental urbana e expansão de acesso a informação sendo compreendida pelos seus stakeholders, expandindo a possibilidade da comunidade participar do processo decisório como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e controle dos agentes de degradação ambiental, independente do porte das organizações ou cidades, e principalmente essa possibilidade se acentua pelo papel da tecnologia, multimídia e internet (Santos e Sato, 2003).

Diz-se que o novo desenvolvimento deve ser sustentável. Ora, não existe desenvolvimento em si, mas sim uma sociedade que opta pelo desenvolvimento que quer e que precisa. Dever-se-ia falar de sociedade sustentável ou de desenvolvimento verdadeiramente integral. Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos que funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente (Boff, 1999).

O desenvolvimento sustentável resulta de um comportamento consciente e ético face aos bens e serviços limitados da Terra (Boff, 2014, p. 137). A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo (Sachs, 2004, p. 214). Outras dimensões dividem esforços com atenções ao âmbito cultural e político. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Brundtland, 1991; Acosta, 2016).

O corpus do conceito de Desenvolvimento Sustentável encontra-se amparado pelo Relatório Brundtland, documento oficial da ONU com mais de 30 anos de publicação. Esse documento é amplamente referenciado por apresentar um conceito de Desenvolvimento Sustentável plático o suficiente para possibilitar sua utilização por diferentes atores e setores da sociedade (Sugahara, Rodrigues, 2018, p. 31). Por se tratar de uma temática bastante interlocutora, os critérios de sustentabilidade de acordo com Sachs (2009, p. 85-86) pairam nas esferas social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política - nacional e internacionalmente, ou seja, um teor pluridimensional.

Alguns marcos fortalecem o espaço de discussão sobre o desenvolvimento sustentável como as agendas dos governos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Carta da Terra de 2002 desenvolvida pela Rio+10 reafirmando o Desenvolvimento Sustentável (DS) como elemento central na agenda internacional, a

Rio+20 em 2012, que pôs na sustentabilidade a inclusão de forma incisiva dos aspectos sociais ressaltando a melhoria da qualidade de vida e colocando o ser humano no centro das preocupações, bem como a ESG (*Environmental, Social and Governance*) que simboliza a reunião de conceitos ambientais, sociais e governança que representa uma tendência responsável reunindo padrões e boas práticas empresariais socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada a partir destes pilares.

Realça-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, desenvolvida pela Organizações das Nações Unidas - ONU, que entre os dezessete objetivos (Pnud, 2022), os destaques deste estudo se cruzam com os aspectos encontrados nos ODS de Educação de qualidade; Indústria, inovação e infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis, e Saúde e bem-estar. No entanto, os demais ODS em sua maioria, talvez em sua totalidade, se apresentam dentro das atividades extensionistas rurais. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis (figura 3).

Figura 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: PNUD (2021).

Os objetivos expostos são caracterizados e apresentados na tabela 2 (PNUD, 2021):

Tabela 2 - Descrição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. A erradicação da pobreza extrema contribui com a dignidade e os direitos de forma equitativa.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. A desnutrição precisa ser vencida, pois há comida em abundância, basta o redimensionamento para que todos possam acessá-la.

Objetivo 3. Vida saudável e bem-estar para todos em todas as idades. Prevenção e tratamento começam com serviços de saúde equitativos.

Objetivo 4. Educação inclusiva e de qualidade promove oportunidades para todos, tornando-os críticos às adversidades de falta de valorização e de cidadania.

Objetivo 5. Igualdade de gênero e empoderamento as mulheres e meninas. Dignidade e direitos começam pelo conhecimento.

Objetivo 6. Disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Proteção aos recursos hídricos e aos ecossistemas, garantias de qualidade de vida.

Objetivo 7. Acesso à energia a preço acessível. Infraestrutura tecnológica propiciando autossuficiência aos países e comunidades.

Objetivo 8. Crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo propiciando trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Infraestruturas resilientes promovem industrialização inclusiva e sustentável.

Objetivo 10. Redução da desigualdade dentro dos países e entre eles, por meio de políticas e programas sociais de proteção à pessoa.

Objetivo 11. Planejamento para cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, assistindo as necessidades básicas das pessoas.

Objetivo 12. Produção de forma sustentável induz que o consumo assim o seja. Redução e reciclagem de resíduos.

Objetivo 13. Combate a mudança do clima e seus impactos. Investimentos em tecnologia no combate ao desmatamento e poluição do meio ambiente.

Objetivo 14. Sustentabilidade dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Prevenção e redução da poluição e da pesca predatória.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Combater a desertificação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Sociedades pacíficas e inclusivas começam com justiça e responsabilidade em todos os níveis.

Objetivo 17. Parceria global para o desenvolvimento sustentável, progresso e qualidade de vida geram empoderamento a todos os povos.

Fonte: Pnud, 2021.

Usar sistemas de interconexões entre fatores do ODS favorecem a solidez da sustentabilidade, a preservação de recursos e uma cultura saudável para a qualidade de vida das pessoas rurais, principalmente aproximando estas diretrizes à realidade local. A “Agenda 2030” – plano global para atingir um mundo melhor para as nações, se torna uma forma de garantir estas práticas e discussões a respeito da preservação de recursos e um bem-estar social atrelado à multidimensionalidade do

desenvolvimento sustentável gerando estes hábitos e responsabilidades em formas de objetivos – as ODS.

Esta relação entre objetivos e práticas ajudam a entender a percepção de Ahlert (2022) quando afirma que a vida do ser humano tem uma inter-relação com o que lhe cerca, e vertentes de qualidade de vida partindo dos ODS, mostra que a questão da quantidade vista como extensão, se alia com a questão da qualidade vista como intensidade, então, a educação superior é um processo essencialmente coletivo onde a aprendizagem e conhecimento se efetivam através dos relacionamentos, formando um ser humano flexível, adaptável, competente e interativo com a realidade, um ser humano criativo capaz de construir alternativas infinitas para uma cidadania globalizada, na qual se realiza um desenvolvimento sustentável que satisfaça as necessidades das gerações presentes sem sacrificar as gerações futuras. Então, explorar este contexto se torna relevante para compreensão plena a respeito da relação com o Desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, este estudo no tocante ao que pode ser rotulado como classificação as atividades de extensão em relação ao desenvolvimento rural sustentável, afirma-se que a métrica mais próxima são os ODS que estão ligados fortemente ao âmbito rural em sua estrutura.

“A educação ambiental é o processo dialógico que fertiliza o real e abre as possibilidades para que se chegue a ser o que ainda não se é” (Leff, 2009, p. 23). “O progresso técnico é essencial para o desenvolvimento e crescimento econômico” (Chiarini, Vieira, 2012, p. 118).

Além disso, as universidades são responsáveis por pesquisas que são aplicadas diretamente no setor produtivo, gerando ganhos competitivos para as empresas que conseguem transformar o conhecimento científico em inovações tecnológicas (Chiarini; Vieira, 2012). O que reforça o papel da extensão universitária no meio em que se está inserido, inclusive ultrapassando fronteiras, pois a universidade, com base em Ahlert (2002) precisa ser construtora de um saber crítico junto à comunidade, em lugar que isolamento de escolas que predominam o modelo de ensino elitista e transmissoras de conhecimentos excludentes no País.

Ahlert (2019) argumenta que novas metodologias de ensino e aprendizagem são capazes de orientar o processo de reconstrução do saber mais amplo e holístico,

sabendo que boa parcela das agressões ao meio ambiente deriva do desconhecimento.

Em se tratando de fronteiras, a comunicação se torna um papel fundamental nesta construção social, mais precisamente a comunicação rural, que consiste num conjunto de fluxos de informação de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural (Bodernade, 1988).

Podendo ser meio e canais formais e informais, como visitas, reuniões, feiras, exposições, festas, jornal, rádio, revistas, cartazes e audiovisuais, seja sob fluxo vertical e horizontal, unilateral e multilaterais.

Os protagonistas da comunidade rural são a população rural, o Estado e as empresas relacionadas com a agricultura. Em grande medida o desenvolvimento rural gira ao redor da comunicação, visto que os agricultores necessitam dela para tomar suas decisões de produção e de convivência, o Estado para políticas públicas, incentivos, linhas de créditos e subsídios, assistência técnica, fiscalização, e as empresas para insumos, equipamentos e informações para dispor de produtos para alimentar a agroindústria (Bodernade, 1988).

Dessa forma, a comunicação rural, então é um processo mais amplo que a Informação Agrícola ou a Extensão Rural, visto que a sociedade rural está composta de grupos, associações, empresas e famílias entre as quais existem numerosos e dinâmicos fluxos de comunicação, sendo através destes que os problemas comuns são identificados e articulados (Bodernade, 1988).

Quanto se traça uma abordagem com o termo estritamente rural, tende a reconhecer como se fosse um aspecto distinto da urbana, então o caráter rural imprime às atividades uma questão peculiar? A resposta se torna ambígua e dual, pois ao mesmo tempo que existem indagações e anseios particulares a cada campo - modos de vida, incentivos, recursos, complexidade, resolução de conflitos, imersão e barreiras tecnológicas, disparidades sociais -, existe a interconexão e relação entre estas duas modalidades, o rural não se constrói e se forma sem a interferência e consistência do urbano, e nem o contrário. Existe em si, um mesmo território, uma mesma natureza, as mesmas fontes de recursos que atendem as necessidades do povo como um todo.

O Mito do Desenvolvimento Econômico, obra de Furtado (1974) trata este tema como não sustentável por problemas ambientais por conta de exploração de recursos não renováveis e pelas desigualdades sociais. Sendo o desenvolvimento atribuído pela percepção do Estado sobre a sociedade, o processo de mudança social ao longo do tempo, e os esforços dos atores na promoção de melhorias – ação prática. Por essa questão, a extensão rural se torna um aliado a desenvolver atividades práticas que busquem minimizar desigualdades e orientar a aplicação de recursos, através da aproximação do conhecimento e tecnologia, tornando assim, um desenvolvimento rural, isto é aproximar o conjunto de ações do Estado e atores de intervenções nas regiões rurais pobres que não imergiram de forma significativa no processo de modernização (Navarro, 2001; Schneider, 2007; Thomas, 2000; Long, 1996). O desenvolvimento rural possui, segundo Queiroz (2021), outros correlatos como: o agrário, o agrícola, e o desenvolvimento rural sustentável.

A educação superior é decisiva para contribuir com iniciativas articuladas de desenvolvimento regional sustentável (Brasil, 2018). É preciso o entendimento de que os problemas de um país, principalmente o desemprego e pobreza, quando acionado paliativos, no máximo asseguram a sobrevivência, mas não o desenvolvimento. Então, Sachs (2010) comenta que o desenvolvimento rural socialmente incluyente e em harmonia com o meio ambiente exige soluções intensivas em conhecimentos e mão de obra, econômicas em capital e recursos naturais.

O termo extensão rural se considera de difícil interpretação pela sua complexidade e diversidade de olhares e objetivos, mas segundo Swanson & Claar (1988) fundamentalmente, visa introduzir mudanças nas comunidades rurais através da transmissão de informações úteis aos produtores - dimensão comunicativa - e de assistência aos mesmos na aquisição dos conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para utilizar, de forma eficaz, a informação ou tecnologia que possam aceder - dimensão educativa.

Leeuwis (2004) define serviços de extensão como processo multidirecional no qual múltiplos atores são esperados a contribuir e onde ações de atores individuais tem implicações nos restantes outros envolvidos no processo (não apenas, os produtores, mas também, os pesquisadores, extensionistas, fazedores de políticas, entre outros).

“A assistência técnica e extensão rural tem papel fundamental na construção da realidade do espaço rural do Brasil” (Hennerick, Dias, Zonin, 2020, p. 280), embora com diferentes fases e transformações ao longo da história sua contribuição é reconhecida pelos diferentes atores envolvidos.

Verifica-se nos dias atuais a falta de condições básicas de produção e subsistência em boa parte das unidades produtivas brasileiras, condições semelhantes ao que se observava na década de 1960 quando se difundiram no Brasil políticas públicas direcionadas para melhorias das condições econômicas e sociais no campo que acabaram por criar um novo modelo de rural brasileiro (Hennerick, Dias, Zonin, 2020).

Voltando ao olhar sobre a história da extensão rural no Brasil, após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos retomaram seu modelo de crescimento econômico capitalista expandido mercados e exportações para países em desenvolvimento, e o Brasil orientou sua economia para o aumento da produção agrícola, acelerando a modernização da agricultura e urbanização brasileira, e com exigentes caminhos de inovação tecnológica e também marcando um período de exclusão social e êxodo rural, por conta do incentivo à produtividade com uso de intensivo de recursos resultando na exclusão de pequenos produtores provocando desequilíbrios em diversas esferas (Ruas, 2006).

Tendo como forças alguns atores pontuais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa Brasileira de Extensão Rural - EMBRATER, Organizações não governamentais - ONGs e Cooperativas, no preenchimento de lacunas de assistência ao campo e fomento do meio rural, direcionadas a atuar junto da agricultura familiar.

A ação extensionista, ainda com base em Ruas (2006), nessa época privilegiou as técnicas, resultados e fomento de inovações à administração da propriedade estimulando o trabalho para a juventude rural na perspectiva de desenvolver a formação e continuidade, sendo vista como um processo educativo, e estimulada pelo crédito rural, sendo um instrumento para tal. Mas esses gargalos, inclusive os desafios das políticas públicas levaram a extensão universitária rural para diversos percursos árduos levando a população nas áreas rurais a debater e propor ações para o problema, como marcos da reforma agrária, e encaminhamento de entidades e órgãos

competentes, até encontrar junto ao papel social da universidade, o seu principal propósito, que ainda carece de outras reformulações.

Para que a ação extensionista assuma um caráter educativo e efetivamente transformador, é necessário que os agricultores e agricultoras familiares sejam os verdadeiros protagonistas do processo de desenvolvimento (Ruas, 2006, p. 41). Os projetos de extensão devem ser reflexos do seu entorno. Então, se torna fundamental, e quase comum em todos, é a preocupação em trabalhar com grupos, organizações de produtores, tendo em vista garantir um maior número de beneficiários, o que mostra o quão é incontornável investir na formação, treinamento e capacitação de organizações de produtores, e por muitos e longos anos (Mucavele, Artur, 2021).

Momentos atuais do meio rural são notados dos novos desafios para a produção e difusão de inovações na agricultura à crescente inviabilidade econômica dos estabelecimentos rurais de menor porte; da necessidade de melhor ajustamento da ação governamental à inexistência de uma política de desenvolvimento rural (Navarro, et al, 2013). A longa evolução de relação campo e cidade mostra a permanência do fenômeno rural no mundo atual mesmo em situações de urbanização mais intensa (Favareto, 2006), o que é a extensão rural, um mecanismo de luta, atenção e oportunidade de contribuir para com o desenvolvimento de maneira interdisciplinar. Sendo a ruralidade considerada pela proximidade e relação com a natureza, a ligação e dependência com as cidades e o sistema urbano e as relações interpessoais advindas e importantes das áreas não densamente povoadas (Abramovay, 2009), dimensões que se transformam, evoluem e modernizam-se ao longo do tempo.

A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões desassociadas, pois produzem com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida, sendo a terra não somente um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes, e os comerciantes não são só sanguessugas (Abramovay, 1992).

A Revolução Verde se torna um marco a ser destacado no meio rural, a partir dos anos 60, com mudanças significativas na forma de produção e organização, tecnologias e produtividade, e o desenvolvimento rural sustentável ressurgiu na tentativa de reequilibrar o desenvolvimento econômico, com os demais aspectos, em especial socioambiental e repensar debates a respeito da importância e necessidade

de valorização rural em relação ao urbano, e que depende da nova conscientização da relação homem-natureza, que requer o desenvolvimento de novas maneiras de atuação política e ideológica em relação às ações que visam o DRS (Tagliapietra, 2019; Almeida, 2015; Moraes e Schneider, 2010, Abramovay, 2000).

A educação quando trabalhada de maneira transversal em todas as disciplinas, possibilita na formação do sujeito, uma consciência voltada à sustentabilidade na qual suas práticas contemplem e priorizem os aspectos sociais, ambientais e econômicos de maneira igualitária, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável (Capponi; Borges; Schneider; Gadelha; Grandi; Zonin, 2020), destaca-se também o papel da educação na transformação do conceito de meio rural sustentável, a ser compreendido a partir dos aspectos históricos e nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, que o constituem (Koppe; Ahlert; Carniatto, 2018).

Os projetos transversais são capazes de orientar o conhecimento acumulado nas diversas disciplinas e saberes, entre educadores e educandos. Assim como são importantes como um meio de envolver a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade como um todo (Capponi; Borges; Schneider; Gadelha; Grandi; Zonin, 2020). Complementando que a contemporaneidade permite visões interdisciplinares do desenvolvimento (Feiden, Riedo, 2021).

A extensão rural, muitas vezes mencionadas junto à assistência técnica tem papel fundamental na construção da realidade do espaço rural do Brasil, embora com diferentes fases e transformações ao longo da história sua contribuição é reconhecida pelos diferentes atores envolvidos. Em um contexto geral, observa-se uma queda nos dados referentes ao acesso aos serviços públicos, cada vez mais direcionada aos produtores de áreas médias e grandes, sobretudo empresas privadas vêm alavancando este processo (Hennerich; Dias; Zonin, 2020). Vale salientar que o estudo visa contribuir e investigar acerca da extensão universitária rural e não adentrar em aspectos a respeito da assistência técnica, popularmente chamada de ATER.

É gritante a ausência de dados sistematizados, concretos e acessíveis acerca da extensão universitária, bem como rural, da interação de IES com a iniciativa privada, e demais *stakeholders*, como a sociedade civil, poderes e órgãos públicos, sendo fundamental a existência, produção e monitoramento de estatísticas que observasse um panorama integrado da tríade ensino-pesquisa-extensão, o que ratifica a pouca valorização da extensão tornando-a feita de ações limitadas e pontuais.

O desenvolvimento rural surge e se baseia na valorização espacial e da agricultura familiar, a base toma-se como principal norte e triunfo. Na extensão rural é imprescindível para a formação dos profissionais e comprometimento com essas realidades rurais (Pallu, Grando, Guareski, 2020). Considerando ainda segundo os autores, os verdadeiros extensionistas aqueles que deixam marcas nas comunidades em que atuam e trabalhos que se perpetuam ao longo do tempo, compreendendo o desenvolvimento rural como gerador de renda, sustentável (pois é preciso este cuidado), equânime para as famílias envolvidas, obedecendo um processo de realidade heterogênea, contínuo e participativo – as duas vias (extensionistas e sociedade) precisam caminhar e se conversar juntos. E para se desenvolver num ambiente misto é preciso atenção às particularidades que cada realidade apresenta, suas demandas, seus anseios, seus processos e tempos, pois segundo Peixoto (2008, p.43) “o Brasil tem um perfil rural e uma economia agropecuária muito diversificados”.

O campo, em especial, o setor agrícola tem exercido um fundamental papel na economia brasileira, com enfoques no desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e de tentativas de minimização do êxodo rural a partir da modernização da agricultura, sendo, esta, vista como uma atividade dinâmica com estrutura produtiva que abriga estabelecimentos rurais modernos, mas também abriga baixa eficiência na gestão de produção e tecnologias, o que revela parte da significativa heterogeneidade do trabalho rural brasileiro, onde se sabe que o processo de difusão de tecnologia, transferência de conhecimento, e educação no campo nem sempre é linear ou neutro em relação aos produtos, regiões, tipos de tamanho dos produtores (Garcia, 2014).

A inovação é um jogo coletivo no qual os jogadores não são todos do mesmo time. Os ativos e competências necessários para transformar resultado de pesquisa em inovação são particularmente variados e encontram-se longe dos laboratórios e até mesmo do campo (Salles-Filho, Bin, 2014, p. 440).

“O papel de destaque que a agricultura tem hoje na economia brasileira é resultado de um longo e rico processo de transformação, do qual se ressaltam alguns aspectos relevantes para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho agrícola” (Garcia, 2014, p. 565).

O desenvolvimento rural, conforme Ellis e Biggs (2001), é considerado como um processo participativo que capacita os moradores rurais a assumir o controle de suas próprias prioridades de mudança. “O desafio da extensão rural é, justamente, conciliar suas diversas dimensões, levando o saber produzido nas universidades até os agricultores” (Pallu, Grandó, Guareski, 2020, p. 162).

Numa abordagem histórica a extensão rural vem criando novas formas de serem feitas, desde a década de 40 como acesso ao crédito rural e escolas de agricultura e associações e tecnologia oriundas da revolução verde, na década de 60 com a intensificação de agroquímicos, mecanização e melhoramento genético, depois da Constituição tomaram a tona a força da agricultura familiar, políticas públicas, discussão sobre sustentabilidade, segurança alimentar e geração de emprego, construindo novas perspectivas da extensão rural voltada ao desenvolvimento rural sustentável (Strassburger et al, 2020).

Avaliando o mundo rural e a expansão agrícola no período contemporâneo, Navarro e Campos (2013, p. 16) apontam que:

(...) o Brasil vem observando o que talvez possa ser denominado de um “desenvolvimento bifronte”: há um lado alvissareiro de crescimento rápido da produção agropecuária, ancorado em taxas elevadas de produtividade, de extrema importância para o desempenho geral da economia do país. E há um lado socialmente negativo, senão perverso, de seletividade social, situação agravada pela relativa incompreensão da ação governamental – incapaz de realizar uma leitura correta sobre o desenvolvimento agrário brasileiro e ainda submetida, inclusive, a uma série incontável de análises e iniciativas, às vezes, fantasiosas e ideológicas.

A agricultura familiar é notada como uma tríade de gestão, propriedade e trabalho, que vêm de indivíduos que mantem entre si laços de parentesco, e é considerado maioria nas unidades produtivas do mundo com sua relevância na produção significativa de alimentos, sendo fundamental para a garantia da segurança alimentar, estabilidade social e política (Preiss et al, 2020; Abramovay, 1997). Sendo a agricultura familiar fortemente distinguida do campesinato a partir da forma de organização e produção advinda da integração aos mercados.

O processo de transferência de informação entre produtores rurais caracteriza-se tradicionalmente por uma troca de informação cooperativa, livre e interpessoal. Os produtores obtêm a maior parte das informações de fontes variadas: família, amigos, produtores vizinhos, grupos informais de produtores, associações comunitárias, sindicatos e cooperativas de

produtores. Entretanto, a informação também é adquirida por meio de serviços de Ater (públicos ou privados) (Peixoto, 2008, p. 895).

A Lei nº 12.188/2010 corresponde a institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, defasado e interrompido pelo Governo Bolsonaro, mas que prioriza em sua finalidade o apoio às entidades e órgãos públicos e oficiais da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que tem como objetivo servir educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários (Brasil, 2023).

Dentro do PNATER, alguns princípios e objetivos são evidenciados como o desenvolvimento rural sustentável, gratuidade, qualidade e acessibilidade dos serviços de ATER, adoção de metodologia participativa com enfoque multi e interdisciplinar e intercultural, buscando a cidadania e democratização da gestão da política pública, além de enfoques na equidade social, tecnologia, qualidade de vida, segurança alimentar, produtividade, geração de renda, cooperativismo, qualificação profissional e científica (Brasil, 2023).

A difusão de tecnologias e conhecimento sempre foi marco em função de mudanças econômicas, devido à fragilidade da extensão rural nas décadas de 50, sendo atrelados aos ministérios da agricultura, mas sem muito subsídios, mas salienta-se que a ideologia da extensão afastou-se do modelo linear de transferência de tecnologia e abordagem de cima para baixo, e direcionadas a um paradigma dos métodos de extensão enfatizando fluxos de informação de baixo pra cima, orientado pela demanda com a participação dos *stakeholders*, proporcionando mais solidez aos produtores rurais no controle de informação, demandas reais e recursos necessários para aplicação de suas atividades de maneira mais eficiente e moderna (Alves; Souza, 2014).

Reforça-se que o termo DRS não era utilizado antes de meados de 2010, e nesse constructo é importante observar e reafirmar a relevância deste caminho conceitual e prático.

O conceito de desenvolvimento rural sustentável surgiu em 1987 com a publicação do documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU em atendimento às resoluções da Conferência de Estocolmo para a avaliação global das condições ambientais (Wanderley, 1993). Sendo uma expressão que surgiu em meados daquela década, após o padrão civilizatório acelerado pós Segunda Guerra provocar crescentes percepções acerca dos impactos ambientais.

Neste sentido, o componente “sustentável” da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem a compreensão das chamadas “dimensões ambientais”. A tendência, desta forma, é que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável. Embora certamente seja possível outros significados à noção de sustentabilidade (por exemplo, sustentabilidade política, social ou institucional, entre outras possibilidades), tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas sobre desenvolvimento rural. Por tal razão, mantendo-se o rigor necessário, o “sustentável” refere-se tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural (Navarro, 2001). O que não desvincula os aspectos já levantados por Sachs (2009) sobre o diálogo entre os atores sociais, culturais, políticos, econômicos e afins.

Isto é, nestas perspectivas de construção do que é o desenvolvimento, do que é a sustentabilidade, é cada vez mais um conceito uníssono, onde se ultrapassa a fronteira exclusiva do aspecto econômico, e integra todos os outros fatores determinantes para que de fato haja um desenvolvimento de uma sociedade que se complete em todos os seus aspectos de vida humana. Nesse sentido (atual e futuro), só um verdadeiro desenvolvimento quando se é sustentável, e quando se é desenvolvido em todos os seus campos, seja o rural ou o campo, onde ambos também se intercalam e são interdependentes, dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável se torna um conceito e uma prática genuína, essencial e promissora.

Quando se propôs a construção do conceito de DRS a partir do currículo escolar, o foi justamente para refletir o quanto o espaço escolar contribui no processo educativo (...). A intenção de pensar a respeito da escola como um dos cenários envolvidos no processo sócio educativo dos sujeitos, articula teoria e prática no processo de formação dos seres humanos. O papel da

escola nesse contexto se efetiva na premissa de que por ela perpassa toda sociedade. É por ela (...) que se potencializam as discussões sobre qual conceito de desenvolvimento sustentável estão sustentadas as discussões que envolvem esse conceito. Seu valor intrínseco, na medida em que seu principal objetivo é o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, e a percepção ideológica que perpassa a modernização da agricultura na atualidade através dos seus modelos de produção, reconhecendo o formato de desenvolvimento rural que se idealiza (Koppe, Ahlert, Carniatto, 2018, p. 258).

“O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma” (Freire, 1987).

O diálogo foge do estático e destrava as fronteiras do tempo, sendo altamente promovedor de novas realidades, explica os contextos e os reexplica ao longo do tempo, mudando ações e proporcionando novas visões, questionamentos, comportamentos sociais e conhecimento. O diálogo pensando na perspectiva do objeto de estudo deste trabalho ganha espaço pois desperta na extensão universitária um aspecto holístico e amplo no tocante a entender que entender, conhecer e reconhecer o seu espaço urbano-rural é imprescindível para encontrar benefícios que se perpetuem e sejam crescentes na lida destes ambientes rurais e no aspecto sustentável.

4.2. 2.2. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento rural sustentável se une ao processo de curricularização da extensão universitária no afã de investigar como as instituições de ensino superior públicas brasileiras propõem a curricularização da extensão em busca do desenvolvimento rural sustentável, então dessa forma, pretende-se entender nesta seção de que forma a curricularizar a extensão pode despertar avanços ou apresentar desafios, a proposta para investigar pretensões de como as IES estão se mobilizando neste percurso a partir da amostra visualizada na seção metodológica deste estudo.

A curricularização da extensão, ou creditação curricular da extensão, norma prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº

7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, estabelecendo creditações obrigatórias dentro da carga horária estudantil no nível de graduação, e ainda instrui o INEP a considerar este cumprimento para efeitos de autorização e reconhecimento dos cursos, além do fortalecimento da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, base para tudo acontecer, partindo do art 207 da Constituição Federal de 1988, ganhando reforço com a LDB de Lei nº 9394/96 art 43, sequenciado do PNE na Lei nº 13005/2014 e Parecer CNE/CES nº 608/2018.

A formação universitária brasileira tem como premissa uma formação generalista, científica e humanística, que indissocia a pesquisa, o ensino e a extensão. Entretanto, ainda é um desafio para as instituições de ensino superior atuarem de forma integrada nesses pilares, principalmente na articulação entre a universidade e a sociedade. Desse modo, com base na Proex UFRPE (2022) a presença da extensão nos currículos dos cursos de graduação requer mudanças que proporcionem uma maior organicidade entre os diferentes segmentos da universidade, para que atuem de maneira conexa, coesa e articulada na efetivação dessa formação.

A articulação intersetorial passa pelo entendimento de que todos os sujeitos e setores que compõem a universidade são corresponsáveis pelo desenvolvimento pleno das diversas atividades acadêmicas. Além da articulação interna, é necessária uma articulação interinstitucional a partir da qual a universidade promova parcerias com instituições e demais organizações da sociedade, a exemplo de prefeituras, organizações não governamentais, movimentos sociais, para que a extensão estabeleça diálogos e encontre suporte e condições para a execução de ações, conforme propõe o PNE 2014-2023, sendo assim as ações de extensão se potencializam para gerar impacto significativo na sociedade e na formação dos estudantes (PROEX UFRPE, 2022).

Arocena (2011, p.15, tradução nossa) desta maneira a formação dos nossos alunos terá uma conexão maior com a realidade que está além da sala de aula, vinculando-os a situações e setores muito diversos. Oferecerá oportunidades para reforçar o compromisso ético com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, que devemos assumir aqueles de nós que tivemos o privilégio de aceder ao ensino superior público financiado por toda a sociedade.

A questão da curricularização vem suscitando várias questões e preocupações por parte das/os docentes e das/os coordenadoras/es de cursos de graduação. As

perguntas são diversas, de ordem pedagógica, organizacional, financeira, logística etc. São questionamentos movidos por docentes comprometidas/os com a execução praxiológica de sua missão. No entanto, a definição legal ou administrativa, mesmo sendo normativa, não consegue acompanhar as/os docentes na formulação e na elaboração da prática que é capaz de efetivar, de uma maneira suficientemente homogênea, uma reforma de grande amplitude. Compreendendo que a extensão configura-se como um processo formativo, a normativa como regra, cabe as IES informarem e elaborarem materiais pedagógicos para auxiliar a comunidade acadêmica a entender o processo e implementá-lo (PROEX UFPE, 2021).

A curricularização pode potencializar os processos pedagógicos aprimorando a cognição e os processos formativos dos estudantes, tendo em vista a formação de profissionais capazes de desempenhar sua profissão dentro de suas respectivas áreas de formação, com uma sólida formação humanística, que desperte a sensibilidade ao entendimento dos diferentes contextos. Para produzir tais conhecimentos, faz-se imprescindível a elaboração de um currículo mais dinâmico, com propósito de produzir conhecimentos significativos e desenvolver práticas educativas contextualizadas, não fragmentadas (Peirozan e Maciel, 2021).

Os entraves mais purgantes se destacariam entre o corporativismo docente, a incompreensão da extensão e o percurso individual específico dos gestores, a alta carga horária dos estudantes os restringindo aos espaços das disciplinas em sala de aula. Tal ação normativa do Governo responde à necessidade de qualificação e fortalece a relação da universidade e sociedade (Deus, 2021).

Na atualidade a extensão está institucionalizada nas universidades compondo o eixo ensino/pesquisa/extensão como componente acadêmico regulamentado. Significa que a presença efetiva dos estudantes e dos docentes atuando em territórios não é uma novidade e nem deve ser entendida como posição autoritária, porque nem todos os professores fazem extensão universitária. Aqueles que estão voltados para atividades de extensão já têm a dimensão do que vai ser colocado em prática com a implementação da curricularização. A aposta de que a curricularização da extensão não vai dar certo porque não existem nas universidades atividades de extensão suficientes para atender a demanda do conjunto dos estudantes é frágil. Em maior ou menor número todas as universidades públicas possuem registrado um número significativo de programas e projetos de extensão. Está comprovado pelos

depoimentos dos estudantes que, ao entrarem em contato com atividades de extensão, sua vida acadêmica e pessoal muda porque se colocam diante de realidades sociais e profissionais que provocam mudanças importantes. Mas, para que isto ocorra, é pré-condição uma organização institucional e, uma aceitação docente, em condições de compreender a extensão universitária como indissociável do ensino e da pesquisa e fundamental como componente formativo (Deus, 2021)

São muitos os dilemas inerentes ao processo de inserção da extensão nos currículos, evidenciando ainda mais a distância do dito pelo que é, ou seja, mesmo sabendo que o princípio da indissociabilidade é parte discursiva dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação das universidades brasileiras, a realidade é outra, uma vez que a indissociabilidade, preceito constitucional, ainda não faz parte da formação de muitos alunos (Ribeiro; Mendes e Silva, 2018).

Sabe-se, no entanto, que a natureza da extensão como atividade que requer postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, realizada por meio do diálogo plural e do respeito à alteridade, é processo, é devir, é postura que se tece em sentido sendo, fazendo, vivendo. E nesse sentido, o professor é instigado a sair do formato do ensino muitas vezes transmissivo e linear para adentrar em outras possibilidades formativas, ampliadas pela perspectiva de outras formas de relação com o conhecimento e com a formação (Ribeiro; Mendes e Silva, 2018).

O processo de curricularização da extensão emerge demandas para a comunidade acadêmica e externa, projetando aspectos de ressignificação de concepções de interdisciplinaridade, ensino-aprendizagem e dinâmicas dialogadas, crítica e integradoras, na perspectiva de Andrade, Morosini e Wiebusch (2019) sendo reforçados pela gestão de transparência de objetivos e ações, destacadas na visão de Nunes, Watanabe e Fenalli (2019). Zanon (2022) também reforça que o processo de curricularização da extensão pode contribuir para a reflexão coletiva sobre as concepções de extensão universitária, de currículo, de universidade e de consequente mudança na estrutura curricular, rompendo com as padronizações e a linearidade na matriz curricular, podendo contribuir para a reorganização curricular no sentido de superar a fragmentação do conhecimento, as relações verticalizadas das disciplinas da matriz curricular, as conexões entre ensino e pesquisa. Sendo assim, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão não são os fins, mas, sim, os meios pelos quais a instituição produz conhecimentos e os torna acessíveis à comunidade.

Quanto às concepções e formas de integração, Zanon (2022) também reforça o aspecto de heterogeneidade do processo de curricularização da extensão em seus cumprimentos em suas realidades específicas, não há como precisar a maneira como cada instituição desenvolve os três elementos da tríade; embora, nos planos de desenvolvimento institucional, a indissociabilidade seja mencionada, não é possível afirmarmos que, de fato, ela se materialize no contexto universitário. Portanto, fortalece a relevância do presente estudo ser desenvolvido com amostras e variáveis que representam a comunidade acadêmica respeitando os diferentes cenários, esferas e regiões. Há o entendimento que o currículo não é definitivo, e sim forjado ao cotidiano e construído coletivamente, e a flexibilização curricular rompe com a disciplinarização do conhecimento permitindo proposições que privilegiem as relações de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de construção de novos desenhos curriculares nas universidades pode fomentar a discussão sobre a definição de conteúdo padronizados, técnicos e que são transferidos mecanicamente, reconhecendo que a sua escolha é de natureza política, pois tem a ver com quais são os conteúdos a serem ensinados, a quem serão ensinados e, ainda, a favor de quê, de quem e contra o quê, quem e como ensinar (Freire, 1983).

A visão de mudança institucional proposta pelos autores Diego Maganhotto Coraiola, Márcio Jacometti, Marystela Assis Baratter, Sandro Aparecido Gonçalves no estudo a saber: Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional, discute e defende a teoria da mudança institucional sob contextos e aspectos sociais, o que torna mais associativo com este trabalho de tese.

O estudo apresenta a estrutura analítica que busca conciliar elementos da agência e do contexto na análise de processos de mudança institucional. A estrutura está baseada na articulação entre as abordagens do *institutional work* e da mudança institucional gradual. Ambas as abordagens foram criadas como alternativas a perspectivas que enfatizavam demasiadamente elementos estruturais (*como a path dependence theory*) ou a ação (como o empreendedorismo institucional) (Coraiola, et al, 2015).

O contexto institucional possui certo nível de plasticidade e pode ser modificado de acordo com a disponibilidade de práticas, significados e recursos. A efetivação desse potencial de mudança está relacionada à capacidade dos atores, seus níveis

de reflexividade institucional e munificência de recursos. As práticas de criação, manutenção e dirupção das instituições em determinado contexto serão, portanto, resultado da interação entre as características do contexto institucional (nível de plasticidade institucional) e dos tipos de atores sociais (nível de discricionariedade institucional) (Coraiola, et al, 2015).

Embora existam avanços nos estudos sobre *institucional work* (mudança institucional), os trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva ainda são escassos, com instrumentos úteis para explicar a evolução das instituições. Um dos desafios que se coloca para o avanço das pesquisas sobre *institutional work* consiste, portanto, na investigação da existência de associações e regularidades entre diferentes categorias de atores, contextos institucionais de atuação e formas de *institutional work* (Lawrence, 2006; Coraiola et al, 2015).

O estudo teórico de Coraiola contribui com um esquema analítico e proposições para estudar as relações entre os diferentes perfis dos atores sociais, contextos institucionais e políticos e formas de *institutional work*, e dessa forma, não se pretende esgotar as possibilidades de análise, mas, estimular os pesquisadores a se debruçarem sobre esta temática em pesquisas futuras, que é o que se propõe no presente estudo.

O autor se debruça entre mudança institucional ou *institucional work* e a mudança institucional gradual. A primeira mais apontada como contribuinte e relação com o presente trabalho, no entanto, mostra-se no quadro 4 as suas principais diferenciações com base na interpretação disponível.

Quadro 4 – Principais distinções interpretadas entre *institucional work* e mudança institucional gradual.

<i>Institucional Work</i>	Mudança institucional gradual
Contexto institucional em que os atores estão imersos é construído com base em suas próprias microações;	O papel dos agentes de mudança e seus comportamentos combinam-se com as características do contexto político e institucional de modo a desencadear mudanças;
Coloca no centro da análise institucional a compreensão da reflexividade e conduta estratégica dos atores sociais como dependente das habilidades por eles exibidas em contextos sociais;	Aponta que a compreensão das possibilidades de ação dos atores está diretamente relacionada às características das instituições e do contexto político nos quais eles se encontram imersos;
Compreensão da maneira como a ação influencia as estruturas sociais e institucionais;	Ocorre frequentemente quando os problemas de interpretação e aplicação da regra abrem espaço para os atores implementarem as regras existentes de novas maneiras;

<p>Pressupõe que o contexto institucional em que os atores estão imersos é construído com base em suas próprias microações (empreendedorismo institucional);</p>	<p>O contexto político é entendido como o conjunto de atores que atuam e se relacionam num determinado campo organizacional e que por algum motivo detêm poder e são capazes de implementar ações para promover mudanças institucionais;</p>
<p>Defende-se a necessidade de compreender as maneiras pelas quais as ações de determinados atores interessados criam, mantêm e diruem instituições;</p>	<p>Com base em Streeck e Thelen (2005), Mahoney e Thelen (2010) delinearão cinco tipos de mudança institucional: (1) deslocamento: remoção das regras existentes e introdução de novas regras; (2) em camadas: sobreposição de regras ou adição de novas às existentes; (3) derivação/desvio: mudança de regras como resultado de mudanças no ambiente; (4) conversão: mudança das regras existentes como forma de readaptação estratégica; (5) exaustão: processo de ruptura e extinção institucional;</p>
<p>Concentram-se tanto no estudo das ações envolvidas na criação de novas instituições, quanto nas práticas destinadas a manter vigentes as instituições ou, ainda, nas atividades de certos atores destinadas a diruir as instituições existentes;</p>	<p>Mudança institucional pode ser também subproduto não intencional das lutas distribuídas de uma multiplicidade de atores;</p>
<p>Conexão entre resultado e esforço (trabalho de convencimento que denota 'esforço cognitivo' para o reconhecimento de padrões de pensamento e comportamento institucionalizados em rotinas como meio de ampliação dos níveis de reflexividade e controle da (re)produção social): envolveria diferentes tipos e níveis variados de esforços físicos e mentais efetuados pelos atores com o objetivo de provocar certos efeitos em determinada instituição;</p>	<p>Principais motivações: regras institucionais e contexto político.</p>
<p>Necessário destacar que a conexão entre os esforços realizados e os resultados esperados não é aleatória, mas, como os próprios autores não se furtam em lembrar, existem sempre enquanto práticas socialmente imersas, desenvolvidas com base em orientações institucionais;</p>	<p>--</p>
<p>Premissas: estabelecem como premissas básicas que: os atores individuais e coletivos possuem variados níveis de consciência e reflexividade, assim como diferentes capacidades de atuação social ou habilidades sociais; as instituições são sempre, em maior ou menor medida, produto das ações daqueles atores, estejam eles conscientes e interessados nisso ou não; e as ações realizadas pelos atores existem sempre enquanto práticas socialmente imersas desenvolvidas com base em orientações institucionais que podem ser mais táticas ou explícitas e formalizadas;</p>	<p>--</p>

Abordagens: centradas no trabalho (conexão das motivações com as características institucionais) e nas instituições (conexão dos elementos institucionais na forma de influência sob as ações).

--

Fonte: Extraído de Coraiola et al (2005).

Partindo da definição do autor que plasticidade é a capacidade de determinada instituição em ser alterada, ou o potencial de alteração de determinado arranjo institucional, enquanto a discricionariedade é a capacidade de uma organização focal engajar-se em alguma forma de trabalho institucional em um contexto espaço temporalmente definido. As proposições levantadas (quadro 6) pela teoria deste autor sinalizam:

Quadro 6 - Proposições em *institutional work*

Proposição 1: o engajamento de um ator em <i>institutional work</i> de criação, manutenção ou direção institucional é resultado da relação entre os níveis de plasticidade institucional do contexto e a capacidade de discricionariedade institucional do ator.
Proposição 2: atores com alta discricionariedade institucional inseridos em contextos com alta plasticidade institucional tendem a engajar-se em atividades visando à criação de novas instituições
Proposição 3: atores com baixa discricionariedade institucional inseridos em contextos com alta plasticidade institucional tendem a engajar-se em atividades visando à direção de instituições existentes.
Proposição 4: atores com alta discricionariedade institucional inseridos em contextos com baixa plasticidade institucional tendem a engajar-se em atividades visando à manutenção das instituições existentes
Proposição 5: atores com baixa discricionariedade institucional inseridos em contextos com baixa plasticidade institucional tendem a engajar-se em atividades visando à manutenção de instituições existentes
Proposição 6: atores com médios níveis de discricionariedade institucional tendem a engajar-se em atividades de manutenção institucional, independente dos níveis de plasticidade institucional.

Fonte: Coraiola et al (2005).

A mudança institucional discutida no estudo de Coraiola buscam desenvolver aspectos voltados a compreender as mudanças que ocorrem entre atores e instituições, que no presente trabalho se põe em contribuição de entender o efeito da mudança da curricularização da extensão universitária nas IES públicas brasileiras. Essas reações são possíveis de serem observadas na apresentação e discussão de dados.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo se configura sob natureza mista – com dados e análises qualitativas e quantitativas, do tipo exploratório - implica em conhecer de forma mais ampla um fenômeno para verificar suas implicações. O corte foi transversal em 2023, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Justificada pela necessidade de analisar um fenômeno novo, e em andamento.

Os dados de fontes primárias com opiniões e informações descritivas foram coletados por meio de um questionário, e os dados secundários, registrados, foram coletados por meio de bibliográfica científica sobre o tema e sites oficiais.

Houve uma prévia, pela necessidade de investigar a atuação e fazer saber a partir da amostra pesquisa um panorama das atividades extensionistas e suas dinâmicas de desenvolvimento, pois foi realizada uma consulta para levantamento via *Google Meet* e *Google Forms*, entrevista e questionário com 31 perguntas, respectivamente, com extensionistas sendo caracterizado por um público que desenvolveu ou desenvolve ações de extensão universitária, ou coordenadores destes projetos, por conveniência aleatória, localizando em IES públicas brasileiras os extensionistas gestores, criterizando as mais relevantes, atuantes e disponíveis, buscando atender ao máximos de regiões, durante o ano de 2022. Das quais foram obtidas 24 respostas via formulário do questionário e 13 entrevistas aplicadas e coletadas, conforme visualizado nas demonstrações de figuras e quadros a seguir.

Logo após, o outro instrumento da pesquisa que buscou solidez e atendimento ao objetivo principal, que foi o questionário de 21 perguntas estruturadas direcionadas às Pró-reitorias das IES do país, e suas representações envolvendo assistentes, coordenadores de extensão e presidentes de comissões de extensão em casos que os pró-reitores e pró-reitoras não puderam responder ou repassaram a autonomia de resposta mais apropriada, sendo assim, foram coletadas 22 respostas, conforme exposto a seguir.

Então, a população pesquisada foram todos os 22 Pró-Reitores de extensão de 22 IES públicas no Brasil. A prévia nos dará norte e contextualização de cenário, e a aplicação do questionário principal nos dará robustez e solidez à investigação/análise. Os dados foram tratados por estatística simples de acordo com as escalas do questionário e analisados descritivamente.

A análise de conteúdo foi utilizada para tratamento dos dados destes questionários aplicados. Na análise de conteúdo para tratar a coleta dos dados das

entrevistas voltadas aos programas de extensão, se obteve da primeira fase sendo a pré-exploração do material e leituras flutuantes do corpus das entrevistas, que conforme Bardin (1977) foi possível organizar aspectos importantes para as próximas fases de análise – a seleção das unidades de análise e categorização. Então, tomando-se contato com os documentos a serem analisados foi conhecido o contexto e orientações e impressões fluídas.

A orientação para as unidades de análise, em estudos qualitativos, é sob as questões de pesquisa, sendo de um maior interesse o uso de análise temática (temas) levando ao uso de frases, sentenças ou parágrafos como unidade de análise, com aspectos semânticos e sintáticos, ou seja, a partir de significados dos códigos e organização da estrutura da frase, respectivamente.

Figura 4 - Estados brasileiros envolvidos na pesquisa prévia com os extensionistas



Fonte: Dados do estudo (2022)

Quadro 7– População pesquisada na prévia com os extensionistas

IES	Região
UFRA	Norte
UNIR	Norte
UFRB	Nordeste
IFCE	Nordeste
UFCA	Nordeste
UFRN	Nordeste
UFPB	Nordeste
UFRPE	Nordeste
UFAPE	Nordeste
UFMT	Centro-Oeste
UNB	Distrito-Federal
USP	Sudeste
UNESP	Sudeste
UFMG	Sudeste
UFV	Sudeste
UFFS/SC	Sul
UFFS/PR	Sul
UFSM	Sul
UEM	Sul
UNIOESTE	Sul
UNILA	Sul
UEM	Sul

Fonte: Dados do estudo (2022)

Figura 5 – População pesquisa da oriundo das UFs envolvidas na pesquisa oriundo do questionário principal do estudo com as Pró-reitorias das IES.



Quadro 8 – População pesquisada (Pró-reitorias)

IES	Região
UFAM	Norte
UFAC	Norte
UFRPE	Nordeste
UFPA	Nordeste
UFS	Nordeste
UFPI	Nordeste
UFRB	Nordeste
UFRN	Nordeste
UFCG	Nordeste
UFCE	Nordeste
UFGD	Centro-Oeste
UFMT	Centro-Oeste
UFMS	Centro-Oeste
UFCAT-GO	Centro-Oeste
UFTM-GO	Centro-Oeste
UNIFAL-MG	Sudeste
CEFET-RJ	Sudeste
UFF-RJ	Sudeste
UNESP	Sudeste
UFRGS	Sul
UNIOESTE	Sul

UFSM	Sul
Fonte: Dados do estudo (2023)	

Ambas as pesquisas aconteceram de maneira abrangente e representativa para conhecer realidades distintas do país e suas regiões, favorecendo um intercâmbio saudável e discussão válida e potente. A partir disso, verificaremos a apresentação dos dados e análise de resultados na seção subsequente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. “A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS EXTENSIONISTAS SOBRE A EXTENSÃO EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL”

Neste primeiro momento serão apresentados os resultados oriundos da coleta de dados dos extensionistas como coleta prévia. O quadro 9, mostra a listagem de projetos de extensão coletados na pesquisa e sua respectiva abrangência média geograficamente e os seus benefícios e atuações principais.

Quadro 9 - Listagem das IES, ações de EUR e abrangência

UF	IES	PROJETO/AÇÃO	ABRANGÊNCIA
DF	Universidade de Brasília (UnB)	Não declarado	Região de Brasília/DF
SP	Universidade de São Paulo (USP)	Clube de Práticas Zootécnicas/ESALQ	Região de Piracicaba/SP
AM	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Programa de Geração e disseminação de tecnologias sociais para fortalecimento da agricultura familiar paraense com bases agroecológicas	Região de Paragominas/AM
BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Avaliação de instrumentos de políticas públicas de agricultura familiar e economia solidária na Bahia	Região do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA
PR	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Aquicultura em Extensão	Região de Laranjeiras do Sul/PR
PR	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Não declarado	Região do Centro Oeste do Paraná, Laranjeiras do Sul/PR
CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	Mandala	Juazeiro do Norte/CE

CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	Recuperar	Região de Crato/CE
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Geotecnologias na Gestão Rural Municipal	Região de Serra Talhada/PE
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Projeto de Desenvolvimento de Competências, Habilidades e Atitudes (PRO-CHA)	Pau dos Ferros-RN, Almino Afonso-RN, Frutuoso Gomes-RN, Iracema-CE
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Ações de desenvolvimento para produtores agropecuários do entorno do parque eólico de Casa Nova - BA	Casa Nova/BA
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Inovação da Organização Administrativa, Produtiva e Agroindustrial das Cooperativas Solidárias do Sudoeste do Paraná	Região Sudoeste do Paraná/PR
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	II Congresso Regional de Administrado do Pajeú - CRAPA - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada	Região do Sertão/Serra Talhada/PE (RegionalNordeste)
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Organização das ações do grupo de consumidores de produtos agroecológicos do Núcleo de Estudo em Agroecologia da UNIOESTE	Região de Francisco Beltrão/PR
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	PROEXT 2015	Região Oeste do Paraná
MT	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	ENECOMAT 2018 - UFMT (Faculdade de Economia)	Região Oeste do Paraná (Cascavel)
MT	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Finanças Pessoais - 2019 - UFMT (Faculdade de Administração)	Mato Grosso
PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Incubação de empreendimentos econômicos solidários em municípios pertencentes ao território CONSAD Entre Rios	Umuarama/PR
PR	Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)	Unileiros plantando bem	Foz do Iguaçu/PR
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Câmara de maturação de queijos finos sob atmosfera controlada.	Estado do Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	COSMOB	Estado do Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Programa de treinamentos GIZ	Estado do Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Projeto Cadeia do Frio	Estado do Paraná
RS	Universidade Federal de Santa Maria	Programa de extensão em desenvolvimento territorial do território centro da Serra do Rio Grande do Sul (NEDET)	Estado do Rio Grande do Sul
PE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)	Projeto de melhoria tecnológica do setor lácteo de Pernambuco	Estado de Pernambuco
PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	FAISCA - Feira Agroecológica de Inclusão Social, Cultura e Artes	Umuarama/PR

CE	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Articulação dos agricultores na região do Cariri para atendimento do PAA e PNAE	Região do Cariri (CE) e do Araripe de Pernambuco
CE	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	ENACTUS	Região do Cariri (CE)
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	GEOLUTAS	Região Oeste do Paraná
SP	Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)	Políticas públicas, produção e consumo de alimentos saudáveis	Estado do Paraná e São Paulo
PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Economia Solidária	Estado da Paraíba
PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	Estado da Paraíba
MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Grupo de Estudos em Forragicultura (GEFOR)	Estado de Minas Gerais
CE	Instituto Federal do Ceará	Grupo de Estudos para a Agricultura Familiar*	Farias Brito/CE, Crato/CE, região do Cariri
CE	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	BIO+ (Enactus)	Região do Cariri, no Ceará
CE	Instituto Federal do Ceará (IFCE)	Palmas Forrageiras	Região do Cariri, no Ceará
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Aqui tem PANC	Região do Oeste do Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Educação para a Sustentabilidade e Desenvolvimento cultural do território da Itaipu Nacional	Região do Oeste do Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Comunicação e extensão rural e agronegócio na Vitrine tecnológica do Show Rural/ COPAVEL	Região do Oeste do Paraná
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Seminário de diversidade sexual e de gênero da vila campesina em Rondônia	Estado de Rondônia (duas regiões)
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Não se aplica	Recife/PE
SC	Universidade Federal da Fronteira Sul	Fortalecimento da Juventude rural no Oeste de Santa Catarina	Chapecó/SC
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Imigração e inclusão social no Oeste do Paraná	Paraná/EAD
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/UNILA	Ação de Extensão Rural da Cooperativa Central CRESOL BASER	Paraná
PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Formação de multiplicadores em educação alimentar e nutricional	Paraná
MG	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração – PACAB	Minas Gerais

Fonte: Dados das IES, 2020

Dos programas e projetos levantados nessa observação prévia como forma de amostragem e entendimento inicial, em sua maioria o perfil extensionista se configura em características voltadas à produtividade, prática e manejo, melhorias em

tecnologias e inovação, políticas públicas, desenvolvimento (competências e habilidades) de articulação, assessoria e educação sustentável, nutricional e alimentar para produtores agropecuários, avaliação de instrumentos, incubação de cooperativas solidárias, aspectos de gestão rural com bases fortes em agroecologia, agricultura familiar, economia solidária e gestões municipais, além de fomento aos grupos de estudos, feiras e eventos com forte inclusão social, cultura, gênero e juventude no campo.

As temáticas supracitadas são os principais percursos que os programas abordam, e muitos deles espelharão as unidades temáticas de análise que este estudo permeará, além de coadunar com o levantamento teórico já encabeçados pelo que endossa a FORPROEX (2012) e PROEX (2011); boa parte dos projetos são estruturados sob supervisão de doutores e mestres em sua maioria com titulações em cursos da área de ciências agrárias e com uma estatística média de 15 integrantes ativos e diretos, mas por seus perfis voluntariados esse número se estende e abrange uma maior parcela de interessados que também se voltam a este tipo de área, - sua grande cartela de beneficiados giram entre dezenas e centenas de pessoas - embora seja possível encontrar uma camada interdisciplinar entre os projetos, de administradores à psicólogos, de historiadores e Direito à cientistas sociais e da informação.

O formato burocrático dos projetos em sua maioria é simplesmente cadastrado nas bases mais simples das instituições pelas quais são oriundos, alguns poucos são respaldados por investimentos como o do CNPQ, e metade deles ainda seguem em funcionamento, uma vez que os projetos têm a necessidade e abertura de renovação e continuidade a depender das necessidades e interesses do corpo.

As atividades de extensão evidenciadas na literatura e seu forte teor interdisciplinar, segundo já posto em pauta por Alvarenga (2011) e Pallu, Grandó e Guareski (2020), e abrangente, se reflete na coleta de dados realizada, onde as atividades permeiam produção de oficinas e capacitações, envolvimento a disseminação de tecnologias e conteúdo para redes sociais, práticas de manejo e intercâmbio de informações e técnicas e diversificação da cadeia produtiva, qualidade de vida, disseminação de conteúdo no âmbito da sustentabilidade, juventude e gênero, inclusão social, agricultura familiar, políticas públicas, interdisciplinaridade,

fortalecimento de eventos, feiras e experimentos, cooperativismo popular, gestão e empreendedorismo.

A maioria dos produtos são voltados à capacitação, eventos e assistência, e adesão é considerada como positiva. Embora os recursos sejam considerados escassos e muitas vezes insuficientes para uma evolução da atuação dos programas.

Os *stakeholders* são diversificados e expansivos assim como toda a linha de atores que se envolvem nos projetos, muitas se aliam pelos interesses e necessidades naturais, como alunado, docentes, Organizações Não-governamentais, universidades e suas pró-reitorias, servidores, escolas, governos, agricultores, cooperativas e sindicatos.

Peixoto (2008) reafirma o fortalecimento do processo educativo e comunicativo entre a instituição e o desenvolvimento de atividades rurais -- costurados por Schneider (2010), Boff (2014) e Sachs (2004) que reproduzem as compreensões sobre sustentabilidade e seu conjunto de ações que se destinam a manter e evoluir os elementos necessários para a potencialidade da capacidade produtiva humana no campo e nas civilizações e qualidade de vida.

Complementando por Davis (2016) que a extensão continua sendo uma instituição crítica para apoiar os percursos rurais e os ODS. Nesse aspecto, Sanchs (2004) em sua percepção de DS reforça a necessidade de alcançar a diminuição de disparidades, mais democrática, respeito, e vários temas esforçados nestes Objetivos.

Então, os pontos fortes desses programas são os benefícios trazidos para a comunidade, a partir do conhecimento das demandas da sociedade, o diálogo, a qualidade de vida, o espaço interdisciplinar e indissociável – conforme já endossado por Gonçalves (2015), Andes (2003) e Tauchen (2009); fortalecer e incentivar o interesse por parte do corpo discente – que são grandes protagonistas de fomento das ações e também muitas vezes beneficiários, além da geração de renda e redes curtas de comercialização, preço justo, fornecimento de alimentos saudáveis, a diálogo em prol de políticas públicas conforme já reforça Mauad et al (2017) e Swanson & Claar (1988).

Os desafios mais significantes são as limitações de recursos, de suporte e apoio institucional, e inexperiências e/ou descontinuidade em alguns projetos por partes dos seus integrantes, a manutenção da motivação entre os atores, e os feedbacks que

geralmente, não eram considerados como prioridade ou de tratados com periodicidade em prol da manutenção das atividades.

O desenvolvimento deve ser sustentável (Capponi; Borges; Scheneider; Gadelha; Grandi; Zonin, 2020), por isso tantos convites a entender essa busca pelo DRS neste estudo. Nessa perspectiva, a universidade e a comunidade; E como afirma Ahlert (2002) e Chiarini e Vieira (2012) as universidades são responsáveis pelas pesquisas aplicadas em busca desse desenvolvimento e produtividade, um motor de transformação crítica através do papel da extensão universitária junto à comunidade de maneira includente, justa e principalmente acessível.

O desenvolvimento rural surge na valorização espacial, na compreensão da diversidade, onde a agricultura familiar está fortemente ligada ao movimento da economia brasileira. Isso é resultado de um longo processo de compreensão histórica e da dinâmica de mercado, e sua própria transformação e valor, com base em Abramovay (1992) evidenciando nesse ponto, a importância da agricultura familiar.

A relação universidade e sociedade evidenciada por Deus (2021) amplia a discussão no tocante à conscientização de classe e responsabilidade entre os envolvidos. Considera-se também nesse entendimento da literatura e dos dados que a heterogeneidade do fenômeno da curricularização reforçada por Zanon (2022) é um processo gritante voltado a questão do diálogo entre todas as partes para que as ações fluam e funcionem da maneira mais assertiva possível e que se torne um compromisso longo, eficiente e consciente.

4.2. "A TEORIA DA MUDANÇA INSTITUCIONAL E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: A PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL"

Com base nas entrevistas, na teoria de Coraiola e na lei que regulamenta o PNE e articula a proposta da curricularização da extensão universitária, foram criadas as unidades de análise conforme visualizado no quadro 10. A teoria dialoga com os dados da pesquisa pelo fato de ser uma teoria mais voltada para compreensão de mudanças institucionais que observam fenômenos sociais, o que ocasiona uma relação direta com o objeto de estudo.

Pode-se dizer que a opção por essa ou aquela unidade temática é uma conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, as teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e por que não dizer as próprias teorias pessoais intuitivas do pesquisador (Campos, 2004; Bardin, 1977)

A construção de cada unidade de análise se deu pelo conjunto destas percepções para que se tornassem mais fidedignas à discussão e ao levantamento realizado pela pesquisa. A questão de pesquisa se mantém como eixo da etapa de classificação das unidades de análise, e o questionário conta com esta mesma pergunta sendo a única pergunta aberta, e a partir deste conjunto de percepções supracitadas no parágrafo anterior, destacando palavras e sentenças da coleta de dados que condizem com o objetivo do trabalho e enlaçam toda a discussão, fundamentadas também a partir do Estado da arte e o viés das diretrizes da extensão universitária.

Quadro 10 – Quadro referencial teórico para fase de categorização das unidades de análise / (Método)

Unidades de análise (por temas)
Questão de pesquisa: Como as IES públicas brasileiras propõem a curricularização da extensão em busca de um desenvolvimento rural sustentável?
Interação dialógica (divulgação e parcerias)
Indissociabilidade
Interdisciplinaridade
Transformação social
Formação cidadã
Melhoria técnica/assessoria
Agricultura familiar
Disponibilidade de recursos e autonomia
Desenvolvimento rural sustentável e os ODS

Fonte: Elaboração própria (2023).

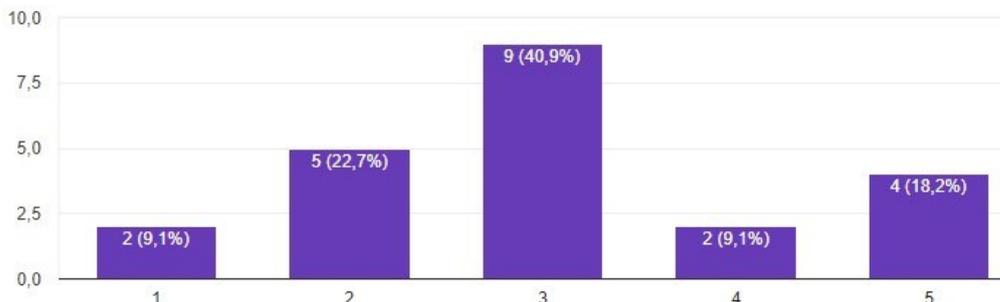
A interação dialógica – assim como a indissociabilidade, interdisciplinaridade, transformação social e formação cidadã são diretrizes oficiais do plano da curricularização, e estão fortemente presentes nos códigos identificados na pesquisa e nas teorias. Na primeira está presente os aspectos de divulgação com o teor da

disseminação e acesso ao conhecimento e a necessidade de intercâmbio entre os stakeholders integrando parcerias, o que possibilita a conexão com outros eixos que se transformam em unidades de análise. A indissociabilidade com os aspectos de visualizar os esforços de extensão como um tripé reafirmando a necessidade de uma formação do aluno ampla e acolhedora de áreas, embora a grande maioria se concentra em áreas rurais. A interdisciplinaridade é uma pauta recorrente quando o assunto é extensão e curricularização, o que ajuda a promover a adesão dos interessados e o intercâmbio de habilidades e competências, embora seja um dos grandes desafios selecionar, manter e beneficiar grandes massas aos projetos. É percebido a força da atuação dos projetos com intensidade de desenvolvimento mais local ou regional, muitas vezes pela limitação de recursos, adesão dos extensionistas, usuários e parcerias, e pouco investimento alocado considerado pelas experiências dos respondentes, o que se chama atenção para as políticas públicas.

Após criado os blocos de análise, é possível encontrar nos próximos passos o tratamento e interpretação com estratégias de análise de interpretação: emparelhamento (comparar os dados) e construção de uma explicação (explicação das unidades de sentido / Método).

Dos questionários enviados 100% retornaram, nestas 22 respostas, foi possível alinhar com o objeto de estudo e a teoria diversos pontos, os quais serão discutidos ao longo da visualização dos gráficos em seguida. Destaca-se que todos os respondentes afirmaram que a instituição pelo qual representou no questionário já iniciou debates e alinhamentos sobre a curricularização em seus departamentos. Os gráficos que apresentam escala Linker sempre equivalerão a numeração mais próxima a 1 com níveis menores de satisfação ou distanciamento da afirmativa colocada, enquanto os números mais próximos a 5 corresponderão às respostas mais satisfatórias. Como uma observação inicial, o gráfico 6, traz afirmações acerca das Pró-reitorias sobre o apoio recebido para implementação da proposta de curricularização, no qual demonstra que houve um suporte considerado mediano e pode ocasionar em incertezas e conseqüentemente ambigüidades ou dificuldades.

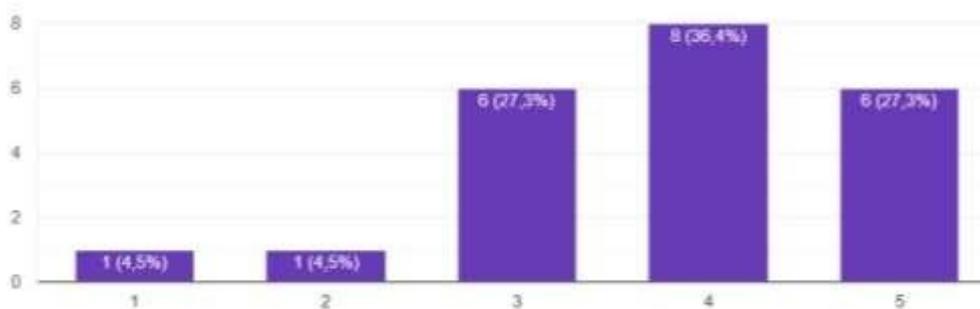
Gráfico 6 - Percepção de apoio instrutivo, informativo e de acompanhamento e de governança por parte dos órgãos competentes, a exemplo do Ministério da Educação (MEC) recebido para elaboração de um plano ou formas de implementação adequada e saudável da proposta de curricularização da extensão



Fonte: Elaboração própria extraída (2024)

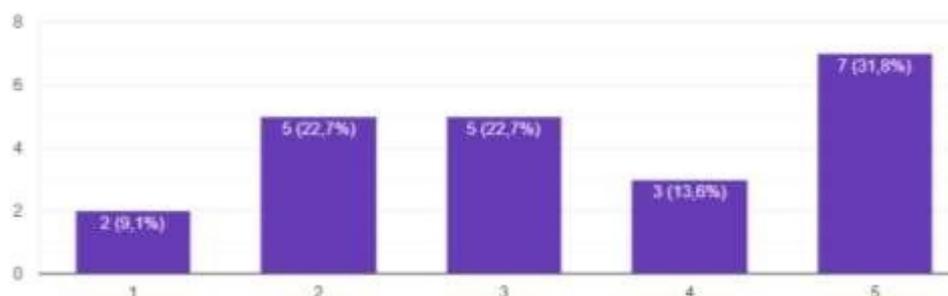
As motivações foram perspectivas coletadas no questionário, uma vez que são mecanismos assertivos para identificar os propósitos de um trabalho ou atividade, haja visto que o objetivo de estudo se baseia na ideia de exploratória de propor algo que está em fase de implementação. Com isso, os gráficos 7, 8 e 9, indicam as principais motivações em atividades extensionistas de maneira geral, focando no rural, e completa-se observando quais as motivações de forma detalhada.

Gráfico 7 - As motivações para a realização de atividades de extensão na sua IES



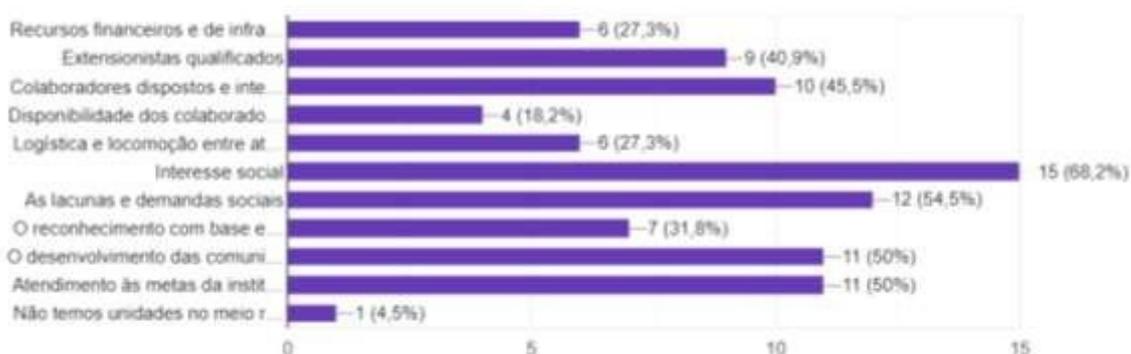
Fonte: Fonte: Elaboração própria extraída (2024)

Gráfico 8 - As motivações para a realização de atividades de extensão rural na sua IES



Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Gráfico 9 – Tipos de motivações se destacam em meio a proposta de curricularização de extensão voltadas ao meio rural



Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Em complemento às frases incompletas pelo layout do gráfico, tem-se respectivamente (na ordem apenas das frases longas) os seguintes termos das alternativas: infraestrutura, integrados, atores, em experiências anteriores, comunidades beneficiadas, instituição, rural.

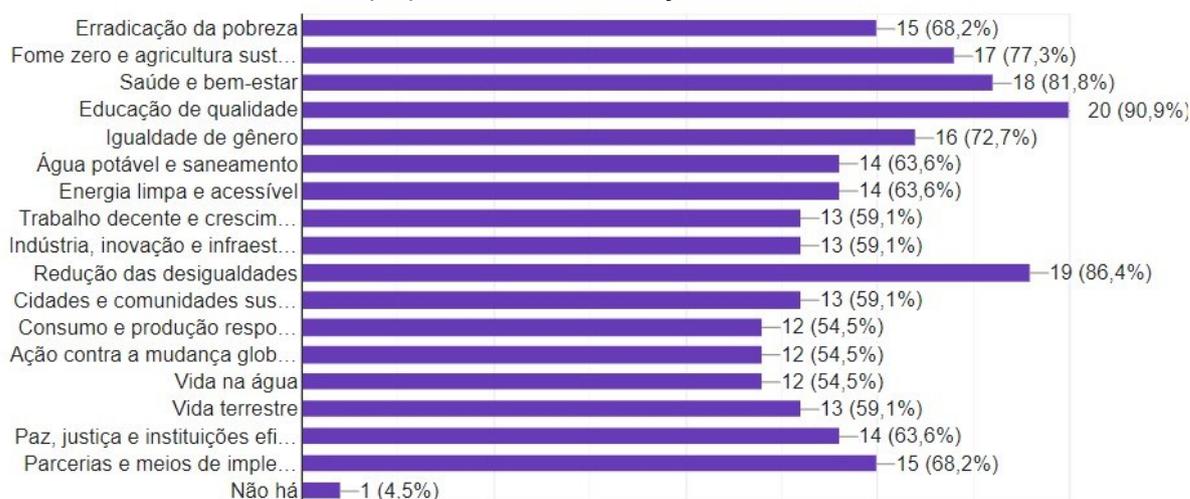
Observa-se que para atividades rurais, as escalas a respeito das motivações se distribuem dividindo opiniões, contudo se mantém em sua grande parte considerada como positiva, e quando se especifica estes motivos, estes se concentram em interesses social, acompanhados de lacunas ou demanda sociais, desenvolvimento das comunidades e atendimentos às metas da instituição. Ainda destaca-se a disponibilidade dos colaboradores. Nota-se que em especial nas propostas de curricularização os principais estímulos são ações que envolvam o interesse e as demandas da comunidade que ajudam a desenvolver a sociedade evidenciando a

relação universidade x sociedade, e sempre com prerrogativa da adesão dos extensionistas e stakeholders deste campo.

O viés da pesquisa é majoritariamente rural então, basicamente todas as IES buscam a tentativa de implementar práticas e incentivos que vislumbrem o desenvolvimento rural sustentável.

Para este desenvolvimento rural sustentável se inclui a busca atendimento das necessidades sociais, e aquelas lacunas e demandas observadas nas respostas estão fortemente ligadas aos ODS, que são estímulos assertivos em busca de um desenvolvimento, e porque não dizer, um desenvolvimento rural sustentável. Então, se tornam um grande ponto de partida e relação significativa com o que se vem sendo tecido neste trabalho. Ao notar no gráfico 10, há uma extensão de praticamente todos os ODS com a proposta de curricularização e suas atividades, mostrando um alinhamento claro, direcionado e abrangente para com os Objetivos de melhoria social em todos os aspectos.

Gráfico 10 – ODS envolvidos na proposta de curricularização



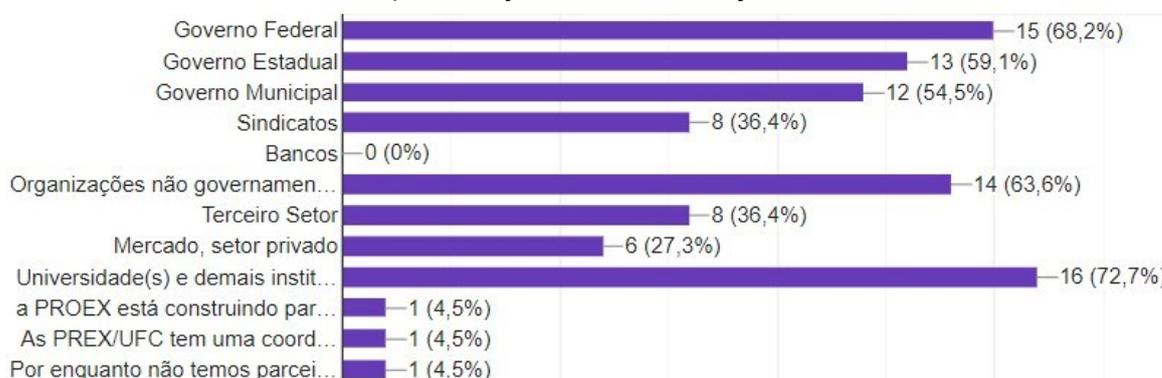
Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Em complemento às frases incompletas pelo layout do gráfico, indica-se a visualização da figura expositiva das ODS na seção de referencial teórico.

A educação, saúde e redução de desigualdades numericamente são as que mais se sobressaem nos dados, o que percebe-se que são os campos mais práticos em que as ações e propostas se debruçam, as lacunas sociais urgem, e que potencializam a abre caminhos para os demais ODS sejam atingidos e a sociedade seja beneficiada.

Para isso, as parcerias são essenciais neste processo de implementação de propostas curriculares, pois com base nos projetos e programas é necessário um aparato mais sólido não só na captação de voluntários e colaboradores, como também na estruturação das ações e na fonte de informações sobre as demandas sociais, e pode-se observar no gráfico 11 que as universidades, ONGs e o Governo Federal são os parceiros mais próximos desta implementação.

Gráfico 11 – Parceiras voltadas à implementação da curricularização

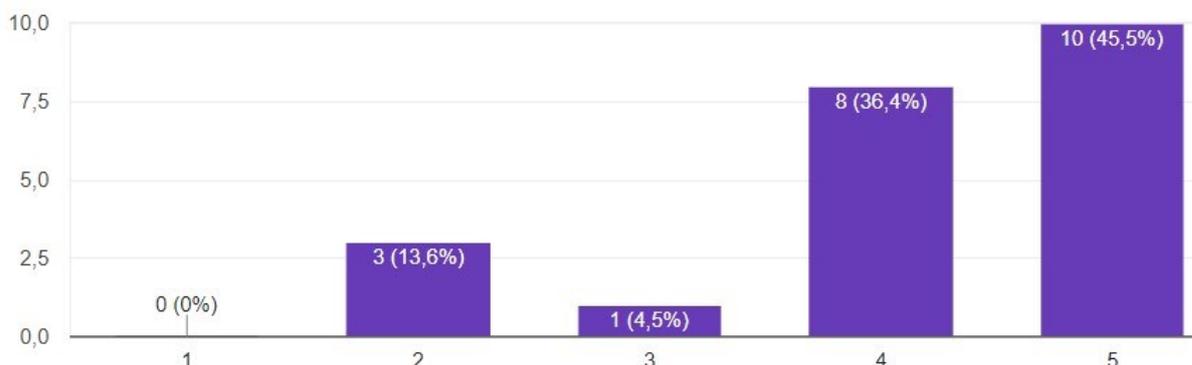


Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Em complemento às frases incompletas pelo layout do gráfico, tem-se respectivamente (na ordem apenas das frases longas) as seguintes alternativas: organizações não governamentais, universidades(s) e demais instituições, a PROEX está construindo parcerias, as PREX/UFC tem uma coordenação, por enquanto não temos parcerias.

A adesão (Gráfico 12) por parte dos extensionistas (professores, alunos e colaboradores interessados nos projetos e ações de extensão rural) é vista como significativa em 45,5%, sendo que a penúltima nota da escala também se mostra relevante em 36,4%, o que nas camadas mais satisfatórias soma-se mais da metade tornando significativa, contudo abre precedentes para investigar em outras oportunidades, a real adesão inclusive em prol da continuidade e evolução dos projetos, haja visto, a dificuldade em adesão já identificada por alguns respondentes em outras perguntas em apontamentos teóricos relacionados aos desafios no tocante à adesão em ações extensionistas e engajamentos similares.

Gráfico 12 – Percepção de como os respondentes consideram que a proposta de curricularização acarretará numa maior adesão de atividades rurais

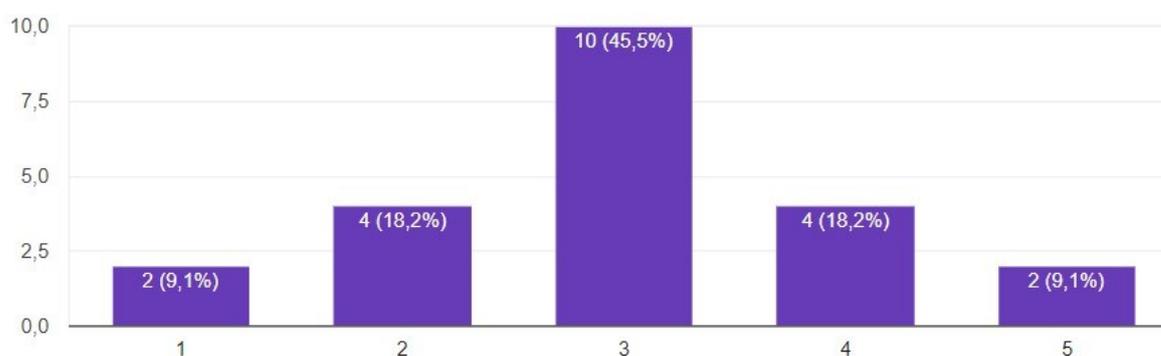


Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Também se observou a percepção sobre a proposta de curricularização, que pode afetar positivamente no campo em 63,6%, e em busca de um desenvolvimento rural sustentável em 59,1%, segundo os respondentes. Quanto à interação entre o ensino e a pesquisa, uma vez que a proposta atual visa um aumento da carga horária da extensão dentro da tríade indissociável, é vista de maneira positiva pelos respondentes, somando-se apenas respostas positivas com poucos respondentes considerando indiferente (9,1% que corresponde a apenas 2 pessoas), os demais considerando a proposta de muito boa (27,3%) à excelente (63,6%).

No gráfico 13, a respeito diretamente com a diretriz mais comum da proposta, em relação a carga horária de 10%, nota-se que o grau de facilidade se mantém num nível intermediário, isto é, as pró-reitorias alegam que é um processo complexo e que em meio aos seus desafios e incertezas tendem a funcionar de forma mediana.

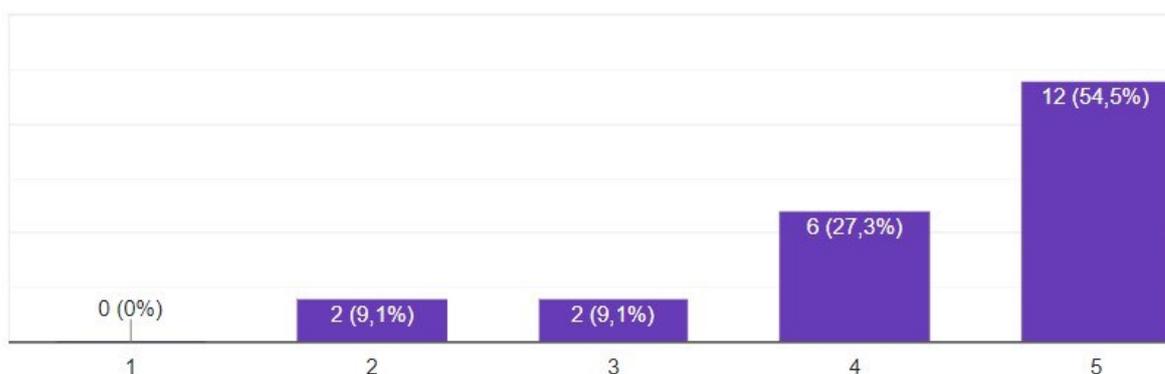
Gráfico 13 – Grau de facilidade para implementação da proposta de curricularização com base na diretriz de carga horária de extensão



Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

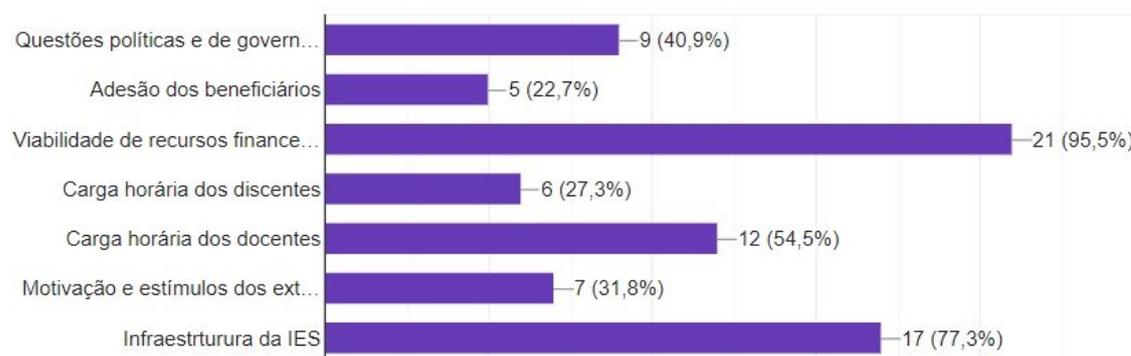
Um outro ponto levantado é o grau de interdisciplinaridade (gráfico 14) que aponta em 54,5% dos respondentes que afirmam que a curricularização da extensão universitária se estabelece com significativa abrangência de áreas inter-relacionadas e que conseguem ser parceiras ocasionando numa potencial assertividade de beneficiários, em contribuições entre formações e setores, e cumprimentos de ODS.

Gráfico 14 – Interdisciplinaridade



Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Gráfico 14 – Principais desafios que podem ser encontrados ou já encontrados no processo de implementação da proposta de curricularização da extensão, voltada ao campo.



Fonte: elaborado pelo próprio autor extraído dos dados da pesquisa (2023).

Em complemento às frases incompletas pelo layout do gráfico, tem-se respectivamente (na ordem apenas das frases longas) as seguintes alternativas: questões políticas e de governo, viabilidade de recursos financeiros, motivação e estímulos dos extensionistas.

Com base nos dados já demonstrados, os principais desafios observados na pesquisa se concentram na viabilidade de recursos financeiros e na infraestrutura das

IES, depois seguidos da carga horária dos docentes (atores relevantes para o funcionamento e manutenção das propostas imersas na curricularização). Este gráfico 15, conversa com os gráficos anteriores, pois os recursos são ditos como um dos grandes gargalos do processo de curricularização, acompanhados de seus principais atores, os próprios extensionistas principalmente pois entre as diretrizes mais árduas, a distribuição da carga horária é o que mais concentram a pauta deste fenômeno social, embora autonomia seja um grande ponto positivo e motivador para a elaboração ou continuidade de ações de extensão.

Por esta visão, a teoria de Coraiola (2015), se integra com total coesão a este estudo, pois busca compreender como esse fenômeno social se dá em discussão e como se comportam os planos para este efeito.

Os próximos parágrafos potencializam as contribuições principais desta pesquisa. Portanto, em resposta à pergunta do estudo de forma geral, podemos perceber que os resultados da pesquisa revelaram o entendimento sobre o processo de curricularização da extensão universitária em instituições de ensino superior públicas brasileiras, a partir de uma concepção como processo em busca de um desenvolvimento rural sustentável. Esta investigação se dá a partir da Resolução Normativa nº 7/2018 do MEC do Plano Nacional de Educação sobre a obrigatoriedade do cumprimento de uma maior carga horária destinada à extensão, e os fundamentos que sustentam os diálogos puderam ser feitos à luz da teoria de mudança institucional de Coraiola et al (2015), com algumas unidades de análises: interação dialógica, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, transformação social e formação cidadã, melhoria técnica, agricultura familiar, disponibilidade de recursos e autonomia, desenvolvimento rural sustentável e os ODS. Esta teoria indica que o contexto institucional possui certo nível de modificação de acordo com a disponibilidade de práticas, significados, recursos e capacidade dos atores, seus níveis de reflexividade das instituições em determinado contexto, portando resultado da interação entre as características do contexto institucional (plasticidade) e dos tipos de atores sociais (discricionariedade).

Nas 22 respostas coletadas pelas Pró-reitorias representando a amostra da pesquisa, foi possível discutir e confirmar que o processo de curricularização apresenta um perfil heterogêneo, interdisciplinar, complexo e dinâmico, com desafios relacionados à limitação de recursos e infraestrutura e política docente no tocante à

adesão contínua entre colaboradores e beneficiários, embora a autonomia e parcerias sejam uns dos grandes motivadores deste processo, mas também um desafio para ir de encontro à transparência e indicadores precisos sobre a atuação das ações extensionistas e fortalecimento destes projetos.

Defende-se, também, que as percepções de como pretendem implementar a curricularização em prol de um DRS são animadoras, mas não lineares, detém de um potencial de autonomia positivo independente da área ou regionalismo – acarretando em números animadores para maior adesão a atividades rurais, o que associa termos a agricultura familiar e cumprimento maciço dos ODS como fortes integrantes das análises, e busca caminhos para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, os interesses são fortemente pautados em lacunas e demandas sociais, o que torna o processo mais interativo e devolutivo para o que se propõe a extensão e a educação pública superior como um todo, embora as percepções dos elementos tomados em análise sejam restritas à visão das pró-reitorias, e dessa forma há o entendimento de que o currículo não é definitivo e sim construído coletivamente privilegiando não somente a pesquisa e ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho verificou que a curricularização da extensão envolve desenvolver uma cultura de prestação de serviços à sociedade inculcada na formação dos acadêmicos, que para todas as áreas agregará desenvolvimento sustentável em nível local, regional e nacional. Notou-se que é um processo de fortalecimento da agricultura familiar, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e da autonomia de ações, mas também de desafios quanto à manutenção de recursos para continuidade e atendimento às lacunas sociais, principalmente para um público que se beneficia destes projetos extensionistas que são pequenos produtores ou pequenos atores sociais que demandam este movimento e são maiores responsáveis por um bom direcionamento ao desenvolvimento rural sustentável, um sistema altamente heterogêneo, pois regionalmente e em relação aos cursos são diversificados, mas coadunam da mesma personalidade e característica institucional, além da política docente, pois são os maiores fortalecedores da vida útil dos projetos, e quem implementa cada ação revolucionária em seu entorno através da academia. Então, é

considerado um processo indissociável, interdisciplinar e urgente, pois a obrigatoriedade dada sob a Resolução nº7/2018 dá luz à extensão e seu poder na tríade, e garantindo a manutenção institucional do currículo que não é estático nem definitivo e sim construído ao longo do tempo de forma coletiva. São percursos de percepções de implementação animadores, mas não lineares.

Afirma-se que este estudo teve como principais limitações o período do recorte metodológico, e também os demais filtros já postos como o tipo de estudos que foram selecionados, o idioma exclusivamente português e pesquisas nacionais, além das palavras-chaves definidas. Mas, é salutar acrescentar que a análise teve como amostra um universo representativo, com procedimentos metodológicos bem definidos e as análises feitas a partir das fontes secundárias disponíveis e de renome. O corte geográfico foi apenas no Brasil com uma amostra entre as principais IES e as que obteve-se resposta, o que sugere para outras pesquisas uma amostra maior com mais respondentes e possivelmente relações internacionais, além de ser uma pesquisa voltada exclusivamente para as Pró-reitorias, sugerindo em outros estudos, mais atores envolvidos no processo de curricularização ou em outros fenômenos de mudança institucional que possam ser investigados, além de investigar relações com IES privadas ou qualquer tipo de instituição educacional, provocando maiores comparações. Além das limitações clássicas de informações ao se tratar de um assunto novo sendo um tratamento predominantemente exploratório. O acesso se torna algo dificultoso, mas possível, ao se dedicar apenas aos gestores, além da visão que se restringe, sugerindo também cruzamento de dados com atores como discentes, corpo técnico, sociedade civil, e demais stakeholders.

Propõe-se para futuros estudos envolvendo uma ampliação dos recursos e filtros supracitados para um maior envolvimento de fatores e variáveis, tornando-o mais comparativo, aprofundado e plural, e embasar maiores discussões bibliométricas ou não a respeito de assuntos que potencializem o desenvolvimento da sociedade. Outra significativa e digamos que principal sugestão, pode ser a investigação de como se deu a implementação da curricularização após um corte temporal maior nos próximos anos e com os agentes e beneficiários reagiram a este fenômeno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Hucitec / Anpocs / Unicamp: São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas, 1992. [capítulo 4: os limites da racionalidade econômica. P. 99-131; capítulo 8: as particulares da agricultura no desenvolvimento econômico. P. 209-247.

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1., 1997, Brasília. **Anais** [...] Brasília: PNUD, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n° 702 – IPEA, Rio de Janeiro, jan. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda.– São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

AHLERT, I.; AHLERT, A. Sustentabilidade e espiritualidade: experiências de educação ambiental na educação básica. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 45, n. 02, p. 73-89| Jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3778/0> Acesso em: 20/09/2022.

AHLERT, A.. A universidade e seus desafios éticos. *Tempo da Ciência (UNIOESTE)*, Toledo-PR., v. 9, n.18, p. 17-26, 2002.

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.

ALVARENGA, T. A. de; PHILIPPI, JR., A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, A.M.S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. (eds). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**, Tamboré: Manole, 2011. P. 3-68.

ALVES, E. SOUZA, G. da S. e. Desafios da Agência de Extensão Rural. P. 891-924. In: **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

ANDES-SN. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES** nº 2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

AUSTIN, Rating. PIB Ranking. Disponível em < <https://www.austin.com.br/Ratings-Todos.html>> acesso em 30.08.2022

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. Desafios contemporâneos da extensão universitária: da invisibilidade a curricularização. In: CORTE, M. G. D.; SARTURI, R. C.; POSSA, L. B. (Org.). Agendas políticas globais e locais e as práticas contemporâneas em educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 388-401. Disponível em https://www.academia.edu/43639387/Agendas_pol%C3%ADticas_globais_e_locais_e_as_pr%C3%A1ticas_contempor%C3%A2neas_em_educa%C3%A7%C3%A3o. Acessado em 01 de março de 2022.

AROCENA, Rodrigo. Curricularización de la extensión: por qué, cuál, como? In: AROCENA, Rodrigo e outros. Integralidad: tensiones y perspectivas. Cuadernos de Extensión nº 1. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades em el Medio. Udelar. Montevideo, 2011.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. New York: Hafner; 1984.

BIZERRIL, Marcelo, ROSAB, Maria João, CARVALHO, Teresa. Construindo uma universidade sustentável – uma discussão baseada no caso de uma universidade portuguesa. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba-SP, v. 23, n. 2, p. 424-447, jul 2018.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1999.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 3. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL, **Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968**, Dispõe: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 1968.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm> Acesso em 17.04.2022.

BRASIL, [Constituição (1988)], **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no

186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2020, Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 2020.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação rural**. 1ª edição 1983, 3º ed. Editora Brasiliense, 1988.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRAZÃO-SILVA, Marco Túllio; OLIVEIRA, Romilda Sérgia; ABREU JÚNIOR, Lenir de; GUIMARÃES, Jussara Maria de Carvalho Guimarães. Resultados da Extensão Universitária: estudo quantitativo das intervenções realizadas pela maior universidade do Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Pós-graduaçãoRBPG**, ISSN (on-line): 2358-2332. Brasília, v.16, n. 36, jul./dez., 2020.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 1991.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4

CAPPONI, N. F.; BORGES, C. L. P.; SCHNEIDER, M. J.; GADELHA, R. R.; GRANDI, A. M. de.; ZONIN, W. J. Potencialidade e desafios da educação ambiental em Santa Tereza do Oeste/Pr como promotora do desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 21, n. 2, p. 217-236, jul./dez. 2020.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** Josué de Castro. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DEUS, S. de. Curricularização da extensão: novas subjetividades à formação acadêmica. In: Curricularização da extensão: debates e trajetórias no Ensino Superior. Organizado por Lisandra Almeida Lisovsky...[et al] – 1 ed. – Recife: Even3 Publicações, 2021.

ELLIS, Frank, BIGGS, Stephen. Evolving Themes in Rural Development 1950s2000s. *Development Policy Review*, 2001, 19 (4): 437-448.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. (Tese de Doutorado ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP) São Paulo, 2006.

FEIDEN, Aldi, RIEDO, Ijean Gomes. Teoria Tríplice Hélice: O que as pesquisas dos programas de pós-graduação brasileiros apresentam? **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (Col. O Mundo, Hoje). V. 21. 184 p.

FORPROEX(b), Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Indicadores brasileiros de extensão universitária / **Relatório de Pesquisa**. Manoel Maximiano Junior (orgs)... [et al.] – Campina Grande-PB: EDUFCEG, 2017.

FREITAS, Eduardo de. "Economia do Paraná "; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-parana.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitariapara-que>>. Acesso em: 20.03.2024.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. P. 559-590. In.: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos**. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D.T. Métodos de pesquisa / [org] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 22/09/ 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUITARRARA, Paloma. "Amazonas"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonas.htm>. 2022. Acesso em 28 de setembro de 2022.

GUITARRARA, Paloma. "Paraíba"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/paraiba.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

GUITARRARA, Paloma. "Mato Grosso"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/matogrosso.htm>. 2022. Acesso em 28 de setembro de 2022.

GUITARRARA, Paloma. "Rio Grande do Norte"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/riograndedonorte.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

GREGORIN, G.C. GREGOLIN, M. R. P. TRICHES, R. M. ZONIN, W. J. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 12, n. 3, p. 51-64, dez. 2019

HEENRICH, J. E. DIAS, L. C. ZONIN, W. J. Assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento sustentável: o caso da biolabore - Cooperativa de trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Revista Orbis Latina**, v. 10, n. 3, jul-dez, 2020. P. 280-296.

HORT, J. V. Bioética e desenvolvimento rural sustentável na vigilância de intoxicações por agrotóxicos: uma visão dos enfermeiros da 20ª Regional de Saúde de Toledo – PR. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) UNIOESTE, 2020. f.172.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados, 2021. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>> Acesso em 28/09/2022.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, IFCE. Sobre o IFCE, 2022. Disponível em <<https://ifce.edu.br/>> Acesso em 28/09/2022.

KOPPE, M.; AHLERT, A. ; CARNIATTO, I. . O desenvolvimento rural sustentável no currículo escolar. **Revista GeoPantanal** (UFMS), v. 13, p. 251-268, 2018.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-reitores de Extensão das instituições Públicas de educação superior brasileiras–FORPROEX (1987-2012)**. 181 f., Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco - 2017.

LEEUEWIS, C. Communication for Rural Innovation. Rethinking Agricultural Extension. Third Edition. Blackwell Publishing. UK & Australia, 2004.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**. 34(3); 17-24, set/dez, 2009.

LÉLÉ, S. Sustainable development: a critical review. **World Development**, London, v.19, n.6, p. 607-621, 1991.

LONG, N. Globalización y localización: nuevos retos para la investigación rural. In: **La Sociedad Rural Mexicana Fuente al Nuevo Milenio**, vl. 1: L'Inserción de la Agricultura Mexicana en la Economía Mundial / S.M.L Flores, M. Chauvet, p. 35-74 – Mexico, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, J. L. A.; SCHNEIDER, S. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. G & DR – **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 287-320, mai./ago. 2010.

MUCAVELE, Custódio, ARTUR, Luis. As metamorfoses dos serviços de extensão Rural em moçambique: um contributo ao debate sobre o modelo de extensão a praticar no país, Destaque Rural, n; 136, **Observatório do Meio Rural (ORM)**, set. 2021.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

NAVARRO, Zander. Campos, Sílvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil. P. 15-28. In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília : CGEE, 2013.

NAVARRO, Zander., BUAINAIN., Antônio Márcio, ALVES, Eliseu., SILVEIRA, José Maria da. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII – No 105 2 – Abr./Maio/Jun. 2013.

NUNES, C.; WATANABE, M.; FENALLI, A.C.R. A gestão da extensão universitária em uma universidade comunitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 19, 2019. Anais. Florianópolis: 2019. OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Princípios da OCDE sobre o governo das sociedades. 2004. Disponível em <http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acessado em 30 de julho de 2019.

PALLU, N. M. GRANDO, F. GUARESKI, A. H. P. A interdisciplinaridade envolvendo educação do campo, patrimônio cultural, saberes tradicionais, gênero, ruralidades, agricultura, saberes e língua indígena e a pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável. In: **Interdisciplinaridade sem fronteiras**: água, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina. In: ZONIN, W. J. NEUKIRCHEN, L. C. (org), Curitiba: CRV, 2020. P. 157-175.

PARANÁ, Governo do Estado do Paraná. 2022. Disponível em <<https://www.parana.pr.gov.br/>> Acesso em 25/09/2022.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, textos para discussão. Brasília-DF, out. 2008.

PIEROZAN, S. S. H. MACIEL, M. A. In: Um prefácio à curricularização da extensão na UFFS. In: Curricularização da extensão: debates e trajetórias no Ensino Superior. Organizado por Lisandra Almeida Lisovsky...[et al] – 1 ed. – Recife: Even3 Publicações, 2021.

PNUD: Programa das Nações Unidas. **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aosobjetivos-dedesenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 20/09/2021.

PNUD, Organização das Nações Unidas, **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, Disponível em < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em 17.04 2022.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Organizações, Universidade Federal de Minas Gerais. 2022. Disponível em <<https://dados.gov.br/organization/about/estado-de-minas-gerais-mg>> Acesso em 28/09/2022.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Organizações, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 2022. Disponível em <<https://dados.gov.br/organization/about/universidade-federal-do-reconcavo-dabahia-ufrb>> Acesso em 28/09/2022.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A. A. Os sistemas agroalimentares e crise COVID-19: é possível um cenário mais justo e equitativo? In: PROEX UFRPE. Documento base curricularização da extensão na UFRPE. Acesso em 20.11.2023. Disponível em <http://www.proexc.ufrpe.br/sites/default/files/2022-08/Documento%20base%20curricularizacao%20da%20extensao%20consulta%20publica.pdf>

SANTOS, R. P.; POCHMANN, M. (Orgs.) **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**. São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

PROECA, Pró-reitoria de cultura, extensão e assuntos estudantis. Extensão: diretrizes e manuais. 2022. Disponível em <<https://procea.unir.br/pagina/exibir/3219>> Acesso em 28/09/2022

PROEX. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. U58c **Catálogo dos projetos de extensão da UNESP** / organização de Maria Amélia Máximo de Araújo. – São Paulo: PROEX, 2011. 528 p.

PROEX, Pró-reitoria de extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia – Extensão Universitária. 2022. Disponível em <https://proex.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=274> Acesso em 27/09/2022

QUEIROZ, S. S. de. **Cadeias curtas de abastecimento de alimentos: uma análise do embeddedness na agricultura familiar e sua interação nos mercados locais**. (Tese de Doutorado) Campus de Marechal Candido Rondon – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento rural sustentável, 2021.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **O Estado democrático de Direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação**. Tese de Doutorado à Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

RIBEIRO, M. R. F. MENDES, F. F. de F. SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão UEPG**, 2018, vol. 14, núm. 3, Septiembre-Diciembre, ISSN: 1808-6578 2238-7315

RONDÔNIA, Governo do Estado de Rondônia. Portal do Governo do estado de Rondônia. 2022. Disponível em <<https://rondonia.ro.gov.br/>> Acesso em 28/09/2022

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável MEXPAR**. Belo Horizonte, março 2006, 134f.

SALLES-FILHO, S. BIN, A. Reflexões sobre os rumos da pesquisa agrícola. P. 423454 In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados** 9 (25), 1995. P. 29-63.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI José Eli da Veiga Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos avançados** 24 (68), 2010

SANTA CATARINA, Governo do Estado de Santa Catarina, Portal de Serviços, Sobre SC. 2022. Disponível em <<https://www.sc.gov.br/>> Acesso em 27/09/2022
SANTOS, José Eduardo dos. SATO, Michèle. A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. São Carlos, RiMa, 2003.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: **Congresso Europeu de Sociologia Rural**. Wageningen, Holanda, 20-24 ago. 2007.

SCHRAM, Elza H. ; DIAS, L. C. ; ZONIN, WILSON JOÃO. Assistência Técnica, Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável: o caso da Biolabore-cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná. **REVISTA ORBIS LATINA**, v. 10, p. 280295, 2020.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** (28-29), Abr 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** / Amartya Sen ; tradução Laura Teixeira Motta ; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010

STOPKA, P. **A sociologia da mudança social**. [Trad. Pedro Jorgensen Jr.]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576p.

STRASSBURGER, N. C. MATTIA, V. ZONIN, V. C. FONTANA, F.de S. ZONIN, W. J. KOTZ, J. Extensão, turismo, juventude e sucessão rural: análise e discussões realizadas no GT9. In: In: Interdisciplinaridade sem fronteiras: água, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina. In: ZONIN, W. J. NEUKIRCHEN, L. C. (org), Curitiba: CRV, 2020. p. 178-190.

SUGAHARA, C. R. RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. **Rev. Desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, ISSN 2237-6453, Ano 16, n. 45, out./dez. 2018, p. 30-43.

SWANSON, B. CLAAR, J. The History of Development of Agricultural Extension, in *Agricultural Extension*, ed. B.Swanson. **FAO**, ROME, 1998.

TAGLIAPIETRA, Odacir Miguel. **Gestão do conhecimento na agricultura familiar: uma análise nos serviços de assistência técnica e extensão rural**. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciência Agrárias, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2019.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

THOMAS, A. Development as practice in a liberal capitalista world. **Journal of International Development**, n. 12, p. 773-787, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Guia da curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da UFPE [recurso eletrônico] / Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação. – Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE ; Ed. UFPE, 2021.

VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos econômicos**. São Paulo: v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.

VELAZQUEZ, L., MUNGUÍA, N., PLATT, A., & TADDEI, J. (2006). Sustainable university: what can be the matter? **Journal of Cleaner Production**, 14, 810-819.

WANDERLEY, Mariângela B. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidades**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZANON, D. P. O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciados na UEPG. Tese (Doutorado em Educação – Área de Concentração: Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022. 293 f.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

O desenvolvimento desta pesquisa foi marcado pela exploração de um fenômeno social novo, uma mudança institucional a ser adaptada a realidade de um determinado público e instituição. Um processo acadêmico em que compreendemos que a curricularização da extensão nas IEs públicas do país pode promover ou acarretar no cotidiano da instituição, da comunidade acadêmica e da sociedade em seus entornos.

O ineditismo está pautado na contribuição de investigar esse novo processo e como a gestão acadêmica ou administrativa, uma vez que a pesquisa envolve e busca compreender como as IEs pretendem direcionar suas atuações rumo ao atendimento às novas normas estabelecidas de um dos eixos mais complexos e muitas vezes considerado como menos investido que é a extensão, isto em busca de um desenvolvimento rural sustentável, que também se torna um grande desafio, sendo uma temática considerada atual e com poucos estudos.

Fazendo uma linha do tempo desta pesquisa, o percurso investigativo parte da busca de respostas partindo de uma análise bibliométrica que nos ajuda a perceber movimentos de como a extensão é vista nos principais depósitos de pesquisas científicas, então, como as produções estão tratando a extensão em especial a extensão rural, já que o estudo busca manter à luz do DRS. Dessa forma, nos deu subsídio de partir para a compreensão dos partícipes em sua maioria diretamente, que são os extensionistas, e diante dessa coleta prévia, o estudo investigou o processo da curricularização propriamente dito, a partir da visão das pró-reitorias das principais IES públicas do Brasil com um apoio documental, base para entender como as atuações se estabelecem.

Nessa pesquisa, evidencia-se que a extensão universitária se sobressai do campo apenas assistencial, que muitas vezes no senso comum foi tida com um sinônimo de assistência técnica para a concepção de práticas extensionistas que envolvem cidadania, transformação social, diálogo e difusão de conhecimento,

apropriação cultural, e desenvolvimento sustentável. E isso se dá ao que se defende neste estudo que são as interações entre as características institucionais e os atores sociais. Apesar de um ambiente em que a extensão e o seu currículo adormece, que é um ambiente heterogêneo, vivemos num país altamente diverso, com regionalismo forte, interdisciplinaridade, com obstáculos no tocante a adesão e continuidade de colaborações nos projetos, limitações de recursos e políticas e disponibilidades docentes, ainda assim é possível diante do compromisso visto em cada resposta, entre os questionamentos e problematizações já são pautas que emergem os corredores da educação superior pública brasileira.

A(s) teoria(s) e as contribuições em volta do estudo nos fazem observar que há o diálogo e há relações que nos permitem tornar possível a construção de um currículo dinâmico - mesmo com suas complexidades - e heterogêneo - respeitando as diferenças potencializando o intercâmbio de ideias fortalecendo a extensão, que costuma ser a ponta mais fraca do tripé indissociável. Não pode-se deixar de mencionar que tudo se resume a entender que a extensão é o principal braço do real atendimento das necessidades das instituições educacionais para com a devolutiva aos anseios da sociedade.

Diante do que se pode questionar e problematizar, elenca-se que entre as principais limitações que esta pesquisa anuncia são os níveis comparativos das nuances do processo de curricularização, a exemplo de promover comparações mais específicas e estritamente voltadas a compreender o processo direcionado à aquela ou esta instituição pública e uma instituição privada, além de considerar os beneficiários e extensionistas diretos, proporcionando dados cirúrgicos sobre aquela realidade ou cenário, ou até mesmo, uma amostra única, de uma só IES para entender o processo em seu entorno, apreciando outras distintas e diversificadas variáveis, a depender geralmente da logística e disponibilidade das partes interessadas. E diante disso, uma pesquisa futura imprescindível é a busca por parâmetros, respostas ou experiências de como o processo de curricularização da extensão universitária se deu ao longo dos anos, após a obrigatoriedade que está sendo posta, será um grande contraponto e riqueza científica encontrar investigações no futuro a respeito.

O campo da instabilidade que a extensão rural-urbana ou somente rural, pode estar fortemente ligada ao processo de limitações de recursos pois lida com a infraestrutura, incentivos e política docente, o que faz com que as coisas aconteçam

e tenham movimento. A extensão atende às demandas que surgem, mas encontra-se esta incerteza de detalhes sobre números e indicadores das atividades e abrangência em que são desenvolvidas. No entanto, foi possível conhecer a estrutura do âmbito rural é um dos que mais se destacam na investigação, uma vez que a agricultura familiar e cursos relacionados às ciências agrárias são os mais recorrentes e interessados em benefícios que a extensão promove, e nas melhorias que são projetadas para estes públicos através dos projetos e ações. Observou-se que o processo de currículo tem potencial de desenvolvimento em sua aplicação nas instituições e todos os fatores já mencionados neste estudo se coadunam em busca de um desenvolvimento rural sustentável, mesmo verificando que pode haver situações em que em determinados cenários ou lugares não investigados apresentem situações diferentes ou em termos respostas que não representam em totalidade a realidade daquele entorno.

A ciência tem um processo lento, a curricularização é um fenômeno regulatório para ter mais impacto na sociedade. Entende-se que este processo é coletivo e peculiar a cada instituição, e que isso pode gerar ainda mais heterogeneidade institucional e funcional, sendo um dos principais desafios para extensão universitária pública brasileira, mas precisam encontrar mecanismos que tornem a implementação do currículo de maneira abrangente, interdisciplinar e atenta aos anseios da sociedade e da comunidade acadêmica, qualquer mudança gera reações que precisam ser polidas e direcionadas aos interesses das partes, é também, assim, um processo político o fazer extensão, e curriculariza-la tornando realidade.

A extensão é uma realidade, urge e precisa ser plural em todos os aspectos, grandes desafios estão postos, mas todos são partes de um processo de evolução, interação, disponibilidade e construção entre características institucionais e atores sociais. A extensão importa, em todas as regiões, em todas as instituições públicas, e o público é o grande expectador destes benefícios. Nossos atores sociais são potentes e demandam interesses coletivos que fazem com que as ações sejam extensionistas, e que as ações extensionistas sejam cada vez mais sérias, o que se propõe no processo de curricularização. A escuta é necessária, em se tratando de mudanças institucionais principalmente, para que a extensão seja uma luz na tríade, e que o movimento dinâmico da (re)construção de um currículo seja vital na sociedade.

Os cursos, na pesquisa, mais voltados a área rural, trabalham e se conversam, mas são endógenos e emancipatórios, assim como a própria extensão universitária contemporânea, a mão-dupla está cada vez mais presente e provocando desafios principalmente com a obrigatoriedade proposta na curricularização. Embora venham atuando no desenvolvimento dos ODS, é necessário uma articulação e comunicação ainda mais sólida entre as gestões para que reduzam a limitação de recursos, os desestímulos entre as políticas docentes e suas disponibilidades, e que haja maior condição de um campo interdisciplinar e indissociável efetivamente. É necessário que as IES e, conseqüentemente, seus gestores e atores da comunidade acadêmica, busquem tratar dos percursos sustentáveis as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A tese construída neste parágrafo é uma reafirmação e resumo do que os últimos parágrafos valiosos desta e da penúltima seção puderam entregar ao leitor e à ciência. Mais do que afirmações, são também discussões a cada verso, que nos possibilitar ter um leque de debates e caminhos. Afirma-se com esta pesquisa, a tese, que as instituições públicas brasileiras propõem o gerenciamento da curricularização da extensão, observando práticas animadoras e voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, em especial à atenção aos ODS, com perfil autônomo, integrador, heterogêneo, interdisciplinar e dinâmico, apesar de desafios relacionados aos recursos, política docente, infraestrutura e adesão.

APÊNDICE A

Estrutura de perguntas do questionário (1)

Pesquisa: Extensão Universitária Rural (PPGDRS/UNIOESTE)

Seja bem-vindo ao questionário de grande importância à pesquisa de tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O convite a este preenchimento refere-se à pesquisa intitulada "Extensão Universitária Rural: construindo o Desenvolvimento Rural Sustentável".

A entrevista busca investigar as principais contribuições da extensão universitária rural (e como ela se categorizam) para a busca de um desenvolvimento rural sustentável no Brasil, a partir de um recorte de universidades públicas em cada região do país.

Em busca de coletar dados do nosso público-alvo que são os extensionistas - professores e agentes colaboradores dos projetos de extensão que estejam voltados às atividades no meio rural, esta pesquisa se torna essencial que haja a sua contribuição para que possamos

levantar informações e discutir ideias sobre esta temática nas universidades públicas brasileiras.

Esta pesquisa possui uma abordagem clara e que não procura identificar os respondentes, apenas identificar a região, projeto e instituição envolvida, com a finalidade apenas de caracterizar a área de estudo, uma vez que a pesquisa é nacional e pretendo compreender os aspectos de cada região. Com isso, em nenhum momento serão divulgadas suas informações pessoais.

A pesquisa conta com 31 questões e tem um tempo aproximado para resposta entre 25 a 30 minutos. Quaisquer dúvidas e esclarecimentos durante o preenchimento podem ser respondidos através do contato do próprio pesquisador (87)996024060 (contato telefônico e whats app) ou e-mail renansilvaferreirax@gmail.com

VOCÊ É MUITO IMPORTANTE PARA ESTA PESQUISA E SINTO GRATO POR SUA PARTICIPAÇÃO!

CARACTERÍSTICAS DE PERFIL DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Qual(is) o(s) nome(s) do(s) projeto(s) de extensão e a(s) Universidade(s)?

(Você pode opinar sob uma experiência mais recente, a mais relevante ou todas as suas experiências de extensão, se optar pela última opção, favor opinar nas próximas perguntas as experiências variadas em cada projeto ou respondê-las de maneira conjunta).

Quantos(as) colaboradores(as) integram o projeto de extensão, se possível, diferenciando entre alunos, professores e técnicos ou convidados?*

Quais as principais titulações/níveis de escolaridade dos integrantes do(s) projeto(s) vivenciado(s)? Ex: doutores e graduandos.

Quais as principais qualificações/formações/habilidades dos extensionistas (colaboradores do projeto)? EX: agrônomos, engenheiros ambientais, administradores.

Como funciona o ingresso de colaboradores no projeto (seleção), e como é considerado o engajamento da equipe nas ações de extensão? *

O(s) projeto (s) está(ão) cadastrado(s) no diretório de grupos de Pesquisa do CNPQ?*

Sim
Não

O(s) projeto(s) está(ão) em andamento?*

Sim

Não

Por quanto tempo o(s) projeto(s) de extensão está(ão)/esteve(iveram) em vigor?*

Qual UF (unidade de federação) a sua ação extensionista contemplou originalmente, bem como a UNIVERSIDADE vinculada?

TEMÁTICAS E ATIVIDADES

Quais tipos de atividades são desenvolvidas?*

Qual(is) o(s) enfoque(s) das temáticas e áreas abordadas nas atividades de extensão?

(Atividades consideradas como carro-chefe, as que são desenvolvidas com mais frequência e com mais sucesso).

Qual(is) o(s) principal(is) produto(s) que são oferecidos pelo(s) projeto(s) ao público-alvo?*

Qual a adesão dos beneficiários sobre as atividades do(s) projeto(s)?*

PÚBLICO-ALVO E INFRAESTRUTURA

Qual o público-alvo das atividades extensionistas?*

Quais cidades/regiões o(s) projeto(s) abrange(m)? E em números, aproximadamente, quantos beneficiários são contabilizados?*

Quais formas de feedbacks são encontradas na interação e realização destas atividades?*

Como estão dispostos os recursos financeiros, tecnológicos e humanos para o desenvolvimento das ações? (bem como fomentos, incentivos, parcerias, patrocínios, bolsas).*

A curricularização atende ao projeto? Quais as principais diretrizes e quais ausências são percebidas a respeito disso?*

O Grupo de Extensão tem site ou páginas nas redes sociais? Se sim, acrescente os endereços.*

STAKEHOLDERS

Quais são os principais atores que dão suporte direta ou indiretamente às ações do(s) projeto(s)? E em quais sentidos esta ajuda alavanca as atividades extensionistas? Sejam eles internos ou externos.*

ANÁLISE GERAL

Elenque os principais pontos fortes e fracos em torno da atuação do(s) projeto(s) de extensão, os principais desafios e oportunidades..*

Há algum controle de avaliação (feedbacks) sobre as atividades do(s) projeto(s)? Se sim, quais?*

Na sua opinião, elenque as principais contribuições do(s) projeto(s) de extensão*

Na sua concepção como extensionista, quais as principais motivações que fazem com que o projeto siga em atividade?*

De maneira observadora, quais as motivações para que as instituições de ensino superior continuem desenvolvendo ações para a sociedade, na sua concepção?*

Você considera o(s) projeto(s) interdisciplinar(es)? Se sim, em qual proporção? *

O quanto as ações de extensão vivenciadas são voltadas a desenvolver e acentuar o desenvolvimento rural sustentável?*

Caso haja registros, anexe aqui imagens e documentos extras sobre a sua experiência com a extensão rural.

Caso haja publicações, insira o link de trabalhos publicados/relatórios em anais de eventos ou periódicos, oriundos do projeto/ação extensionistas.

APÊNDICE B

Estrutura de perguntas do questionário (2)

Qual o seu nome completo?*

Qual o seu e-mail?*

Qual o seu cargo?

Qual a sua instituição/IES?*

Qual o seu estado/UF?*

A Curricularização da Extensão é o processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. A Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para estes cursos. Este documento prevê a

obrigatoriedade de no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A Curricularização da Extensão deve estar alinhada a Extensão já realizada no âmbito institucional e ao que se refere a ela, como os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), os Projetos Políticos Institucionais (PPIs), de acordo com o perfil do egresso; além do, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Com base, no texto sobre a curricularização da extensão, a instituição a qual o(a) sr.(a) representa, iniciou debates e alinhamentos dentro dos seus departamentos?

*

Sim
Não

Qual melhor alternativa, numa escala de 1 a 5, assegura a percepção de apoio instrutivo, informativo e de acompanhamento e de governança por parte dos órgãos competentes, a exemplo do Ministério da Educação (MEC) recebido para elaboração de um plano ou formas de implementação adequada e saudável da proposta de curricularização da extensão?

A escala de 1 a 5 corresponde que os números mais próximos de 1 representam uma confusa, péssima ou nenhuma assistência, e os números mais próximos de 5 representam uma ótima assistência e rede de apoio prestativa e estimulante). Esta escala se repetirá em outras perguntas, sendo válido a mesma dinâmica.*

Péssima ou nenhuma assistência

1
2
3
4
5

Alto nível de debates e assistência

Atualmente, numa escala, como você considera as motivações para a realização de atividades de extensão na sua IES, especialmente dentro da perspectiva de implementação da curricularização?*

Pouco motivado ou desmotivado

1
2
3
4

5

Muito motivado e incentivado

Atualmente, numa escala, como você considera as motivações para a realização de atividades de extensão RURAL na sua IES, especialmente dentro da perspectiva de implementação da curricularização?

*

Pouco motivado ou desmotivado

1

2

3

4

5

Muito motivado e incentivado

Numa categoria de motivações, quais se destacam em meio a proposta de curricularização de extensão voltadas ao meio rural?*

Recursos financeiros e de infraestrutura

Extensionistas qualificados

Colaboradores dispostos e interessados

Disponibilidade dos colaboradores

Logística e locomoção entre atores

Interesse social

As lacunas e demandas sociais

O reconhecimento com base em experiências anteriores

O desenvolvimento das comunidades beneficiadas

Atendimento às metas da instituição Outro:

Quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estarão envolvidos na proposta de curricularização da sua IES?*

Erradicação da pobreza

Fome zero e agricultura sustentável

Saúde e bem-estar

Educação de qualidade

Igualdade de gênero

Água potável e saneamento

Energia limpa e acessível

Trabalho decente e crescimento econômico

Indústria, inovação e infraestrutura

Redução das desigualdades

Cidades e comunidades sustentáveis

Consumo e produção responsáveis

Ação contra a mudança global do clima

Vida na água

Vida terrestre

Paz, justiça e instituições eficazes

Parcerias e meios de implementação

Haverá parceiros em busca deste objetivo da implementação da curricularização?
(governos, sindicatos, bancos, ONGs, 3º setor, mercado, universidade)

*

Governo Federal
Governo Estadual
Governo Municipal
Sindicatos
Bancos
Organizações não governamentais
Terceiro Setor
Mercado, setor privado
Universidade(s) e demais instituições de ensino Outro:

Numa escala, como você visualiza a adesão por parte dos extensionistas
(professores, alunos e colaboradores interessados nos projetos e ações de extensão
rural)?*

Pouco viável e receptivo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Muito viável e boas expectativas

Numa escala, como você considera que a proposta de curricularização acarretará
numa adesão maior dos beneficiários de atividades rurais?*

Pouca adesão

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Muita adesão

Como é visto a interação entre o ensino e a pesquisa? Uma vez que a proposta atual
visa um aumento da carga horária da extensão dentro da tríade indissociável.*

Muito ruim e distante
Pouco viável, e congestionante
Razoável, indiferente das ações já desenvolvidas
Muito boa Excelente

O quanto a curricularização pode afetar positivamente no campo?*

Pouco

- 1
- 2

3
4
5

Muito

O quanto a curricularização pode afetar positivamente em busca do desenvolvimento rural sustentável?*

Pouco

1
2
3
4
5

Muito

“As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Com base nessa diretriz, QUAL O GRAU DE FACILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DESTE ITEM?

*

Difícil

1
2
3
4
5

Fácil

O quanto a curricularização da extensão promoverá a interdisciplinariedade no campo, dentro das perspectivas da sua IES?*

Pouco

1
2
3
4
5

Muito

Quais os principais desafios que podem ser encontrados ou já encontrados no processo de implementação das proposta de curricularização da extensão, voltado ao campo?*

Questões políticas e de governança
Adesão dos beneficiários
Viabilidade de recursos financeiros

Carga horária dos discentes
Carga horária dos docentes
Motivação e estímulos dos extensionistas
Infraestrutura da IES Outro:

Como as instituições de ensino superior públicas brasileiras pretendem implementar a curricularização de extensão visando o desenvolvimento rural sustentável?*